

**novos cadernos
d. quixote**

30

PORTUGAL

na imprensa estrangeira
-um ano depois



CIPALIS DE LISBOA

(469) "1974"

PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE

Compra

25A

https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RaridadesBibliograficas/25Abril/PortugalnaImprensaEstrangeira_1anodepois/PortugalnaImprensaEstrangeira_1anodepois_Item/P1.html

PORTUGAL na imprensa estrangeira -um ano depois

R. 506

106 947



PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE

323.27(469) "1974" (046)

© **Cuadernos para el Diálogo**, Madrid; **Triunfo**, Madrid; **Time**, Nova Iorque; **The New York Review of Books**, Nova Iorque; **Le Monde Diplomatique**, Paris; **Le Monde**, Paris; **The International Herald Tribune**, Paris; **L'Express**, Paris; **The Times**, Londres; **The London Economist**, Londres; **The Observer**, Londres; **Dagens Nyheter**, Estocolmo; **The Atlas World Press Review**, Nova Iorque; e **Publicações Dom Quixote**.

Tradutores : **Eduardo Leão Maia**, **Liz Silva**, **Manuel Lopes**, **Manuel J. Palmeirim**, **Maria Cândida Biscaia**, **Maria da Graça Lima Gomes**, **Maria da Luz Beirão** e **Maria Sobral**.

Capa e Orientação Gráfica : **Fernando Felgueiras**

Todos os direitos para Portugal reservados por
Publicações Dom Quixote, Rua Luciano Cordeiro, 119 - LISBOA

COLABORAÇÃO DE :

ALDEBARÁN, Juan — Redactor da revista madrilenha **Triunfo**.

BLANQUART, Paul — Redactor da publicação francesa **Politique Hebdo**.

BRETON, Émile — Redactor da revista francesa **La Nouvelle Critique**.

CARRON, Alain-Marie — Jornalista, colaboradora de **Le Monde Diplomatique**.

DÉMARCY, Richard — Autor e encenador teatral francês. Escreveu uma peça em português, **A Noite do 28 de Setembro**, que foi representada em Évora no âmbito da «dinamização cultural» levada a cabo pelo M. F. A.

HARDY, Yves — Colaborador da publicação **Politique Hebdo**.

HASTINGS, Adrian — Missionário inglês, que se tornou conhecido em Portugal pela divulgação que fez na imprensa britânica dos massacres de Wyriamu.

MAURIN, David — Colaborador da publicação **Politique Hebdo**.

MERLE, Robert — Professor e escritor francês.

PAUTARD, André — Jornalista do semanário francês **L'Express**.

PLANCHAIS, Jean — Colaborador do diário francês **Le Monde**.

SERER, Rafael Calvo — Editor do jornal **Madrid** encerrado pelo Governo espanhol em 1971. É um dos dirigentes do grupo de oposição ao regime franquista Junta Democrática.

TECGLEN, Eduardo Haro — Jornalista espanhol. Subdirector do semanário madrilenho **Triunfo**.

MAXWELL, Keneth — Jornalista norte-americano. Redactor do **New York Review of Books**.

ÍNDICE

Portugal e o seu outro futuro, por Juan Aldebarán	9
Portugal democrático e socialista	15
Portugal na hora da Constituinte — Grande confusão nos meios rurais, por Alain-Marie Carron	25
A batalha pelo «República», por André Pautard	39
Um voto retumbante na moderação	47
Portugal e o Mediterrâneo	53
O labirinto espanhol e os acontecimentos em Portugal, por Rafael Calvo Serer	57
Poder Militar em Portugal, pelo padre Adrian Hastings	63
O exército e o poder, por Jean Planchais	65
Portugal sob pressão, por Kenneth Maxwell	71
O M. F. A. e o futuro, por Robert Merle	111
Portugal — Crise nas revoluções simultâneas, por E. Haro Tacglen	121
A luta por Portugal, por Colin Legum	129
Entre a Democracia popular e o Populismo militar, por Alain Touraine	139

PORTUGAL E O SEU OUTRO FUTURO

por Juan Aldebarán

As eleições da passada sexta-feira, 25 de Abril, em Portugal, fecham um ciclo de acontecimentos e um ano de história densa. Pode-se traçar uma linha esquemática dessa história passando por três pontos, por três datas: a de 25 de Abril de 1974, a de 28 de Setembro e a de 11 de Março.

Quer dizer, a revolta e as duas intentonas contra-revolucionárias, a relativamente pacífica de 28 de Setembro para eliminar do governo os sectores mais à esquerda — relativamente pacífica porque houve propósitos de detenções e de atentado contra o primeiro-ministro — e a intentona de 11 de Março, que custou a saída do país de Spínola, que havia sido herói visível do 25 de Abril, e a depuração nas fileiras do exército. Os traços desta história são tão recentes que são perfeitamente conhecidos de todos. Sob estas datas, o rio dos acontecimentos flui carregado de sentido.

O dado mais significativo é o da adopção, por todos, de umas posições que eram inicialmente diferentes. Há uma mecanização da situação política engrenada entre forças muito diversas, desde as capitalistas às sindicais, passando pelos parti-

dos políticos e pelas forças militares, de maneira que cada acção de uma influi sobre as restantes, produzindo uma espécie de mobilidade contínua.

Nesta mobilidade parece que o exército — ou a parte do exército que se enquadra no Movimento das Forças Armadas — tomou uma rápida dianteira, e a sua actuação chegou a ser mais importante que as próprias eleições da semana passada, e que, inclusivamente, a Constituição que a Assembleia Constituinte que se formar terá de votar, porque esta Constituição vem já prefigurada pelas instituições criadas pelo exército, como a assinatura de acordo de alguns dos principais partidos políticos.

Toda a situação portuguesa está cheia de ambiguidades: as ambiguidades próprias de um regime em plena crise de instauração. É por um lado um regime militar, por outro um regime civil, visto que existem os partidos políticos, embora nem a todos se tenha concedido direito eleitoral. O predomínio dos militares é imediatamente visível, e é produto de uma radicalização contínua a partir da data de 25 de Abril de 1974.

O Movimento das Forças Armadas não tinha, naquele 25 de Abril, uma imagem política clara, apesar dos manifestos programas emitidos. Era, sobretudo, um movimento contra: contra o velho e ancilosado fascismo, que já caía aos bocados, e contra a penetração da guerra colonial. Imediatamente estes dois movimentos negativos se transformaram em positivos: a instauração de um antifascismo e a velocíssima descolonização (provavelmente uma das mais rápidas da história).

Aquela acção política apresentava-se como neutral ou, abusando do paradoxo, como apolítica. A escolha do general Spínola para dirigir a situação — um general conhecido pelas suas relações com os grandes instrumentos capitalistas e pela sua antiga adesão à direita — mostra a insegurança dos jovens militares em si próprios. Naquele momento tratava-se de abrir um parêntese de ordem durante um prazo inferior a um ano até que se celebrassem as eleições. Inclusivamente falou-se

em respeitar algumas das criações ou das nomenclaturas da época fascista até que a instauração da democracia decidisse definitivamente (houve uma oposição a que se apagasse, por exemplo, o nome de «Ponte Salazar» na que atravessa o Tejo, até que finalmente foi apagado). Neste ano, os partidos deviam estabelecer-se, fazer-se conhecer, contar com os seus filiados, e neste ano devia-se simplesmente, por campanhas de esclarecimento e de culturização, preparar o povo para a democracia.

Este ano, todavia, não foi apenas teórico, mas também prático. Sobretudo no final, neste mês e tal que medeia entre o golpe spínolista de 11 de Março e as eleições de 25 de Abril, adiadas, inclusivamente, numa quinzena sobre a data prevista, para que desse mais tempo à acção militar: quer dizer, à socialização do país.

Ampliou-se a base do Movimento das Forças Armadas e procedeu-se a uma série de nacionalizações. A mais importante foi talvez a da banca, porque arrastou a de numerosas indústrias e empresas e, praticamente, a da imprensa: porque estava em poder da Banca e é nacionalizada, assim, sem que isso tenha sido pretendido. É curioso que muitas das pessoas que consideram um atentado à liberdade de imprensa a sua nacionalização não consideram que podia ser um atentado superior à da sua posse pela Banca.

O M. F. A. foi para a esquerda. O processo de radicalização produziu-se por reacção contra as direitas, que mais de uma vez saíram das vias legais, com uma inoportunidade política assombrosa. Mas também tem desconfiado da esquerda civil. Pelos seus reflexos anticomunistas, já antigos — suficientemente explícitos no livro de Mário Soares **Portugal Amordaçado**, escrito anteriormente à queda do fascismo —, a direcção do Partido Socialista tem ido para a direita, enquanto o país ia para a esquerda levado pelo M. F. A.

Levado, também, pelo Partido Comunista? O Partido Comunista tem-se ido também radicalizando à esquerda, servido pelos contragolpes da direita. E por umas novas relações com

o M. F. A. De princípio, os militares trataram pior o Partido Comunista — na divisão de cargos civis — que aos restantes: com bastante desigualdade em relação ao Socialista, que ocupava pelo menos duas pastas distintas e espetaculares — nada mais espetacular que a dos Negócios Estrangeiros, que Mário Soares ocupou —, enquanto os comunistas tinham somente um ministro sem pasta, o próprio Álvaro Cunhal.

Parece em princípio que para os novos militares tem vindo a ser mais fácil o diálogo com os comunistas que com qualquer outro partido: talvez pelas condições de disciplina, organização e ordem que caracterizam o P. C. P. Também porque o Partido Comunista se tem manifestado bastante mais utilizável. O Partido Comunista, ao mesmo tempo que aceitava e proclamava uma democracia pluripartidarista, não se opunha à continuação na N. A. T. O. e procurava conter as reivindicações operárias.

Quer dizer, o Partido Comunista mostrava um fino olfacto da realidade que aos outros tem faltado, à esquerda — os extremistas — ou à direita. A identificação do P. C. P. com o M. F. A., contudo, só é útil com vista à propaganda negativa. Muitas coisas os separam, e os comunistas portugueses não podem ter a garantia de que o M. F. A. não se volte um dia contra eles, ou contra todos os partidos, os comunistas incluídos.

Uma das razões é a de que o M. F. A., apesar das depurações, conta com algumas dissensões importantes. Há uma direita militar muito poderosa, que não utilizou o contragolpe de 11 de Março porque lhe parecia condenado, mas que pode chegar a ter influência no país. Talvez Galvão de Melo seja a sua figura mais visível, mas há outros que não o são tanto, e que existem também entre os comandos médios e até entre os sargentos. Não esqueçamos o que radicaliza para a direita qualquer exército colonial; não esqueçamos o grande peso da O. A. S. em França. Diz-se que os militares da direita têm ficado nos quartéis, enquanto os da esquerda ocupam os pos-

tos políticos. Não convém subestimar a importância dos militares nos quartéis.

Neste contexto, as eleições de 25 de Abril perderam uma grande parte da importância com que foram anunciadas no princípio da revolução. Havia-se posto nelas a ilusão de que configurariam o futuro de Portugal, dosificando os partidos políticos segundo a opinião pública expressa nas urnas, e de que criariam a Constituição.

O futuro não está agora nas mãos dos deputados, nem a Constituição depende inteiramente deles, visto que as suas linhas mestras lhe foram dadas por uma democracia paralela, a do M. F. A. (organizado, como se sabe, democraticamente dentro do próprio seio do exército). Pode-se duvidar de que este hibridismo seja justo ou seja eficaz. Mas as dúvidas **a priori** carecem de sentido. Só o seu funcionamento, no futuro, nos dará a chave do seu poder. É qualquer coisa genuína, original, que terá de desenrolar-se no prazo de três a cinco anos anunciado pelo M. F. A. Se é que esse prazo, depois, não é ampliado.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO E SOCIALISTA

As recentes eleições portuguesas despertaram uma atenção, uma expectativa e uma emotividade muito especiais no nosso país, para além do eco que suscitaram no mundo inteiro. Acima das razões de vizinhança ibérica e de certos paralelismos históricos, comoveu o espectáculo de civismo e a vontade de participar no processo revolucionário de um povo submerso durante meio século sob a opressão da ditadura salazarista.

A participação eleitoral atingiu 91,77 % dos inscritos, número excepcionalmente elevado, que mostra o desejo popular de estar totalmente presente na elaboração do seu futuro. O facto é instruidor e revelador de como podem desenvolver-se umas eleições livres ao cabo de apenas um ano de derrocada da ditadura. Foi, portanto, o próprio povo português, com o seu sentido da responsabilidade, o primeiro vencedor da prova eleitoral. A participação maciça nestas primeiras eleições às Constituintes e o seu resultado — opção maioritária pelos partidos de esquerda — supõem, por sua vez, um claro apoio popular ao processo revolucionário impulsionado e salvaguardado pelo Movimento das Forças Armadas. Em face das reservas e temores perante o crescente protago-

nismo político do M. F. A. — não ideal, certamente, mas explicável na situação concreta de Portugal —, há que observar que, não obstante as intenções contra-revolucionárias de 28 de Setembro e de 11 de Março, manteve o seu compromisso, não isento de riscos, de celebrar eleições livres no prazo previsto de um ano. Isto acrescentou consideravelmente a adesão do povo ao Movimento das Forças Armadas. O certo é que os dados existentes até ao momento mostram um M. F. A. que, após libertar o povo entre espingardas e cravos em 25 de Abril de 1974, **instaurou o pluralismo político**, legalizou os partidos, chamou a formar parte do Governo Provisório os seus mais destacados dirigentes, foi o braço da jovem democracia por ele iluminada das reiteradas intenções contra-revolucionárias e impulsionou as recentes mudanças na estrutura socioeconómica. Tudo isto — convém sublinhá-lo perante os que sempre tratam de identificar tudo o que soe a «esquerdas» e a mudanças revolucionárias com caos e violências — sem que tenha corrido sangue e com incidentes escassamente significativos.

A singularidade portuguesa

Os acontecimentos históricos brotam e fluem segundo cânones não preestabelecidos, resistem a uma estrita catalogação de acordo com moldes preexistentes. Como a própria vida, surgem e desenvolvem-se em ordem à sua própria dinâmica, acima das conformações mais ou menos académicas e clássicas. O processo político português é, sem dúvida, o mais original que neste momento se desenrola na Europa. Singularidade que reside na configuração de um «modelo» político que responde a umas necessidades e exigências próprias, concordes com a realidade social, económica e política portuguesa, muito diferenciado dos «modelos» clássicos de democracia ocidental. Isto faz que não poucos observadores

se desorientem e percam o pé nas suas interpretações do que em Portugal vem sucedendo.

As recentes eleições às Constituintes após a institucionalização política do M. F. A. e do **pacto** subscrito com os seis partidos políticos mais importantes, denominado «plataforma de acordo constitucional», têm um significado muito peculiar na medida em que certas bases constitucionais já estão estabelecidas e deverão ser necessariamente incluídas na Constituição que elabore a Assembleia recém-eleita. Este acordo constitucional com os partidos tem validade para um período de transição que durará, conforme o próprio pacto expressamente estabelece, de três a cinco anos, e concluirá com uma revisão constitucional.

Com a institucionalização do M. F. A. não se suprimiram os partidos políticos, antes se estabeleceu uma estrutura mista que possibilite, dentro do pluralismo político, um projecto comum de reconstrução nacional.

A mais recente história mostra com matizes trágicos a dificuldade e os mil perigos que espreitam as mudanças revolucionárias como as que Portugal está a realizar. A especificidade do processo político português — não necessariamente exportável — reside numas Forças Armadas até ao momento substancialmente não excluidoras no seu protagonismo político, antes vigilantes na defesa e impulsionadoras da passagem ao socialismo, opção agora referendada pela maioria da população nas eleições.

O M. F. A. e a sua evolução

O significado real das eleições era acessório, na medida em que as opções políticas mais importantes já tinham sido tomadas sem esperar o resultado eleitoral. A sua importância política, todavia, não pode ser subestimada. À parte o seu valor esclarecedor acerca da real força popular de cada par-

tido e os debates ideológicos autenticamente livres durante a campanha eleitoral, em momentos não isentos de virulência nas pugnas interpartidos, está também a influência que o seu resultado pode exercer nas tendências existentes dentro do M. F. A.

O Movimento das Forças Armadas tem sofrido desde 25 de Abril de 1974 uma evolução decisiva para o curso dos acontecimentos. Num primeiro momento, aglutinou desde sectores que reivindicavam objectivos meramente profissionais até aos que, com maior consciência política, desenvolvida na experiência da guerra colonial, mantinham atitudes antiditadura, uns com uma perspectiva democrático-conservadora e outros com uma perspectiva mais progressista e socializante. O programa do M. F. A. foi influenciado por este último sector e consolidado depois pela exultante adesão da população lisboeta, espectacularmente manifestada na jornada do 1.º de Maio de 1974. Nos meses que se sucederam, verificou-se uma tenaz pugna entre a tendência mais **conservadora** do M. F. A., encabeçada pelo general Spínola, e a tendência **progressista**, representada pela Comissão Coordenadora do Programa, que ia definindo a sua opção numa linha cada vez mais socialista, e que ganhava adeptos no seio das Forças Armadas. Frustradas as intencionalidades contra-revolucionárias de 28 de Setembro e de 11 de Março, as predominantes forças esquerdistas do M. F. A. adoptam medidas em profundidade para o controlo do poder económico. Em 14 de Março decreta-se a nacionalização da Banca e dos seguros, e logo a seguir a nacionalização de vinte e quatro empresas de sectores de produção básicos.

Após o golpe frustrado de 11 de Março (no qual cristalizou um estado permanente de conspiração de uma direita insolidária e incapaz de assumir o processo histórico, em conivência com os militares mais conservadores), a Revolução portuguesa entrou numa nova fase, caracterizada pela definição do socialismo como norte de todo o processo. Nesse

momento formaliza-se a institucionalização política do M. F. A. e criam-se como árbitros e motores da vida política portuguesa o Conselho da Revolução e a Assembleia das Forças Armadas. Ao mesmo tempo, e este é um elemento sugestivo, inicia-se uma **democratização** interna das Forças Armadas: incorporam-se à Assembleia do M. F. A. sargentos e soldados ao lado de oficiais da mais variada graduação, e o Conselho da Revolução fica composto por generais, almirantes, capitães e um tenente.

O resultado das eleições, favorável a um **socialismo em liberdade**, pode influir notavelmente no Movimento das Forças Armadas, muito cuidadoso em preservar a sua unidade com o povo, e pode ser determinante do tipo de socialismo a construir. Das duas correntes que se perfilam actualmente no M. F. A., uma mais próxima do modelo de socialismo autocrático dos países da Europa de Leste, e a outra mais próxima de fórmulas renovadoras, autogestionárias e participativas, esta última poderia ser a partir de agora preponderante. Cada povo tem total soberania para escolher o seu próprio caminho político; mas não podemos ocultar as nossas simpatias por esta última via de socialismo pluralista e renovador. Esta é a maior esperança e também a maior incógnita de Portugal, frente ao futuro.

Triste atitude da hierarquia eclesiástica

Dói-nos repetir que a atitude da hierarquia eclesiástica portuguesa foi, na sua grande maioria, conservadora e pré-conciliar e não se tem rectificado suficientemente.

Numa declaração colectiva tornada pública no passado 12 de Abril, após uma reunião em Fátima, em plena campanha eleitoral, os bispos portugueses, num tom cheio de reservas e desconfiança, advertiam os católicos de que lhes era «proibido votar pelos partidos que, pelos seus princípios ideoló-

gicos, os seus objectivos e as estratégias que preconizam, surgem incompatíveis com a concepção cristã do homem e da sua vida em sociedade».

O referido texto apenas esboçava uma palavra de reconhecimento e alegria pela libertação do povo **feita sem violência nem derramamento de sangue**, depois de meio século de opressão e exploração, e nem uma de aprovação pelo novo rumo, claramente atraente para os sectores da população mais humildes e empobrecidos.

Com todo o respeito, temos de expressar a nossa tristeza perante o facto de umas autoridades eclesiásticas que mantiveram silêncio — com a honrosa excepção do bispo do Porto — durante a longa ditadura salazarista, adoptarem agora posições críticas e em contraste com as atitudes positivas mantidas por comunidades cristãs de base, pelos grupos de Justiça e Paz e pelo movimento de «cristãos pelo socialismo». Fazemos votos por que num momento histórico como este, de profunda renovação nacional, com amplíssima participação do povo, a Igreja hierárquica portuguesa mude o seu rumo e evite que os sectores mais reaccionários do País possam apoiar-se nela e tratar de a utilizar para os seus fins, quando uma das suas mais nobres missões consiste em apoiar a promoção da liberdade, da igualdade e de justiça numa nação que se abre para o futuro.

Portugal e a imprensa ocidental

Alguns sectores da imprensa ocidental vêm mantendo atitudes deformadoras na imagem que oferecem dos acontecimentos portugueses. Em certas ocasiões exageram mínimos incidentes para os reconduzir à consabida conclusão da «desordem» ou do «perigo comunista» assenhorear-se do País. Alguns jornais espanhóis têm sido insuperáveis neste empenho («Eleições sob Pressão Comunista», intitulava um diário da

manhã em Madrid, mostrando na sua primeira página Álvaro Cunhal com três punhos cerrados ao alto!)

Contra os perigos de satelitização que certa imprensa ocidental areja diariamente, veio a terreno o actual ministro português dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes. Após se referir à independência nacional em relação às grandes potências U. R. S. S. e E. U. A., como linha definidora da política externa neutralista do novo Portugal, pede uma compreensão justa e objectiva da evolução portuguesa: «Os países da Europa e os Estados Unidos devem compreender que Portugal sai de uma situação que não tem equivalente na Europa nem na América. Que nós desejamos transformar o nosso país, desenvolvê-lo, construir uma sociedade mais equitativa e mais justa, e que isto é assunto nosso. Devem compreender que não é preciso destruir esta experiência. Penso francamente que não constituímos perigo algum para o resto da Europa nem para os Estados Unidos; devem compreender, pelo contrário, que somos capazes de contribuir para a paz e para a segurança da Europa.»

A experiência política deste povo, um dos materialmente mais deprimidos da Europa, bem merece que se respeite a sua opção original de construir um modelo específico de democracia pluralista na sua marcha para o socialismo como meta para resolver os seus graves problemas.



(desenho de PLANTU)

PORTUGAL NA HORA DA CONSTITUINTE

GRANDE CONFUSÃO NOS MEIOS RURAIS

Por Alain-Marie Carron

As eleições de 25 de Abril tiveram o mérito de dissipar muitas ilusões acerca da verdadeira relação de forças em Portugal. Mas essa clarificação está longe de eliminar as dificuldades da passagem para uma democracia cujas modalidades ainda não se esgotaram.

A convocação dos cidadãos às urnas demonstrou, pelo menos, que a democracia tinha mesmo reconquistado o direito de cidade em Portugal. Que democracia? Para que vejamos mais claro, teremos, evidentemente, que esperar pela convocação da Assembleia Constituinte. A orientação dos seus trabalhos e a função que se reservar o Movimento das Forças Armadas fornecerão indicações de capital importância para a apreciação da nova evolução política em Portugal.

Os diferendos entre comunistas e socialistas, assim como as tendências que começam a surgir dentro do M. F. A., não serão as únicas fontes de eventuais tensões que alguns pro-

curariam explorar. O maior problema reside, sem dúvida, não podemos esquecê-lo, na pesada herança deixada pela ditadura: não só estruturas económicas arcaicas, mas também, e sobretudo, mentalidades que evoluirão muito lentamente. É este aspecto do problema que procura esclarecer Alain-Marie Carron, que fez um inquérito numa região rural.

O pároco de Penalva do Castelo, pequena aldeia rural a cerca de 300 quilómetros ao norte de Lisboa, no distrito de Viseu, não constitui nem uma excepção nem um símbolo. Simplesmente, é pároco há trinta anos na mesma paróquia, numa região de pequenas e médias propriedades onde a Igreja é muito poderosa e onde os comunistas, segundo a expressão do próprio Álvaro Cunhal, secretário do Partido Comunista Português (P. C. P.), se consideram como «em território inimigo». Mas, como todos os portugueses que encontramos através do país, está ligado à sua terra, à mentalidade do seu grupo social. Longe da capital e das grandes cidades, num país que, durante cinquenta anos, foi propositadamente mantido longe do mundo, a palavra das pessoas de modesta ou nenhuma educação é menos susceptível que noutros lados de reflectir a fantasia, a a-normalidade de um indivíduo. Mais que o pormenor das suas conversas, são os temas e as conotações que apresentam que nos permitirão tomar o pulso ao Portugal do interior.

Numa salinha onde sobressai, em cima da mesa, o álbum de fotografias das gerações dos primeiros comungantes, o pároco, gorducho e calvo, olha para nós através das suas grossas lentes, com uma bondade profissional que, no entanto, não esconde uma prudente desconfiança. «**Não penso, diz ele mesmo antes que lho perguntemos, que iremos ter aqui o comunismo. Os extremistas não podem resolver os problemas de Portugal. Precisávamos era de um governo do centro. Aliás, não tenha ilusões, não acredito que haja mais de cinco ou seis comunistas na vila. Há-de ver: os que hoje dizem que**

são comunistas, na cabina de voto, votarão noutro partido. Contudo, não está excluída a hipótese de que um dia tenhamos uma guerra civil, porque há contradições dentro do Movimento das Forças Armadas. Muitos dos jovens militares que talvez tenha visto seguem o Movimento sem dizer nada, mas não estão de acordo. Ainda há muitos spinolistas no exército.»

É muito duro em relação ao M. F. A. e à campanha de «dinamização cultural» que este leva a cabo na região. Indo ao encontro dos camponeses, os militares começaram a «desinstalá-los», depois de quarenta anos de propaganda antipartido da parte do poder e também da Igreja. Essa desconfiança em relação à política, inculcada no povo, não é um mito. Numa pequena aldeia do Norte, um grupo de militares — embora aureolados em todo o país com a glória do 25 de Abril — foi recebido à pedrada. Noutra, onde o M. F. A. organizava uma reunião numa escola, num dia de aula, foi preciso muita paciência para convencer uma mãe cheia de medo de que os militares não lhe iam levar o filho. O M. F. A. pretende ser «apartidário», como se dirá mais adiante. Em princípio, apenas procura fazer compreender aos camponeses que os partidos políticos não são obra do Diabo e que, pelo menos, é preciso ouvir os seus representantes e depois ficar com a sua própria ideia. «Não é verdade, afirma o pároco. Essa campanha é um meio de promover os partidos de esquerda. E, além disso, os soldados aproveitam para defender a sua tendência pessoal.»

Acerca do golpe falhado do 11 de Março, também tem ideias claras. «Foi inventado de princípio ao fim. Os rockets lançados no R. A. L. 1 não estavam carregados. Os vidros partidos que o público viu já estavam partidos antes do ataque. Os panfletos distribuídos para protestar contra o golpe apareceram meia hora depois, já impressos, está a ver?»

As promessas dos militares

A alguns quilómetros dali, um pequeno camião militar num caminho de aldeia, com quatro soldados nos seus bancos, cansados. No painel posterior do veículo, um cartaz meio roto «MFA-POVO, POVO-MFA», mostrando um militar e um camponês lado a lado, cada um vestido com uma parte do «uniforme» do outro. Não se pode censurar o M. F. A. por não estar nos campos «como um peixe na água». Levámos uma hora para encontrar esse pequeno grupo de «dinamização». Num caminho de pedras e de pó branco, o camião pára à beira de um velho camponês, minúscula silhueta negra por cima da qual se estendem os cabos de duas enxadas entrecruzadas. O velho explica que foi obrigado a vender a sua terra, há cerca de trinta anos, e agora trabalha na dos outros. Satisfeito por ter havido o 25 de Abril, não sabe muito bem se pode esperar ou pedir alguma coisa. Parece que lhe falaram nos horrores que esperam o Portugal novo. «Mentiras», afirma o aspirante que veio falar com ele, e promete-lhe que, se precisar de empréstimos ou de adubos, poderá ir pedi-los, daí a algumas semanas, ao Governo Civil de Viseu. Do lado do uniforme, o diálogo foi visivelmente prudente, sem dúvida, devido à nossa presença. Mas o representante do M. F. A. fez uma promessa que, em grande escala, tem muitas consequências. A que se compromete o exército por onde passa?

Um jovem tenente do exército explica-nos numa sala de uma mansão próxima, em presença do seu administrador: «Pelo que se refere propriamente à dinamização cultural, chega tarde, diz ele. Já há quinze dias que estamos na região e encontramos quase com toda a gente. Agora fazemos um trabalho mais elaborado de assistência técnica. Em todas as nossas digressões fazemo-nos acompanhar por um engenheiro agrónomo e por um oficial de engenharia. Em toda a parte, certificamo-nos das necessidades das pessoas: electricidade, água corrente, estradas, assistência médica, educação. Os pe-

quenos trabalhos que nós podemos fazer, fazemo-los. Para as tarefas mais vastas, o engenheiro põe-se em contacto com as respectivas administrações. Pois, se queremos levar a ajuda do exército, não queremos tirar o trabalho a ninguém.»

Admite que, até ao presente, nenhum desses grandes projectos — traçado de uma estrada, construção de uma ponte ou estabelecimento de uma linha eléctrica foi posto em marcha. De momento, procura obter, e esse é o fim da sua visita ao palácio, a abertura de uma escola de rapazes ao lado da escola de raparigas criada pelo senhor, membro de uma família muito antiga e poderosa que tem grandes propriedades em várias províncias. O Ministério da Educação fornecerá um professor. Um grande proprietário que cria uma escola para as filhas dos seus empregados e não para os filhos, a mão-de-obra do futuro? Quantas gerações de analfabetos deixou ele assim crescer, com a cumplicidade do Estado? Em acções pontuais deste género, o M. F. A. é, sem dúvida, de grande eficácia, mas a racionalização dos compromissos tomados exigirá nas próximas semanas uma generalização da planificação.

Noutra aldeia, Nelas, a trinta quilómetros dali, um dos nossos hospedeiros está preocupado sobretudo com a inexperience dos militares — não chega a empregar a palavra, mas é disso que se trata — em matéria de «revolução cultural». «A acção do M. F. A. não está suficientemente preparada para ser claramente compreendida e dissipar a confusão que reina nos espíritos. Tanto mais que, ao menor passo em falso, a confiança das pessoas desaparece. Na região, há muitas casas desabitadas e pessoas mal alojadas. Os militares vieram e disseram: 'O povo vai ocupar tal e tal casa.' Isso é um erro. Aqui, nunca ninguém pegou naquilo que não lhe pertencia. Propor isso, aqui, é mostrar que não se conhece a região e os que a habitam.»

Quem fala assim? Sem dúvida, alguém que tem bens. E talvez a sua situação de «burguês do campo» o leve a exagerar o respeito pela propriedade, tal como exalta a ligação

do camponês à sua terra. Mas, pelo menos, conhece muito bem esse campo que, visivelmente, ama acima de tudo. E tem de avaliar muito justamente as resistências à mudança, que os novos dirigentes não poderão ignorar. Sentado junto da chaminé onde se assa na brasa o coelho do jantar, esse colosso barbudo de 50 anos, caçador empedernido, é uma das raras pessoas que encontramos que se exprimiu sem nenhuma hesitação e, no seu caso, com uma voz que atravessava as muralhas. «As pessoas desta região? Têm medo. Este medo resulta de cinquenta anos de uma ditadura que os foi embrutecendo. Quando eu andava na escola primária, a escolaridade obrigatória era de cinco anos. Depois passou para quatro e a seguir para três! E posso garantir-lhe que se Marcelo Caetano voltasse para as eleições, teria obtido 80 por cento dos votos, de tal modo foram iludidos e criados no medo. Ainda hoje, fora, nesta rua, quando as pessoas falam, olham de esguelha para ter a certeza de que não as estão a escutar! Os programas dos partidos políticos não interessam à população. Só acredita nos homens. E aqueles em quem tem confiança são os mesmos que antes do 25 de Abril. É a eles que se dirige para pedir conselho! Diz, e bem, que as pessoas aqui não podem tomar nenhuma iniciativa. Não sabem querer.»

«É por isso, acrescenta ele, que a falta de preparação do M. F. A. apresenta um risco. Porque deve dizer-se às pessoas o que é preciso fazer se a situação se deteriorar e, de momento, é totalmente imprevisível. Não é de excluir que um partido acabe por surgir como o salvador, o único capaz de impedir o caos. E talvez seja o Partido Comunista. Tanto aqui como na África, só há dois campos, chame-os como quiser: o contracapitalismo e o capitalismo. Será um ou o outro.

Um pouco mais longe, à noite, um meeting do Partido Socialista numa sede de concelho. Na sala de cinema, mal iluminada, está frio, e o público, silencioso, raramente aplaude. Algumas mulheres vestidas de preto. Os oradores sucedem-se, uns mais enfadonhos que outros. Mas o último a tomar a

palavra é o responsável local, que militou durante muito tempo na clandestinidade. Mais à vontade, mais hábil, suscita várias vezes verdadeiros aplausos. O seu tema: o socialismo não vai contra a mensagem da Igreja. E cita: **«É mais fácil fazer passar um camelo pelo buraco de uma agulha que entrar um rico no reino dos céus.»** O seu ponto de honra é a encíclica **Mater et Magistra**. Tira o texto do bolso, lê numerosas passagens, martelando o nome de João XXIII. Defende-se bem e termina rapidamente com o socialismo e a liberdade: **«A liberdade é ficar fora dos dois imperialismos, americano e soviético. Votar à direita do P. S. ou votar à esquerda do P. S. é votar contra a independência de Portugal.»** É vibrantemente aplaudido.

Mário vem de boleia desde essa região do Norte, semelhante nas suas rochas de granito e nos seus abetos, à Bretanha meridional. Está a cumprir o seu serviço militar, o que não lhe agrada lá muito. Os seus pais vivem numa aldeiazinha que não vem no mapa. A sua primeira reflexão é para dizer: **«Se os comunistas tomam o poder, todas as velhas de minha casa morrerão!»**

«A situação? Pode ser melhor, de qualquer maneira não pode ser pior que antes, quando havia a PIDE-DGS. Mas a vida está muito cara. O futuro? Não faço a mínima ideia.» Está completamente baralhado e faltam-lhe as palavras, assim como o hábito de falar destas coisas.

Comer uma vez por dia

Na costa atlântica, com os pescadores, a «incomunicabilidade» chega ao limite. Na Nazaré, já frequentada por turistas, interrogamos três pescadores sem êxito, até que o quarto aceita — estava sozinho — falar connosco. **«Nós não sabemos nada. Não sabemos ler. Como podemos saber o que é bom para nós? Não podemos julgar o que propõem os partidos.»** Hesita, não se atreve a falar muito, mas não quer dar a im-

pressão de que tem medo de falar. Chega então a sua mulher, que o puxa pelo braço, depois de ter ouvido a conversa durante alguns momentos. Mas, espicaçada por uma questão que a põe directamente em causa, explode: «**O que nós queremos é poder pescar e comer uma vez por dia. Não peço para comer cinco vezes por dia, como alguns, mas só uma vez.**» E a seguir, com prudência ou convicção, deixa sair, antes de se retirar com o marido: «**Nós queremos o M. F. A.**»

Na Casa dos Pescadores da Nazaré fala-se mais, mas também prudentemente. Pensa-se, entre os empregados que nos receberam, que muitos pescadores votaram no P. S., para não votar no comunismo, convencidos de que havia que «fazer qualquer coisa». Atitude que encontramos com muita frequência no Norte. O sindicato, criado depois do 25 de Abril, devia contar com uma centena de aderentes, dos setecentos pescadores da Nazaré. Mas vários deles, que encontramos junto dos seus barcos ou das suas redes, nem sequer nos disseram que existia. Um dos seus responsáveis dirigiu-se a nós num excelente francês, aprendido ao longo dos muitos anos de trabalho na França. Membro da F. E. C., dá-nos logo a entender que o não enganamos e que trabalhamos para um jornal pequeno-burguês. Hesita entre a tentação de se mostrar áspero e o desejo de discutir a estratégia do «**social-imperialismo**»: a União Soviética e os partidos seus filiados. Separámo-nos após alguns minutos de diálogo incómodo. A sua presença confirma uma observação repetida nas circunstâncias mais diversas: devido ao regresso de alguns trabalhadores emigrantes, aglomerações muito pequenas albergam militantes políticos muito activos, por vezes da extrema-esquerda. Desempenharão um certo papel no futuro e, em particular, porão problemas ao P. C. P. Porque, se o aparelho central deste é monolítico, tem de contar, no interior, com uma base renovada e menos controlável, depois do 25 de Abril.

Uma cidade do Alentejo, a província meridional onde as propriedades são imensas e o Partido Comunista está muito

bem implantado, é qualquer coisa difícil de imaginar: uma Medina europeia, branca e maciça, dobrada sobre si própria e as suas ruas pavimentadas. À noite, quando o vento frio sopra, os transeuntes, vestidos com uma longa capa que bate as asas, vão apressados, sob as arcadas, ao encontro dos amigos, pois deitam-se tarde. Na minúscula pousada de um aglomerado há alegria ao ver chegar estrangeiros a um lugar tão afastado. De manhã, a patroa, mulher forte de cerca de 60 anos, fala abundantemente na cozinha, onde serve o requeijão e o café com leite. Parece profundamente comovida ao perceber que a querem ouvir falar. A infelicidade da sua vida é não saber ler, como mais de 30 % dos portugueses. É patética neste sentimento de inferioridade: **«Eu bem queria escolher o que é bom para mim e para o povo, mas, olhe, eu nem sequer sou capaz de ler os cartazes colados na parede ou o calendário, nem mesmo as letras maiores. O meu marido também não sabe ler. Nós não somos capazes de compreender estas histórias de partidos políticos, nem nada.»** Fala dos acontecimentos com seu filho, que trabalha em Lisboa e sabe ler. Contudo, vai votar, mas não nos diz em quem. A situação parece-lhe melhor hoje, embora a vida esteja mais cara, **«porque agora pode-se falar.» Queremos é ter de comer e paz, Sobretudo que não haja guerra civil... Gostaria muito de ter 30 anos».**

A paisagem do Alentejo é, como o aspecto das suas cidades, inesperada, estranha, «surrealista», dizem os portugueses. As moderadas ondulações do relevo são tratadas como um grande jardim. Nada impede as culturas, os olivais a perder de vista ou o mar verde do trigo em maturação. Mas não encontramos aquela fantasia, aquele «canteiro» que surge quase sempre nos campos franceses. Região onde os poderosos, durante muito tempo, submeteram a terra à sua vontade, o Alentejo é também um foco de resistência dos humildes. Numa aldeiazinha, Baleizão, célebre pela sua «mártir», Catarina Eufémia, uma jovem mulher que foi morta pela G. N. R. durante

uma manifestação, em 1954, a direita ou mesmo o centro não existem. A minúscula sala do único café é o lugar de encontro, à noite, depois do trabalho. Bebe-se muito, de pé, pois não há mesa. Ninguém duvidava de que o P. C. P. ganharia aqui as eleições,, mas partdos da extrema-esquerda como o M. E. S. e a U. D. P. estão também fortemente implantados.

Onde se refugiarão os moderados, os inquietos? Provavelmente no P. S., como no Norte vão para o P. P. D. A luta política trava-se aqui entre o P. C. P. e a sua esquerda. Os esquerdistas encorajam as acções espontâneas dos camponeses, ocupação de casas, de propriedades, mobilização de homens em armas no dia seguinte ao 11 de Março, para prender eventuais conspiradores que tentassem passar a fronteira. Numa pequena aldeia, encontramos Ângelo, ex-membro do M. R. P. P., de tendência maoísta, que abandonou em consequência de divergências internas. Também ele esteve em França e voltou para casa depois de um ano passado em Lisboa. No dia em que o vimos, tinha ido policopiar panfletos do R. A. L. 1, o «regimento vermelho», o que foi atacado no 11 de Março, que exigiam não só a constituição de tribunais populares, mas também a pena de morte, o mais brevemente possível, para os conspiradores. Ao contrário do militante da F. E. C., é, no plano eleitoral, partidário de que se vote no P. C. P. Não é que espere alguma coisa do «social-fascismo». Mas espera que as pessoas da sua aldeia que têm confiança no P. C. se dêem conta, quando este estiver no poder, da sua natureza «contra-revolucionária».

«Quem nos governa?»

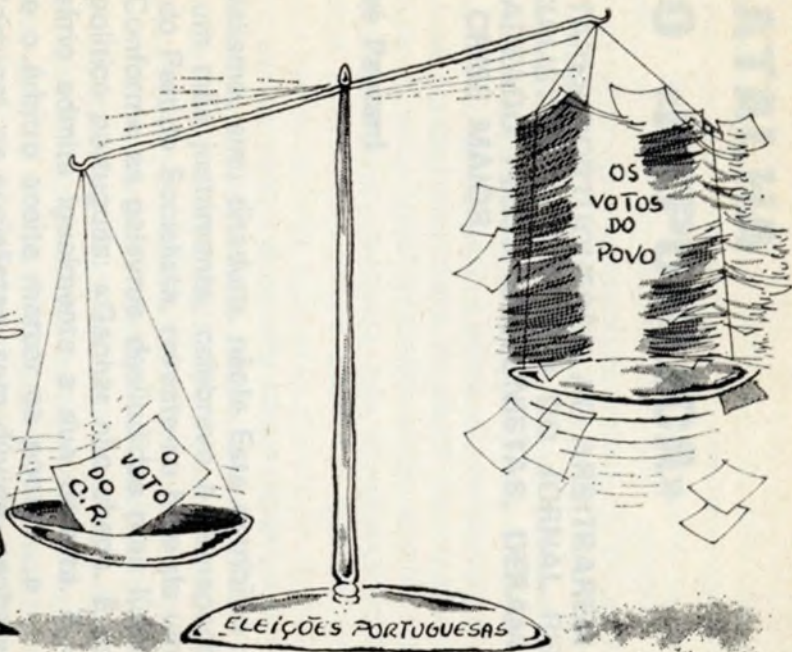
Entretanto, as pessoas do Alentejo insultam os seus párcos. O da aldeia de Ângelo recebeu-nos angustiado. «Já não há governo nem autoridade. Onde está a autoridade, quem nos governa?», exclamou o homenzinho, alto e magro. «Nós,

cristãos, estamos numa situação de perseguição. As pessoas têm medo umas das outras. A PIDE-DGS desapareceu, mas os métodos continuam a ser os mesmos. Não dispomos de nenhum meio de informação. Todos os meios de comunicação estão nas mãos do Estado. Esta manhã, na missa, com os meus cristãos, perguntávamo-nos como dar a conhecer ao mundo o que se passa verdadeiramente aqui.» O voto foi atendido... Com efeito, «agitadores» perturbaram várias cerimónias religiosas por ocasião das festas. Nas paredes da igreja puseram uma grande inscrição a tinta encarnada: «**Fora, padre ladrão**»; gracejadores de mau gosto fizeram as suas necessidades à porta da igreja e do presbitério. Acusam o padre de ter enriquecido com as dávidas em géneros ou em dinheiro destinadas aos pobres.

A «confusão» no campo chama-se, com certeza, na cidade, «complexidade do jogo político». O que chama a atenção neste Portugal que entrou em revolução, mas que ainda se pergunta se é preciso ser revolucionário, é o silêncio quase total da direita ou dos partidos que se supõe representá-la. Fora de Lisboa, as siglas P. P. D.-C. D. S. são pouco numerosas no Norte, excepto nas cidades, e invisíveis no Sul. Os defensores de um Portugal novo têm um argumento de peso: associam, e é difícil contradizê-los, capitalismo e cinquenta anos de ditadura. A esperança está no socialismo, assimilado à mudança. O Partido Comunista possui simultaneamente um domínio do jogo político e uma doutrina precisa. O Partido Socialista não tem uma coisa nem outra. Tornou-se um valor refúgio, uma esperança de «mudança sem risco». As extremas-esquerdas tornam-se activas e alguns grupos talvez se juntem a um partido suscitado pelo M. F. A., que se deseja mais «revolucionário» que o P. C. P., nacionalista, mas não irrealista. O M. F. A. ainda domina essas lutas de influência. Mas não se sabe muito bem quem domina o M. F. A. O Portugal do

interior está inquieto, mas desejando actuar, disposto a confiar. Uma confiança tomada, merecida ou manipulada, como se quiser ou como os acontecimentos o dirão, dia a dia, em Lisboa.

AVTH



A BATALHA PELO «REPÚBLICA»

OS MILITARES PORTUGUESES, AO ARBITRAREM CONTRA OS SOCIALISTAS O CONFLITO DO JORNAL REPÚBLICA, DESENCADEADO PELOS COMUNISTAS, DERAM ORIGEM A UMA CRISE MAIOR.

por André Pautard

«Socialismo, sim; ditadura, não!» Este estribilho triunfante, que, há um mês justamente, celebrava a esmagadora vitória eleitoral do Partido Socialista, reveste-se hoje de um tom dramático. Conforme as palavras desiludidas mas lúcidas de um homem político português: «Ganhar não chega. É preciso que o adversário admita igualmente a sua derrota. E, acima de tudo, que o árbitro aceite marcar os pontos...»

Em Portugal, os socialistas, sem dúvida, ganharam a batalha eleitoral. Mas os seus adversários comunistas recusaram-se obstinadamente a admiti-lo. E, neste momento, o árbitro militar não dá qualquer importância ao resultado. Tal como se quisesse considerar nula a partida e desclassificar, fora de tempo, os jogadores...

Tradução de Liz Silva
L'EXPRESS / Paris, 26 de Maio de 1975

Tumulto um pouco exaltado

O que os tempos pós-eleitorais revelam em Lisboa, é claro: o desejo afirmado pelos militares de conservarem só para si o poder que a sua revolução confiscou ao velho regime autoritário abolido. Nos dias ambíguos que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, apesar do biombo enganador dos abraços em público e dos montões de flores, houve alguns que não se deixaram enganar e que diziam: «Estes jovens capitães não se lançaram nesta aventura para em seguida cederem o lugar aos civis regressados do exílio.» Esta advertência perdeu-se no tumulto um pouco louco de uma vida política bruscamente ressuscitada depois de quarenta e oito anos de «noite ditatorial». E desvaneceu-se nos concluíos e nas intrigas decalcadas sobre os que a França conheceu durante a III e a IV Repúblicas.

No entanto, rapidamente decorados com galões suplementares e com estrelas, os jovens oficiais portugueses não iriam depois desinteressar-se da política: «O desacordo entre os partidos obrigou-nos a entrar em força no governo», explicava um membro do Movimento das Forças Armadas. Isto em Julho de 1974. A seguir, as vias do poder viram multiplicar-se os uniformes. Um Conselho — militar — da Revolução legisla. O Exército arroga-se o direito de fiscalizar o «processo democrático» por três anos — se não forem cinco — e já fez aceitar aos partidos a base da futura Constituição. Recentemente o Exército proclamou que o povo português não estava ainda suficientemente consciencializado sob o ponto de vista político e recomendava o voto em branco.

Mas no 25 de Abril apenas apareceram nas urnas 7 % de boletins de voto em branco. Então alguns oficiais, e não dos inferiores, não se coibiram de exprimir em público reservas sobre a sinceridade do escrutínio e criticaram aos quatro ventos as «manobras partidárias» das formações políticas que «dividem o povo». Renasce então o projecto de um «M. F. A.

civil», vasto partido das massas encorajado pelo Exército. Na medida do possível, as outras formações partidárias foram convidadas a unirem-se neste «Movimento de libertação». O governador militar de Lisboa, general Otelo de Carvalho, augura-lhes, por outro lado, sem rodeios, uma «morte natural»...

Os socialistas não querem sucumbir em silêncio. Desde o dia seguinte ao escrutínio, o partido de Mário Soares iniciou a luta. De início limitou-se a um confronto com os comunistas, como se os socialistas não quisessem abordar de frente os militares, ou ainda como se considerassem mais perigosas para eles as ambições de um Partido Comunista minoritário nas eleições para a Assembleia Constituinte, mas majoritário na administração pública e local, nos sindicatos, nos meios de informação.

Durante cerca de três semanas o partido de Mário Soares não parou de protestar e de convocar para as ruas os seus militantes e, especialmente, a massa dos seus eleitores. «Portugal teve sorte: o P. S. ganhou», dizem os cartazes agitados nos cortejos, que gritam: «Se nós não somos o povo, onde está ele?» Mário Soares afirma, avisando os comunistas: «Agora é preciso que não brinquem mais connosco.»

Apesar disto, nada mudará. Os comunistas mantêm-se nos postos-chaves que tomaram imediatamente após a revolução de Abril de 1974. Surdo a todos os protestos, o Exército mantê-los-á nesses postos, nomeadamente na imprensa.

Apenas, em Lisboa, um diário da tarde, o **República**, o qual sob o regime anterior já representava corajosamente as tendências socialistas, escapava a esta tutela. Na segunda-feira 19 de Maio, os operários da tipografia, em nome da Intersindical, guiada pelo P. C., tentam tomar o controlo da redacção do jornal e ocupam as instalações.

Foi a segunda ofensiva comunista contra o **República**. Já em 2 de Maio, sob pretexto de terem sido contratados dois novos redactores, a comissão sindical impedira a saída do

jornal. Desta vez o pretexto foi um artigo dedicado à visita dos dirigentes chineses à Europa; foi considerado demasiado lisonjeiro. Foi o que pensou o P. C., que mantém uma luta sem tréguas contra os «maoístas irresponsáveis». A comissão sindical decidiu então destituir o director e controlar a redacção. Mas os jornalistas socialistas, entrincheirados nos seus gabinetes, não quiseram submeter-se.

Soares mobilizou então milhares de manifestantes, os quais, indignados, assistiram na rua à agonia do jornal, que os militares vieram guardar. O Exército preferiu tratar o assunto como um conflito clássico de trabalho, o qual vai remeter a uma jurisdição especial. Mas, ao mesmo tempo, suspende a publicação do **República**: «Calam a última voz livre deste país», protesta Soares, mas em vão.

Satélite cilindrado

No momento em que estalava o conflito do **República**, os 240 militares membros do Movimento das Forças Armadas deliberavam à porta fechada nos arredores de Lisboa. Concluíam que se esperava, o primeiro depois das eleições. Pensou-se que o M. F. A. retiraria ensinamentos do escrutínio, mas ele evitou qualquer evocação do acontecimento, limitando-se a reafirmar a sua intenção de «reforçar as relações directas entre o Exército e todas as estruturas de participação popular, comissões de moradores, de bairros, de cidades». Evocação, muito precisa, da criação de um partido de massas, do tal M. F. A. civil sonhado por alguns oficiais mesmo antes das eleições. Eventualidade tornada cada vez mais plausível pelo ressurgimento, no país, das operações militares de «dinamização cultural e cívica», que confiarão daqui em diante aos soldados não apenas tarefas de animação mas também responsabilidades mais concretas...

Ao mesmo tempo, o M. F. A. dirigia ao conjunto das for-

mações políticas algo de semelhante a normas de conduta. Severas para o P. S. e para os centristas do P. P. D., suspeitos de pouco fervor revolucionário e de oportunismo. Muito severas para os socialistas, acusados de se inclinarem demasiado para a social-democracia. Consternadas para o M. D. P., o satélite dos comunistas cilindrado nas eleições, «o qual permanece incapaz de se definir politicamente, apesar dos seus méritos». Finalmente, encorajantes para o P. C., cuja acção junto das massas é louvada pelos militares...

Na sexta-feira, o P. C. reprovou violentamente aos socialistas o sabotarem a revolução e o «sistema de poder vigente» ao fomentarem na «reação internacional uma campanha de calúnias». Como se o P. C. italiano não estivesse entre os primeiros que tomaram a defesa de Mário Soares e do seu jornal e não sublinhasse igualmente, na quinta-feira, «o papel insubstituível dos partidos políticos anti-fascistas», que o M. F. A. é suspeito de negligenciar.

Há muito tempo que os socialistas receiam este afastamento dos partidos da cena, mas agora vêm-se compelidos a dizê-lo claramente. Já não se trata apenas das manobras estalinistas do adversário comunista, da sua influência crescente, dos seus intuitos totalitários que Soares acaba de denunciar. Trata-se agora da atitude do árbitro militar. Não somente da sua parcialidade, mas do seu comprometimento no jogo político. Ao decidir que os seus ministros não comparecerão às reuniões do governo até ao regresso à normalidade, faz cair uma parte do pudico véu que encobria ainda a vida política portuguesa.

«Os socialistas — diz ele — são alvo de uma discriminação intolerável. Os nossos ministros já não são ouvidos nem informados das decisões tomadas para pôr termo aos graves acontecimentos de Angola. Igualmente não são esclarecidos acerca dos planos económicos que foram elaborados. Isto não pode continuar...»

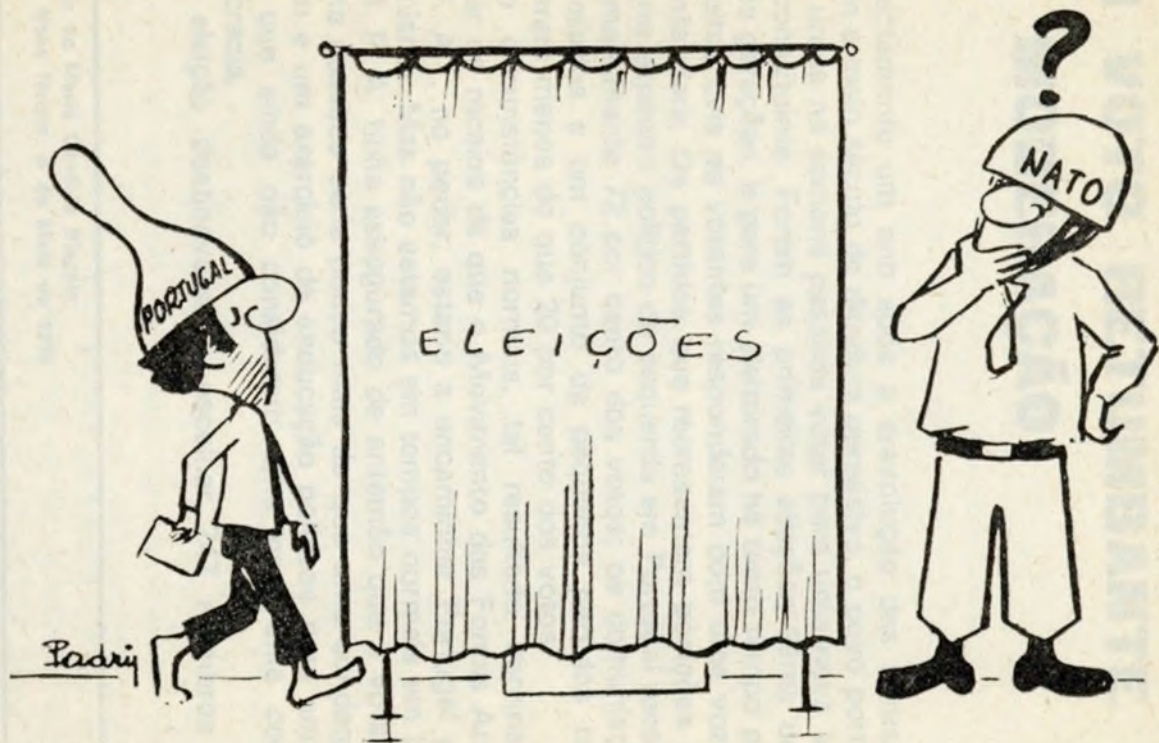
Rancor acumulado

Será um ultimato? É apenas uma advertência, um protesto desesperado. Soares sabe bem que se ele e os seus amigos abandonarem o governo vão satisfazer o desejo de alguns militares. Pretendem combater na oposição? A vida pública portuguesa é de tal modo rudimentar que o próprio conceito de oposição legal parece ser desconhecido.

Soares, os seus militantes e com eles uma maioria que em 25 de Abril se pronunciou a favor de um regime socialista, é certo, mas também de uma democracia pluralista, acabam de enunciar o problema fundamental: o que querem os militares portugueses? A resposta terá de ser procurada no rancor acumulado, durante anos, pelos centuriões que em África faziam uma guerra sem saída. Soldados amargos, mal pagos, desconsiderados, sentindo profundamente o insucesso das suas armas, revoltaram-se contra a classe política da época. Mas que espécie de apreço podem sentir estes oficiais, que na Academia aprenderam deontologia militar nos textos de Jean Lartéguy — é verdade! — pelos políticos civis? Em contrapartida, de que sedução se revestem para eles os regimes africanos de força, de partido único e governados muitas vezes por soldados...

Misturados a esta fascinação algumas baforadas de doutrina respigadas aqui e além — «o marxismo tendência Assimil», como em Lisboa se diz; adicionados os incitamentos comunistas, eis o Exército em marcha para mais uma daquelas empresas ambiciosas cujo gosto permanece profundamente enraizado na orgulhosa alma portuguesa.

Na passada quinta-feira, Soares perguntava com veemência: «Que é que eles querem? Um socialismo de miséria? Uma Albânia portuguesa?» Não é para Tirana que se voltam os olhares dos oficiais de Lisboa, nem para Moscovo ou até para Pequim, mas sim para Lima, para o Peru, onde o entorpecimento mais ou menos aceite dos partidos políticos deixa os militares únicos donos do jogo.



UM VOTO RETUMBANTE NA MODERAÇÃO

Exactamente um ano após a «revolução das flores» que pôs fim a meio século de ditadura opressiva, o povo português foi às urnas na semana passada votar para uma nova assembleia constituinte. Foram as primeiras eleições livres do país em três gerações, e para um eleitorado há tanto tempo privado de direitos civis os votantes responderam com uma voz notavelmente clara. Os partidos que representam posições moderadas no espectro político da esquerda em Portugal receberam aproximadamente 72 por cento dos votos; os comunistas, os seus aliados e um conjunto de pequenos partidos radicais receberam menos do que 20 por cento dos votos.

Em circunstâncias normais, tal resultado serviria para acalmar os receios de que o Movimento das Forças Armadas (M. F. A.), no poder, estaria a encaminhar Portugal para o comunismo. Mas não estamos em tempos normais em Lisboa, e o M. F. A. tinha assegurado de antemão que a votação da semana passada seria pouco mais do que uma sondagem de opinião e um exercício de «educação política» para uma multidão que ainda não consideram apta para uma completa democracia.

A eleição destinava-se a escolher 247 membros duma

assembleia que deve elaborar uma nova constituição, mas os seus termos foram estritamente delimitados. Os maiores partidos curvaram-se ao pedido do M. F. A. segundo o qual os militares supervisionariam as actuações do governo durante os próximos três a cinco anos. Foi esclarecido que o actual gabinete do primeiro-ministro Vasco dos Santos Gonçalves não seria substancialmente modificado, qualquer que fosse o resultado das eleições. Nele, os Partidos Socialista, Popular Democrático e Comunista têm cada um duas partes e o Movimento Democrático uma. O poder real continuará no Conselho da Revolução, de 28 membros, composto pelo presidente Francisco da Costa Gomes, primeiro-ministro Vasco Gonçalves e outros oficiais cuja feição política exacta não é conhecida, mas que se inclinam fortemente para a esquerda.

Euforia política. De qualquer modo, da região pobre e fortemente comunista do Alentejo, no sul, até ao norte fortemente católico romano, Portugal entrou em euforia política, parecendo divertir-se na alegria pura de participar em qualquer espécie de eleição. Embora o número de partidos políticos tivesse sido reduzido de mais de cinquenta para doze (alguns partidos foram banidos pelo M. F. A.), um estudante lisboeta descreveu habilmente toda aquela confusão. «O meu pai pertence às Brigadas Revolucionárias, a minha mãe é Socialista, o meu irmão é Maoísta», disse ele. «De certo modo, estou contente por não ter ainda idade para votar.»

Com o maior esforço, cada partido revezava-se no apelo aos votantes. No Domingo, os socialistas apossaram-se do Estádio 1.º de Maio para um comício final que atraiu 60 000 pessoas, a quem o dirigente Mário Soares disse: «Queremos caminhar na direcção da liberdade.» Na noite de terça-feira, os popular-democratas, uns 5000 ao todo, juntaram-se no Pavilhão dos Desportos de Lisboa no que foi mais um pretexto para uma reunião social do Estoril chique do que um encontro político sério. Na quarta-feira à noite, os comunistas desloca-

ram 60 000 pessoas para o Estádio 1.º de Maio. Enquanto os vendedores exibiam bandeiras vermelhas, emblemas e canetas, o dirigente do Partido, Álvaro Cunhal, acentuava: «Nós, comunistas, apelamos para os deveres cívicos e para a ordem.»

No dia das eleições, numa surpreendente aglomeração, uma percentagem de 91 por cento dos 6 100 000 eleitores foi às urnas. A sua escolha não era fácil: os partidos tinham programas semelhantes. À excepção dos conservadores do Centro Democrático Social, que apoiava o sistema de livre empresa, todos eram a favor de qualquer forma de socialismo para Portugal. Os socialistas diferem do Partido Comunista principalmente por porem a liberdade em primeiro lugar. Todos os grandes partidos, mesmo os comunistas, declaram apoiar a continuação do país na aliança da N. A. T. O., pelo menos num futuro próximo.

Quando os boletins foram contados, os socialistas de Soares obtiveram 38 por cento dos votos, enquanto os popular-democratas vieram a seguir com 26 por cento — dando assim aos dois partidos mais moderados do governo de coligação uma maioria confortável na Assembleia Constituinte. Apesar da sua organização firmemente disciplinada, os comunistas de Cunhal ficaram pelos 13 por cento; Octávio Pato, o segundo homem do Partido, tinha declarado que tudo o que ficasse abaixo dos 20 por cento seria considerado insatisfatório. Os oito partidos marginais mais pequenos obtiveram menos de 8 por cento em conjunto. O Centro Democrático Social, o único partido conservador permitido nas eleições, obteve uns magros 8 por cento. Os votos em branco foram só 7 por cento do total. O M. F. A. tinha sugerido que aqueles que não fossem capazes de escolher entre os partidos deveriam votar em branco (sugestão que os bispos da Igreja Católica Romana condenaram).

A vitória dos moderados dá-lhes claramente um irrefutável título de legitimidade popular, um facto que podia apoiar a força dos moderados dentro do M. F. A. Disse um satisfeito

Magalhães Mota, popular democrata e ministro: «Os nossos opositores terão de tomar em linha de conta a votação.» Disse um deliciado Soares do Partido Socialista: «Não foi mau, não foi nada mau.»

Piadas cáusticas. Com as eleições passadas, os dirigentes de Portugal podem concentrar-se de novo nas suas dificuldades, que são consideráveis. A viragem à esquerda dos militares e as incertezas sobre o futuro político de Portugal já agravaram severamente os problemas económicos do país. Os oficiais, incluindo o presidente Costa Gomes, estão preocupados com a falta de gestores especializados para administrarem os bancos, as companhias de seguros e outras indústrias recentemente nacionalizadas. O turismo caiu bruscamente; os investimentos estrangeiros deixaram praticamente de afluir. A ajuda económica ocidental tem também custado a chegar, em grande parte porque a maioria dos países sente relutância em emprestar largas somas antes de ter uma visão mais clara sobre o que a turbulenta situação em Portugal representa realmente.

As relações com Washington têm sido particularmente delicadas desde que Costa Gomes visitou os Estados Unidos no último Outono e trocou algumas palavras duras com Henry Kissinger. Consta que o presidente português ficou ainda mais azedo por causa dum incidente. Quando disse a Kissinger que o apoio popular aos comunistas em Portugal era mínimo, Kissinger retorquiu: «Na Polónia só eram 4 por cento.» A má vontade para com os Estados Unidos provocou algumas piadas cáusticas. Uma, como exemplo: Kissinger teria falado ao telefone com o Director da C. I. A., William Colby: «Não, não, Bill», diz ele, «eu disse Cunhal, não disse Faical».

Contudo, o balanço de Portugal não é totalmente negativo ao fim do primeiro ano de relativa liberdade. Duas das principais promessas da revolução — a rápida descolonização dos territórios africanos e as eleições da semana passada — foram mantidas. Ninguém esperava que os dirigentes militares por-

tugueses alterassem o seu curso significativamente por causa das eleições. Mas preocuparam-se em realizar as eleições, pelo menos em parte, para ganhar uma espécie de legitimidade democrática, e provavelmente não irão ignorar inteiramente a «sondagem de opinião» da semana passada. Ao tombar tão claramente para o lado dos partidos moderados, os votantes podem também ter exercido uma influência moderadora nos militares no poder.

Na margem sul

Após que terminarem em Portugal as próximas eleições deste ano, espera-se em Bruxelas que as conversações com os Nove sobre os futuros laços de Portugal com a C. E. E. possam ser novamente postos em marcha. Também a Grécia está rudemente à porta para ser admitida à Terceira, para não ser vencida pelos Gregos, tem o seu próprio rol de reivindicações. Se Espanha, que tem de longe uma economia mais poderosa, seguir-se a Grécia e Portugal no corte com um passado antidemocrático, também a sua admissão na C. E. E. será firmemente inscrita na agenda de Bruxelas. Mas perante o levantamento de questões relativas pelas recentes transformações políticas entre os seus vizinhos meridionais, os países da C. E. E. encontram-se numa manifesta confusão.

Os Gregos ainda não requereram formalmente a comissão da C. E. E., mas têm vindo a dizer que o farão antes do fim do ano e a comissão espera que o façam até mais cedo. A forma como a Grécia está a fazer o passo é seguramente ambivalente para os Nove. Mesmo o apoio para as negociações

Tradução de Maria da Graça Lima Gomes
125 15 0100187 / Lisboa, 19 de Maio de 1978

PORTUGAL E O MEDITERRÂNEO

Na margem sul

Agora que terminaram em Portugal as primeiras eleições deste ano, espera-se em Bruxelas que as conversações com os Nove sobre os futuros laços de Portugal com a C. E. E. possam ser novamente postos em marcha. Também a Grécia bate ruidosamente à porta para ser admitida e a Turquia, para não ser vencida pelos Gregos, tem o seu próprio rol de reivindicações. Se Espanha, que tem de longe uma economia mais poderosa, seguisse a Grécia e Portugal no corte com um passado antidemocrático, também a sua admissão na C. E. E. seria firmemente inscrita na agenda de Bruxelas. Mas perante o amontoado de questões estúpidas postas pelas recentes transformações políticas entre os seus vizinhos meridionais, os países da C. E. E. encontram-se numa manifesta confusão.

Os Gregos ainda não requereram formalmente à comissão da C. E. E., mas têm vindo a dizer que o farão antes do fim do ano e a comissão espera que o façam até mais cedo. A forma como a Grécia está a forçar o passo é agudamente embaraçosa para os Nove. Mesmo o apoio para as esperanças

gregas, que Karamanlis obteve das suas hostes francesas (que gostam de ajudar os que lutam contra os Americanos), foi menos firme do que parecia e certamente que nem os Franceses nem o resto dos Nove concordam que a admissão da Grécia antes de 1980 venha a ser uma possibilidade real. Se a Grécia clama pela sua admissão, a Turquia é obrigada a pedi-la também. A economia grega, com tempo, apesar da sua agricultura atrasada, poderia sobreviver entre os Nove; não é muito mais débil que a da Irlanda. Mas para a inexperiente economia turca, com uma população de 36 milhões de habitantes (quatro vezes a população da Grécia) para sustentar, uma admissão prematura seria um suicídio económico.

A C. E. E. está também perplexa com Portugal. Depois da primeira onda de entusiasmo no ano passado, ambas as partes esfriaram em relação a qualquer hipótese de Portugal se juntar aos Nove dentro de pouco tempo. Dúvidas, por parte da C. E. E., sobre o rumo dos Portugueses para o socialismo, coincidem plenamente com suspeitas, em Lisboa, de a Europa Ocidental vir a utilizar os seus favores políticos para influenciar o futuro político em Portugal. A Alemanha já concedeu pequenas somas de auxílio bilateral e pode conceder mais. Como banqueiro da Europa, teria de dar o seu consentimento para empréstimos se as reservas de Portugal — desorganizado por um défice comercial crescente — comesçassem a baixar. O líder socialista Mário Soares, cujo partido tem o apoio financeiro dos social-democratas germânicos e do Partido Trabalhista Holandês, está ansioso por consolidar a ligação europeia de Portugal. Outros olham mais para o terceiro-mundo ou para a Rússia. Mas os dirigentes militares portugueses, profundamente cientes dos tempos económicos difíceis que irão suportar, querem evitar o estreitamento das suas opções. O ministro dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, que esteve este mês em Bona, acredita que se deve favorecer a promoção de contactos económicos em todos os sectores.

Assim, ambos os lados fazem diligentemente pressão no

sentido de melhorar os vínculos existentes entre Portugal e os Nove. Os ministros dos Negócios Estrangeiros da C. E. E. solicitaram da comissão da C. E. E. uma nova posição para a negociação dos quatro pontos pretendidos pelos Portugueses — acordos comerciais, auxílio financeiro, cooperação técnica e protecção aos trabalhadores portugueses no estrangeiro. Portugal, por seu turno, põe de lado a necessidade de aumentar as tarifas sobre alguns artigos, de 10 para 15 por cento e pode solicitar um adiamento na redução de tarifas, solicitado no presente acordo. Os ministros da C. E. E., pressionados pelos Alemães, Holandeses e Dinamarqueses, concordaram que Portugal se podia habilitar já a empréstimos do European Investment Bank.

Mas Garret Fitzgerald, ministro dos Negócios Estrangeiros da Irlanda, avisou o conselho de que não deveriam ser levadas muito longe as esperanças portuguesas. A Itália tem o seu tomate a proteger, a França o vinho e a Irlanda os têxteis. A protecção da C. E. E. aos trabalhadores emigrados, outro ponto da agenda para um possível encontro do **comité** conjunto entre a C. E. E. e Portugal em Maio, pouco mais faria que generalizar pactos que Portugal tem separadamente com muitos dos Nove. Isto é pouca coisa. O auxílio financeiro por parte da C. E. E. seria tanto um acto de fé que Portugal planeia para permanecer em relações amistosas com os investidores estrangeiros, como um meio de conseguir auxílio na criação de postos de trabalho, que é o que a economia portuguesa, com o seu desemprego crescente, mais necessita. Mas as autoridades de Bruxelas afirmam rudemente que a C. E. E. pouco pode fazer para persuadir os investidores estrangeiros a conservarem o seu dinheiro em Portugal, assim como nada podem fazer para persuadir os imigrados portugueses que trabalham nos Nove a mandar o dinheiro para casa em vez de o manter fora de Portugal.

Os países da C. E. E. encontram-se perante um dilema. Enquanto desejam apoiar os partidos democráticos, embora

moderados e pró-europeus, faltam-lhes os recursos políticos para o fazer. Nos princípios de 1960, a C. E. E. ofereceu à Grécia e à Turquia a perspectiva longínqua de uma eventual admissão como membros, após um longo período de aprendizagem como «associados». Está por esclarecer até que ponto esta oferta representou um incentivo para o bom comportamento europeu. Não conseguiu impedir um colapso da democracia na Grécia, em 1967. Mas os Nove estão agora suficientemente duvidosos quanto aos vínculos que os ligam para serem prudentes ao alargá-los para incluir novos membros num futuro próximo. O ano passado foi gasto em tentativas, de êxito até agora incerto, para conciliar a chegada de um novo membro meio relutante.

Uma solução um tanto controversa, sugerida por Willy Brandt, o ex-chanceler alemão, é de um sistema de admissão de duas alas, uma fórmula que podia incluir os países mediterrânicos que os Nove não querem ainda admitir totalmente.

O LABIRINTO ESPANHOL E OS ACONTECIMENTOS EM PORTUGAL

por Rafael Calvo Serer

Alguns dias antes das eleições em Portugal, em 25 de Abril, um repórter espanhol encontrou, algures em Paris, um condutor de camião que se tinha obviamente perdido no caminho. Do alto da cabina do seu camião, o condutor perguntou ao repórter, com um marcado sotaque estrangeiro, o caminho para Espanha. O repórter julgou reconhecer o sotaque e replicou que, uma vez que ele era espanhol, poderiam falar espanhol. O condutor do camião respondeu-lhe que não era espanhol, mas sim português.

— É a mesma coisa, português ou espanhol...

— Não, porque nós, portugueses, somos um povo livre.

A revolução de 25 de Abril de 1974, «a revolução dos majores», traçou uma linha nítida entre os dois países da Península Ibérica. A Espanha é um país fascista, o último na Europa, e o seu extremismo levou, como **The Economist** afir-

Tradução de Maria Cândida Biscaia

INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE / Paris, 16 de Maio de 1975

mou recentemente, a conflitos com os seus vizinhos: França, Portugal, Marrocos e mesmo com Andorra.

O perigo soviético

Após a queda da ditadura portuguesa, enquanto as liberdades dos portugueses aumentavam, o regime do Generalíssimo Francisco Franco ficou numa posição perigosa. Por causa disto, as crises da revolução — a ameaça do comunismo e a predominância dos militares marxistas e esquerdistas sobre os partidos democráticos — foram observadas com evidente satisfação pelos falangistas e reaccionários em Espanha.

Segundo eles, as perturbações em Portugal provavam que o perigo soviético era sério, que a democracia era impossível na Península Ibérica e que não havia solução possível para a Espanha senão a continuação do regime ditatorial após Franco e sob o governo do príncipe Juan Carlos.

Embora por enquanto haja ainda em Portugal pluralismo político e nenhum problema religioso — conforme declarou o cardeal de Lisboa —, os conflitos entre partidos e a ruína económica fariam eventualmente com que Portugal voltasse a uma ditadura militar reaccionária, proclamam os direitistas de Madrid, evidenciando o que desejam para Espanha.

O resultado das eleições de 25 de Abril, com uma larga maioria para o socialismo democrático e controlo da Assembleia Constituinte pelo Conselho Superior da Revolução, proporcionou uma pausa de alguns meses. Estes meses (durante os quais a influência soviética não deve aumentar) serão decisivos para o regime de Franco. Mas a experiência portuguesa não pode ser um modelo perfeito para a Espanha, em virtude das muitas diferenças entre os dois países.

Dois ditadores

Em primeiro lugar, há as diferenças nas estruturas sociais e económicas dos dois países. Isto foi demonstrado uma vez durante uma conversa entre os dois ditadores ibéricos, Salazar e Franco. Quando Franco insistiu em que Portugal devia seguir o exemplo da Espanha iniciando uma política de regalias sociais — subsídio de doença, pensões de velhice, subsídio de desemprego, etc. —, Salazar respondeu que tal não era possível porque, ao contrário da Espanha, Portugal era um país pobre. Franco observou algum tempo mais tarde que tinha sido a primeira vez que ouvira apresentar a Espanha — embora indirectamente — como sendo um país rico.

Na verdade, desde 1960 que a Espanha tem vindo a sofrer uma profunda transformação, com um desenvolvimento crescente da industrialização e da urbanização; ao mesmo tempo formou-se uma vasta classe média, preparando as bases para uma democracia moderna. A democracia é também encorajada pela evolução da vida cultural e religiosa em Espanha, e os níveis de alfabetização são mais elevados do que em Portugal. O clero espanhol mostrou também uma disposição maior para lutar pelos direitos humanos e pelas liberdades públicas.

Também as situações em que a oposição democrática — tanto oficial como clandestina — se encontravam nos dois países eram bastante diferentes. Para exemplificar, recordo que Marcelo Caetano me disse em 1950, e depois em 1954 antes de ser designado como sucessor de Salazar, que gostaria de encabeçar em Portugal um grupo semelhante ao grupo de políticos e intelectuais que se tinham organizado à volta do Conde de Barcelona — o pai de Juan Carlos — para tentar criar uma alternativa liberal para a ditadura.

A situação da oposição era tão diferente que me lembro dum jornalista que um dia observou que uma viagem de Portugal para Espanha dava a impressão de se passar dum

país sob o domínio do totalitarismo para uma democracia liberal.

Um exemplo mais esclarecedor é dado pela comparação dos comunistas nos dois países: em Espanha, em oposição a Portugal, onde são fiéis à ortodoxia estalinista, os comunistas são os mais democráticos de todos os partidos da Europa.

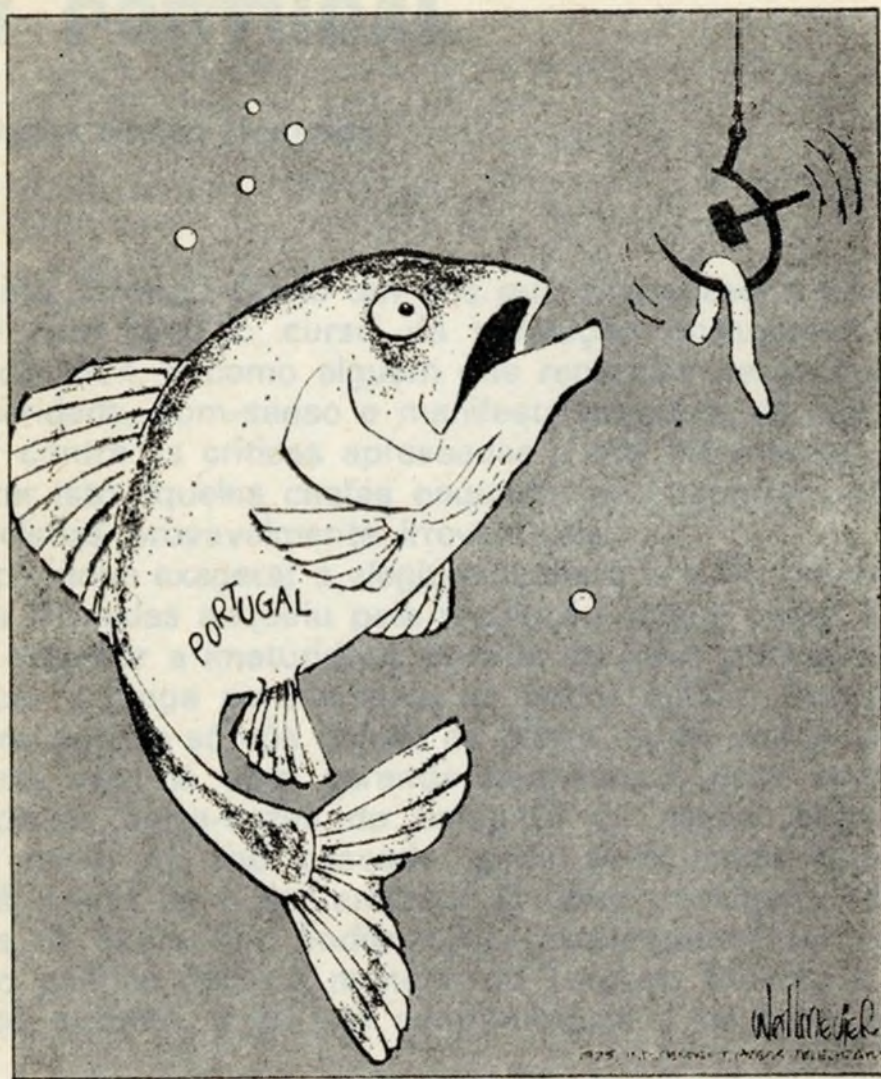
Como última questão, mas não a de menor importância, os exércitos de ambos os países são muito diferentes. É difícil conceber um grupo marxista ou marcadamente de esquerda dentro do exército espanhol. Nem aí aparecerão os elementos que derrubarão a ditadura, como se viu na revolução de 25 de Abril em Portugal.

O resultado é que em Espanha a alternativa democrática é visivelmente mais saudável, estimulada como é tanto pela direita como pela esquerda. Alguns da direita procuram unir-se, movimento mais ou menos tolerado pelo actual regime, de modo a chegar a acordo, mais tarde, com o núcleo mais vigoroso da «resistência» — o Partido Comunista. A esquerda, por outro lado, incluindo os comunistas e um vasto espectro da direita, procura restabelecer imediatamente uma democracia no sentido em que era entendida em França e na Itália nas vésperas da segunda guerra mundial.

A maturidade democrática adquirida pelo povo espanhol leva a que se acredite que em breve testemunharemos o desaparecimento pacífico do actual regime, abrindo-se assim o caminho para a democracia. Deste modo, com a realização de eleições verdadeiramente livres — como as realizadas recentemente na Grécia e em Portugal —, o povo espanhol decidirá, ele próprio, do seu destino.

PODER MILITAR

EM



— Vou só dar uma dentadinha...

Primeira da Manhã de São Paulo, 23 de Maio de 1975

PODER MILITAR EM PORTUGAL

pelo padre Adrian Hastings

Exmo. Senhor: Como um dos que simpatizaram profundamente com todo o curso da revolução portuguesa desde Abril de 1974, e como alguém que repetidas vezes defendeu a sinceridade, bom-senso e manifesta brandura da sua chefia militar contra as críticas apressadas e mal informadas, possa eu dizer isto àqueles chefes enquanto se encontram na base de decisões provavelmente irreversíveis:

É perigoso exagerar a «legitimidade» que o Movimento das Forças Armadas adquiriu pela revolução, assim como é especioso exagerar a imaturidade política do povo português para justificar a longa permanência do poder militar. Derrubastes Caetano porque só vós tínheis as armas. Iludis-vos se pensais que isto vos dá uma garantia permanente para serdes os verdadeiros porta-vozes do conjunto da nação. Esse foi o vosso papel no ano passado, pode sê-lo ainda hoje, mas poderá deixar de o ser amanhã. O povo português não deu provas de querer um poder militar semipermanente nem um partido político único à maneira do Terceiro Mundo, o braço civil do exército, e se vos comprometeis a tal linha, ireis, a

Tradução de Maria da Graça Lima Gomes
THE TIMES / Londres, 29 de Maio de 1975

pouco e pouco, encontrar-vos tão impopulares e tão necessariamente tiranos como Salazar e o seu partido único, a União Nacional. Apesar das vossas boas intenções e reformas genuínas, tereis assumido a posição dos herdeiros e não dos demolidores do fascismo.

Não esqueçais a história do vosso próprio passado. Enquanto Mário Soares e Álvaro Cunhal estavam na prisão ou no exílio, estáveis levando a cabo a política africana de Salazar e Caetano. Como só vós sabeis demasiado bem, as maiores atrocidades dos seus regimes deram-se em África, e o exército esteve profundamente envolvido — tão profundamente que desde Abril de 1974 nunca fostes capaz de, por vós próprios, os investigar. Muitos de vós sabem porquê. Não julgueis que o espírito do fascismo foi totalmente irradicado do vosso próprio espírito por algum aceno de varinha esquerdista.

E não vos esqueceis do exemplo do Chile. Existem já muitos oficiais portugueses no exílio e muitos outros que dentro do país os teriam apoiado. A preservação da revolução contra a contra-revolução depende em última análise de uma coisa — o verdadeiro apoio da maioria nacional. O Partido Socialista não apoiará um contragolpe, nem o fará o P. P. D. Mas se estes partidos forem levados para a oposição ou efectivamente silenciados, muitos dos seus simpatizantes talvez o façam. E 70 % da nação votou socialista ou à sua direita em Abril.

Se quereis um golpe de direita esta é a maneira de o propiciar: destruam os socialistas e o P. P. D., silenciem o **República** e o **Expresso**, insistam na imaturidade política do povo português, hostilizem o norte rural, a classe média e a Igreja. Que trágico fim seria para uma das mais admiravelmente humanas revoluções da história.

Vosso,

Adrian Hastings

St Edmund's House, Cambridge, 26 de Maio.

O EXÉRCITO E O PODER

por Jean Planchais

Ponta de lança da democracia contra o salazarismo com o tranquilizador Spínola, os militares portugueses foram saudados com esperança por todos os que, em França e fora dela, se situam no centro e à esquerda. Vanguarda da marcha para o socialismo, foram em seguida elevados até às nuvens pela extrema-esquerda. E um grande número de esquerdistas descobriram pelos pára-quedistas das margens do Tejo uma ternura proporcional à execução que sentem noutros locais pelos «homens-leopardos».

Para muitos dos que citavam como exemplo, sob a presidência de Allende, o «modelo militar chileno», o soldado português era a miraculosa vingança de uma dura decepção. Era o aparecimento de um militar paradoxal não conforme ao estereótipo do exército ao serviço da classe dominante.

Hoje a imagem tolda-se. O soldado-cidadão e o camarada-soldado transformam-se em pretorianos de uma revolução indecisa. «Subversão» longamente preparada? Últimos remoinhos de descolonização? Tensões devidas a estruturas sociais arcaicas? A especificidade militar portuguesa existe. Ela é um elemento capital na análise dos acontecimentos. Mas

— como os recrutas que se incorporam — é tentador. Assim aconteceu na integração de 1957-1959: todos os habitantes da Argélia estavam, pelo menos em teoria, alinhados pelo estatuto de Francês «plenamente» e desapareciam assim as desigualdades chocantes. Solução «generosa» e sem complicações, pelo menos aparentes.

Hoje, uma parte dos oficiais portugueses dizem-se «terceiro-mundistas». A operação é inversa, mas idêntica no fundo: alinhar Portugal pelos ex-colonizados e voltar a partir de uma base simples e igualitária.

Igualitária para todos, à excepção do próprio corpo militar. Saído da sua função normal de braço secular de um poder político que lhe é exterior, torna-se uma aristocracia. Detentor da espingarda, ele «pode». Desinteressado, pelo menos à partida, ele «sabe» porque é puro, ao contrário do político, cuja visão, supõe ele, é toldada pelos interesses eleitorais ou financeiros.

Viu-se funcionar esta temível engrenagem nos regimes militares de direita, especialmente na Grécia. Ela arrisca-se muito a comprometer-se, quaisquer que sejam a terminologia e a ideologia de esquerda, em Portugal. O. M. F. A. impõe a sua arbitragem à classe política e tenta improvisar uma política à vontade das deliberações e dos compromissos de uma assembleia em uniforme.

Poderá ele manter-se unido? O «socialismo militar», num primeiro tempo, procura de bom grado abrigar-se por detrás dos garantes da hierarquia tradicional, quer eles se chamem Nasser ou tenham qualquer outro nome.

Depois do que vem a hora dos Nasser. A menos que das defrontações secretas não saia uma defrontação pública.

Compromissos e ajustamentos discretos

As decisões militares já não são, hoje, o feito de um só: a complexidade das armas e dos meios proíbe-o. Mas, mesmo que não sejam de ordem estratégica ou tática, elas elaboram-se através de uma série de compromissos e de ajustamentos discretos, em que o jogo das relações de forças é cuidadosamente dissimulado aos olhos do profano.

Além de uma protecção técnica normal no domínio da defesa, o segredo é uma protecção do sagrado, cujo mistério é um elemento de autoridade, uma garantia de respeito. O balcão ou o camarote do estádio serve para anunciar ao povo uma decisão colectiva, mas nunca para uma deliberação pública. O Movimento das Forças Armadas, primeira potência política de Portugal, debate os problemas da nação à porta fechada, como se conspira ou como se prepara uma ofensiva.

O que não impede, de modo algum, os quadros, e especialmente os mais jovens, de querer apaixonadamente a felicidade das massas. Eles quase não defendem um capitalismo e uma sociedade burguesa que os consideraram durante muito tempo como o seu instrumento e a sua defesa, enquanto os desdenhavam totalmente e os remuneravam de forma justa. Mas a sinceridade, o desinteresse material tornam-se facilmente em álibis. O soldado, a partir do momento em que é puro, pode ser duro. Ele imporá o bem-estar tal como o concebe.

Um bem-estar «socialista»? Tanto mais facilmente quanto as estruturas hierarquizadas dos exércitos não o impedem de ser profundamente igualitário. O cargo e a função estão, em princípio, aí confundidos. Em princípio também, somente o «saber» e a «virtude» conferem, neste caso, um poder que, noutros casos, pode derivar da hereditariedade, do dinheiro ou do sufrágio. O bastão de marechal está, sempre em princípio, na cartucheira do soldado. Além disso, a igualdade é simplificadora, portanto eficaz.

Reduzir todos os civis a um denominador comum à partida

estes surgem também de um esquema menos original do que parece.

As reacções dos oficiais portugueses são assim tão diferentes das do grupo de União e Progresso no Império otomano, das de Nasser e dos seus companheiros? Ou ainda das daqueles exércitos africanos, de que o general Cortadellas escrevia recentemente (1), a propósito do Chade, onde comandou as tropas francesas: «Em África (...), o exército é o progresso. Por aí passaram todos os Estados modernos ao saírem da Idade Média.»

Assim que desembocam na política, os exércitos esforçam-se automaticamente por reproduzir nesse campo as suas próprias estruturas, garantidas, no seu ponto de vista, da ordem, portanto da eficácia. Juntam a isso esta temível boa vontade, este paternalismo que, transferido dos «rapazinhos» do contingente, como se diz em França, para um país inteiro, conduz às piores aberrações.

Quaisquer que sejam as posições pessoais de tal ou tal dos seus membros, o corpo militar é, pela sua estrutura, o oposto da democracia deliberativa. Desde que sai do seu papel e desemboca no político, os seus mecanismos, quaisquer que fossem de início as intenções, frequentemente sinceras, dos seus membros, voltam ao de cima.

Para reproduzir as estruturas militares, é preciso controlar ou mesmo suprimir os partidos, porque eles rompem constantemente a unanimidade necessária à boa marcha da máquina militar, e portanto da máquina política. As «lutas partidárias» constituem uma perda de tempo, de energia; obscurecem as decisões, minam publicamente as hierarquias.

(1) «Le Monde», 22 de Maio de 1975.

GOMES, VOCÊ
FARIA MUITO MELHOR EM
CONSTRUIR UMA SOCIEDADE
LIBERAL AVANÇADA. SERIA
MENOS FATIGANTE.



KONK

(Desenho de KONK)

PORTUGAL SOB PRESSÃO

por Kenneth Maxwell

A luta em Portugal durante o ano passado foi a respeito de «fins» e «meios». Ninguém duvidou da necessidade de acção quando o velho regime caiu, mas houve muito pouco acordo sobre o que essa acção deveria ser. Com o estabelecimento do Conselho Superior da Revolução, militar, em Março de 1975, a nacionalização da banca e das indústrias básicas, e a próxima expropriação de latifúndios com área superior a 500 hectares, o problema dos «fins» ficou resolvido. Resistindo a uma contra-revolução vitoriosa, Portugal está definitivamente na senda de se tornar um estado socialista.

A questão que subsiste respeita aos «meios» pelos quais tal se realizará. E a resposta a esta pergunta determinará a futura faceta da política e da sociedade portuguesas. Os próprios portugueses deram a sua resposta inequívoca. Em 25 de Abril, exactamente um ano após a revolução quase não sangrenta ter derrubado a mais velha ditadura europeia, eles rejeitaram esmagadoramente o autoritarismo — tanto o dos nostálgicos do passado, como o dos impacientes em imporem a sua visão do futuro.

Mas votaram também categoricamente na viragem, e fizeram-no numa das maiores afluências jamais registadas em eleições nacionais. O Partido Socialista português, dirigido por

Tradução de Maria Sobral

THE NEW YORK REVIEW / Nova Iorque, 29 de Maio de 1975

Mário Soares, obteve 38 % dos votos; o Partido Popular Democrático, centrista, 25 %, e o Partido Comunista Português de Álvaro Cunhal, 12,5 %. O partido irmão do P. C. P., o Movimento Democrático Português (M. D. P./C. D. E.) obteve uns meros 5 %; o C. D. S., da direita, somente 7,5 %.

Em retrospectiva, é notável que o povo português tenha tido sequer a possibilidade de umas eleições livres. Porque foi um ano cheio de alarmes e divagações. Muitos receavam o que o povo português pudesse dizer quando, pela primeira vez na história de Portugal, lhe fosse dada a possibilidade de votar livremente. Spínola e os seus aliados do Partido Popular Democrático tinham inicialmente tentado entrar o processo antecipando eleições presidenciais que confirmariam o general no poder e afastariam a ameaça duma vitória eleitoral comunista. Quando isto falhou e se tornou evidente que os comunistas só obteriam uma pequena percentagem de votos, Cunhal e o P. C. P. exprimiram preocupação quanto à falta de «preparação» dos votantes, à sua sujeição ao obscurantismo, e à sua geral incapacidade de fazerem uma opção consciente.

Nos bastidores trabalhavam também outras forças. Tal não era de admirar pois muita coisa estava em jogo. Quando Caetano caiu, muitos interesses ficaram ameaçados, tanto na Europa como em África. Porque as revoluções que começam com euforia não podem permanecer meras palavras e celebrações sonoras. Onde há vencedores tem de haver também vencidos. E a Península Ibérica parece eternamente destinada a momentos brilhantes quando subitamente, após décadas de obscuridade, se torna um microcosmo das esperanças, dos terrores e das fantasias de outros; uma bola de cristal em que alguns veriam o futuro. A imagem e o objecto raramente coincidem, embora ambos tenham o poder de precipitar acontecimentos. O mistério reside principalmente no ponto de vista

do expectador. E, na maioria das vezes, é o passado que assombra o presente.

I

Portugal tinha sido o aliado perfeito dos E. U. A. Era dócil, dependente, e não tinha outro lado para onde se virar. A embaixada dos E. U. A. em Lisboa era um prado tranquilo para direitistas turbulentos que se haviam tornado difíceis de controlar, tais como William Tapley Bennett Jr., famoso na República Dominicana, e o almirante George W. Anderson Jr., ligado ao bloqueio a Cuba. Em Portugal, estavam rodeados duma comunidade expatriada excepcionalmente homogénea. Escondidos entre as moitas de mimosas do Estoril e Cascais, ou entre as amendoeiras floridas do Algarve, encontravam-se ditadores caídos (o antigo Fulgencio Batista), futuros ou antigos monarcas (D. Juan de Espanha, Umberto de Itália), coronéis britânicos artríticos, uns quantos ex-nazis e Elliott Roosevelt, com a sua coudelaria e os seus interesses imobiliários na Torralta.

Todos parecem ter gostado de Portugal; o Almirante Anderson comprou uma vivenda no sul. Como tantos outros reabilitados durante a época de Nixon, a tais homens não faltava influência. William Tapley Bennett Jr. tornou-se embaixador adjunto dos E. U. A. nas Nações Unidas. O almirante Anderson foi nomeado presidente da Junta Consultiva sobre Informações Externas do Presidente. Constituía uma fonte segura de observação «imparcial» sobre os mal-arranjados soldados e a variedade de «vermelhos» que emergiram no ano passado das oficinas do velho Portugal para arruinar o «seu» paraíso.

Havia pouquíssimas fontes informativas válidas quando o regime de Caetano foi derrubado. Dentro do Departamento

de Estado nunca tinha existido qualquer discordância significativa sobre Portugal. A única «irritação» nas relações luso-americanas era causada pelos próprios equívocos e duplos critérios do governo americano nas suas relações com a África do Sul. Washington esquecera por tal forma as forças políticas em Portugal, tinha sido tão relutante em manter relações mesmo informais com os grupos democráticos que se opunham à ditadura, que não conhecia nenhum deles. O Pentágono sabia alguma coisa, especialmente acerca dos generais direitistas e dos seus planos, mas quase nada sobre os homens que em breve governariam o País.

A comunidade académica pouco ajudou. Os seus peritos sobre a Península Ibérica, salvo raras excepções, são discípulos do volúvel sociólogo de Yale Juan Linz, e propagadores das suas teorias de «autoritarismo». Durante os últimos quinze anos persuadiram-se a si mesmos, algumas vezes a expensas do governo espanhol, de que os regimes de Franco e Salazar se reformariam a si próprios no seu seio, apologética perigosa e patética que o próprio general Spínola considerava desprezível. Ao invés dos burocratas, dos políticos e de Marcelo Caetano, porém, os académicos são raramente chamados à responsabilidade. Assim, Juan Linz e os seus discípulos, tendo posto o «autoritarismo» de parte por algum tempo, são agora peritos sobre «fontes de radicalismo na Península Ibérica». (Linz tornou-se o condutor de pesquisas sobre Portugal nos E. U. A. financiadas pela Fundação Gulbenkian em Lisboa.) Uma observação mais honesta partiu dum diplomata ocidental observando o panorama em Lisboa com uma certa estupefacção: «Não sabemos porque fazem tudo isto, e nem sequer conhecemos a maioria.»

A base da C. I. A. em Lisboa tinha pouca importância e era considerada um «posto de reforma». Desde os anos Cinquenta, porém, a C. I. A. trabalhava estreitamente com a polícia política portuguesa (P. I. D. E./D. G. S.). Muitos agen-

tes portugueses foram aos E. U. A. frequentar cursos de treino de quatro meses. Allen Dulles achou-os «de alto calibre, diligentes e visitantes simpáticos», como escreveu numa carta descoberta após o golpe de Abril de 1974. A maioria dos que foram enviados para os E. U. A. pertenciam ao departamento de investigação, responsável pelos interrogatórios e, em numerosos casos documentados, pela tortura de presos políticos. O resultado inevitável destes esquemas foi que, no seio de um sistema moribundo, a C. I. A. estava ligada ao elemento menos ansioso por uma mudança e, como se verificou na ocasião, o último a saber que a verdadeira ameaça ao regime existia dentro das Forças Armadas.

Em Portugal, a P. I. D. E./D. G. S. formava um Estado grotesco dentro dum Estado, empenhada em lutas contínuas com comunistas reais ou imaginários do P. C. P. Como sempre, era uma luta de vantagens mútuas, a importância tanto do P. C. P. como da P. I. D. E. reflectida na sobrevivência de cada um. Mas quando a P. I. D. E. foi dissolvida no ano passado, a seguir ao golpe de Abril, a C. I. A. perdeu as suas «disponibilidades» do dia para a noite. Contrariamente aos argumentos dos defensores habituais da C. I. A., a natureza das ligações desta em Portugal, longe de contribuir para o esclarecimento de Washington, ajudou à sua confusão (1).

Depois do golpe, foi criada, incluindo antigos presos políticos, uma «comissão», para desmantelar a polícia política e a sua vasta rede de espiões e informadores. (A extensão da rede admirou até os mais severos críticos da P. I. D. E., pois os documentos descobertos na prisão-fortaleza de Caxias, à saída de Lisboa, revelaram que talvez um em cada 400 portugueses tinha sido pago pela polícia secreta, nalguma ocasião,

(1) Ray S. Cline, «The Value of the C. I. A.», **The New York Times**, 1 de Novembro de 1974; «Erasing the 'C' in 'Covert': In complete seurity», **The New York Times**, 27 de Fevereiro de 1975.

por informações prestadas.) Dado que os 22 membros do Comité Central do P. C. P. tinham passado, colectivamente, 308 anos nas prisões salazaristas, a comissão compreendia, inevitavelmente, militantes comunistas. A ligação da C. I. A. e as de diversas outras agências informativas estava pois ameaçada de ser revelada.

Ou assim o pensaram. De facto, podia-se contar com a maior discrição por parte dos comunistas. Os arquivos da P. I. D. E. eram mais úteis para chantagem do que para revelações públicas. E o seu conteúdo era tão preocupante para o dirigente comunista Álvaro Cunhal como para qualquer outra pessoa, pois o P. C. P. tinha esqueletos muito embaçosos às suas costas que não lhe interessava ver ressuscitar, o menor dos quais não seria o do assassinato do general Delgado. O P. C. P. encontrará provavelmente bom uso para a perícia dos antigos agentes da P. I. D. E. na devida altura. O major (agora brigadeiro) Otelo Saraiva de Carvalho, comandante da guarda não muito pretoriana do M. F. A., o COPCON, no seu livro de grande tiragem **Cinco Meses Mudaram Portugal** (Lisboa, 1975), alegou já que a maioria dos agentes da P. I. D. E. «eram apenas funcionários públicos, pais de família, ganhando a sua vida e a dos seus familiares como qualquer outra pessoa». (O COPCON é mais familiarmente conhecido hoje em dia por «Como Organizar a Pide com Outro Nome».)

As ligações da P. I. D. E. com os serviços secretos ocidentais não constituíram certamente surpresa para os comunistas portugueses. Os agentes da P. I. D. E. vangloriavam-se muitas vezes das ligações com a C. I. A. perante os seus prisioneiros, incluindo uma vez Mário Soares, agora dirigente do Partido Socialista português. De facto, Abílio Pires, o agente da P. I. D. E. que acompanhou Soares ao avião que o deportou para São Tomé constava, desde o final dos anos Cinquenta, da folha de vencimentos da C. I. A. (Começou com 500 dólares mensais.) A maior parte do trabalho da comissão foi realizado por jovens oficiais milicianos nos seus

20 anos, que não gostam mais dos «social-fascistas» do P. C. P. do que da C. I. A. E a comissão incluía membros doutros partidos que não viam motivos para discrição e não estavam sujeitos a disciplina partidária. Houve alguma fuga de informações, apesar dos esforços frenéticos para o evitar despendidos pelo general Galvão de Melo, o membro da Junta de Salvação Nacional responsável pelo processo de «desmantelamento». O **Nouvel Observateur** publicou informações altamente prejudiciais sobre o papel dos serviços secretos franceses em Portugal, e uma fotocópia da carta de Dulles que mencionei (1).

Mais tarde Bruno Crimi, na **Jeune Afrique** (31 de Janeiro de 1975), publicou um artigo pormenorizado sobre os responsáveis pelo assassinato de Amílcar Cabral, implicando não só alguns dos colaboradores mais próximos de Spínola na Guiné, mas revelando novamente algumas actividades altamente comprometedoras dos serviços secretos franceses e alemães. Nenhum destes factos, porém, tornou o novo regime de Lisboa mais grato aos olhos dessas forças obscuras e perigosas em que os governos ocidentais confiam para obterem informações precisas, talvez com mais convicção do que as mesmas merecem.

A ignorância política por um lado, e o antagonismo feroz e a apreensão da «comunidade» dos serviços secretos pelo outro, foram aglutinados pelo general Spínola quando, tendo em vista razões de política interna, convidou o dirigente comunista Álvaro Cunhal para participar no primeiro governo provisório. Ao contrário do P. C. P., Spínola não aprendera as lições do Chile. Avaliou inteiramente mal, provavelmente nem sequer pensou nas reacções de Henry Kissinger.

Tem sido descurado, no colapso «repentino» da política

(1) Rene Backmann. «Portugal: Les archives de tortionnaires» **Le Nouvel Observateur**, 2 de Setembro de 1974.

de Kissinger na Ásia e no Médio Oriente, que a estreiteza do campo de manobra de Washington em Portugal é totalmente autocriada. A reacção de Kissinger aos acontecimentos de Lisboa duplicou a que teve em relação a Salvador Allende, e os receios e reacções de Portugal relativamente aos E. U. A. são fundamentalmente influenciados pela forma da morte de Allende. O tipo de relações existentes entre os E. U. A. e Portugal antes de Abril de 1974 e o crescente constrangimento desde então são consequências lógicas da política externa dos anos de Nixon, provavelmente a razão por que o seu significado é evitado de forma tão estudada pelas altas individualidades que arranjam tempo para ir a todo o lado, excepto a Portugal. O que, uma vez mais, não é acidental, pois Kissinger tem pessoalmente aconselhado numerosas vezes não visitar Portugal, conselho que uns poucos — o senador Edward Kennedy, por exemplo — preferiram ignorar, mas que muitos aparentemente seguem. Apesar disso, constitui particular ironia a rapidez com que as galinhas chilenas voltaram à capoeira e onde.

Kissinger escreveu, em **Um Mundo Reconstruído** (1) que «um sistema de segurança colectiva justifica tanto a interferência universal como a defesa comum». Mas até Metternich (especialmente Metternich) sabia onde a «interferência universal» tinha importância e onde a não tinha. Já se murmura em Washington que a N. A. T. O. não está a trabalhar como uma Aliança Solidária, destinada a proteger tanto das sublevações internas como das agressões externas. O Chile era, como se diz ter afirmado o próprio Kissinger, «um míssil dirigido ao coração da Antárctica». Portugal é um caso muito diferente. E por muito que um grande número de novos dirigentes portugueses se considerem parte do «Terceiro-Mundo»,

(1) Henry A. Kissinger. **A World Restored: Metternich, Castlereagh, and the Problems of Peace 1812-1822** (Houghton Mifflin, 1973), p. 222.

não é essa a forma como Portugal é entendido pela Europa Ocidental, pelos E. U. A. e até mesmo pela União Soviética.

É sempre com particular irritação que os praticantes da **Realpolitik** descobrem que os pilares em que se apoiam acabam por não ser de todo pilares mas sim balões com o hábito de explodirem nos momentos mais inoportunos. A tragédia das relações luso-americanas é que, à falta de informações (ou na presença ignorada destas, que foi o que aconteceu quando os despachos do embaixador Stuart Nash Scott não coincidiam com as hipóteses de Kissinger), o secretário de Estado tinha pouco tempo e ainda menos inclinação para procurar compreender a situação, quanto mais para analisar as suas implicações!

Assim que se soube que os comunistas participariam no governo de Lisboa, as atitudes de Kissinger foram de pânico, reflexas, automáticas. Quase logo a seguir os «segredos» da N. A. T. O. deixaram de ser transmitidos aos Portugueses. Surgiam histórias sobre uma «teoria mediterrânica de dominó». A base dos E. U. A. nos Açores tornou-se um elemento «decisivo» na defesa de Israel (Drew Middleton, «Importance of US Munitions to Israel Assayed», **The New York Times**, 2 de Dezembro de 1974). Até o general George Brown, chefe do Estado Maior General e reputado sionista alegava que se Portugal não tivesse acedido à utilização dos Açores, os E. U. A. «teriam tido dificuldades extremas em auxiliar Israel» (1).

Todos estes argumentos foram capciosos. Portugal é uma potência atlântica, não mediterrânica; a sua importância estratégica e a das suas ilhas no Atlântico está ligada ao Atlântico Central e do Sul e às rotas do Cabo. O argumento do «dominó» era praticamente só de ordem psicológica, relacionado com a possível participação de comunistas nos governos da Espanha, Itália, França e Grécia. A base dos Açores foi considerada

(1) **The Times**, Londres, 11 de Outubro de 1974.

«decisiva» só porque todos os aliados da N. A. T. O. e até mesmo o Estado candidato, a Espanha, recusaram o direito de reabastecimento aos E. U. A. durante a guerra de Yom Kippur, e não devido ao valor intrínseco da própria base dos Açores. (As próprias análises do Pentágono mostram que o reabastecimento aéreo, embora mais dispendioso e incómodo, tornaria possível ultrapassar os Açores no reabastecimento a Israel.) (1)

A irritabilidade especial à alteração do governo de Lisboa teve uma razão secreta. No Verão de 1969 tivera lugar uma importante revisão da política de relações dos E. U. A. com a África do Sul. Um grupo interdepartamental sobre a África relatara ao Conselho Nacional de Segurança que «o panorama da rebelião (na África Portuguesa) é o de um beco sem saída: os rebeldes não conseguem expulsar os Portugueses e estes podem detê-los mas não eliminá-los» (2). Em 1970 os E. U. A. começaram a aproximar-se tanto de Portugal como da África do Sul. O Export-Import Bank concedeu facilidades às colónias portuguesas e o auxílio encoberto concedido anteriormente à F. N. L. A. de Holden Roberto em Angola foi reduzido, ao mesmo tempo que em Moçambique a ajuda prestada aos elementos considerados como «pró-ocidentais» no seio da FRELIMO cessou.

(1) *Air Force Magazine*, Fevereiro de 1975, «New Look at USAF Strategic Airlift», por Edgar Ulsamer, pp. 24-31. E também os comentários do major-general Thomas A. Aldrich, chefe do Estado Maior para Planeamento, do Comando Militar da Ponte Aérea, 14 de Novembro de 1974. Pedidos a MAC, Office of Information, Scott Air Force Base, Illinois.

(2) Grupo Interdepartamental do Conselho de Segurança Nacional para a África: Estudo para Resposta sobre o Memorando 39: África Austral. Secreto AF/NSC/IG 69-8—15 de Agosto de 1969, p. 56. Nenhuma das citações deste documento é tirada da Secção IV, a qual apresentava «opções» de políticas a adoptar. São todas extraídas de partes do estudo que fornecem informações supostamente fidedignas sobre a qual as políticas devem ser baseadas.

A Marinha dos E. U. A. utilizava com frequência crescente os portos moçambicanos e angolanos, principalmente para evitar qualquer «embaraço» por causa de visitas à própria África do Sul. Foi demonstrado um interesse crescente em relação ao porto de Nacala, em Moçambique, que, com as facilidades técnicas apropriadas, poderia alojar toda a 7.ª Esquadra dos E. U. A. Em meados de 1973, o Comando Supremo Aliado do Atlântico (SACLANT) em Norfolk, na Virgínia, cumprindo instruções do Comité de Planeamento de Defesa da N. A. T. O. (um comité dos ministros da Defesa da N. A. T. O.), iniciou um plano de operações aéreas e navais de defesa da África do Sul. O SACLANT fez inspecções do estado das comunicações, aeródromos e portos das ilhas portuguesas no Atlântico e das suas colónias africanas (1).

A súbita mudança de regime e o aparecimento de um movimento comunista aparentemente poderoso em Portugal foi assim recebido em Washington com mais do que o embaraço habitual. Washington adoptou uma política de «esperar para ver». Para os seus próprios interesses a atitude foi desastrosa. Porque foi o mesmo que deixar um bebé no banho durante uma semana e surpreender-se depois por ele se ter afogado. Em Abril e Maio de 1974, Spínola propôs uma política interna reformista e uma política colonial conservadora. Agora, que um ano já passou, os E. U. A. gostariam imenso de ver ambas realizadas; mas se hoje tentasse impô-las ou encorajá-las através de auxílio sub-reptício aos chamados «moderados», o resultado seria uma guerra civil em Portugal e Angola.

Do ponto de vista do secretário, ter recebido bem e apoiado o novo regime no ano passado abriria o precedente para a Espanha, Itália e França, o que tentara evitar quando preparou

(1) Esta actividade e o plano de operações foi primeiramente enunciado por Tad Szulc, *The Washington Post*, 2 de Maio de 1974.

a destruição de Allende. É triste mas típico que Kissinger tenha reagido à revolução democrática em Lisboa como se tivesse encontrado uma alforreca na piscina de Gerald Ford. Mas entretanto Kissinger visitara pessoalmente Caetano em Lisboa, em Janeiro de 1974, para lhe agradecer o auxílio prestado na ponte aérea de Outubro — característico da insensibilidade que também o levou a visitar o presidente Park e o levaria, se seguisse a sua própria vontade, a visitar o general Pinochet para lhe agradecer também sem dúvida ter defendido a «democracia».

II

Pouco se pode explicar sobre a política interna portuguesa sem uma perspectiva histórica, e o mesmo se aplica quanto às reacções do exterior à revolução portuguesa e ao labirinto de pressões escondidas trazidas à superfície quando esta ocorreu. O acontecimento é visto — e cada vez mais — como um conflito envolvendo as superpotências, e corresponde decerto à verdade que os acontecimentos em Portugal poderiam alterar o balanço das forças na Europa e em África em direcções que poderiam prejudicar, ou mais do que isso, as ambições de cada um.

Por enquanto, porém, apesar das aparências e de muita histeria, tal não é mais que uma questão de probabilidades. Portugal mantém-se membro da N. A. T. O. e as fricções que existem têm as suas origens em atitudes tomadas em Bruxelas e Washington, não em Lisboa. A IBERLAND, sede do comando «Íbero-Atlântico» da N. A. T. O., mantém-se, como acontecia desde 1967, nas suas instalações junto à estrada principal Lisboa-Cascais, sobranceiras à entrada mais estreita do Tejo. As esquadras da N. A. T. O. continuam a manobrar ao longo das costas portuguesas e fundeiam periodicamente ao largo da elegante zona ribeirinha oitocentista de Lisboa, para des-

pejar milhares de marinheiros em licença de desembarque. Embora pressões mal informadas e pouco certas possam justificar as preocupações da N. A. T. O. e consubstanciá-las — como o Embaixador Nash Scott disse a Kissinger há muitos meses, antes de ser demitido por causa dos seus problemas —, nada de fundamental se alterou.

Os interesses económicos e de segurança dos E. U. A. em Portugal eram, com efeito, «indirectos». As dificuldades das autoridades americanas em distinguirem os problemas e os grupos rivais, e a virulência dos seus vagos temores de que algo esteja em risco sem saberem muito bem o que seja, simbolizam esta posição ambígua. Os interesses económicos directos dos E. U. A. em Portugal são relativamente pequenos, cerca de 150 milhões de dólares, muitos dos quais recentes e pertencendo principalmente à I. T. T. Em África, os interesses económicos são mais importantes, especialmente os da Gulf Oil no enclave de Cabinda, pequeno território separado do resto de Angola, a norte da foz do Rio Congo.

No entanto, não existe em nenhuma parte de Portugal ou no que era a África Portuguesa, à parte Cabinda, o tipo definido de interesses de grupos americanos que foram ameaçados e eventualmente expropriados pelo governo socialista do Chile, por exemplo. Além disso, o relatório do grupo interdepartamental ao Conselho Nacional de Segurança, em 1969, era inequívoco quanto ao argumento de «segurança nacional». Referindo-se não só aos territórios portugueses mas também ao conjunto do sul de África, o relatório afirmava: «As nossas posições políticas sobre os problemas sul-africanos afectam uma série de interesses americanos. Nenhum destes interesses é vital para a nossa segurança, mas têm importância política e material» (AF/NSC/IG 69-8 — 15 de Agosto de 1969, p. 1).

O que estava em causa não eram os interesses americanos directos, mas sim grandes interesses europeus ligados ao imenso complexo mineiro do sul de África, fonte vital de

matérias-primas e ouro, assim como a importante questão estratégica e económica das rotas do Cabo, utilizadas pelos petroleiros que transportam quase todo o abastecimento petrolífero da Europa a partir do Golfo Pérsico. A importância destes factores para a Europa Ocidental — e conseqüentemente para as preocupações americanas sobre a estabilidade da Europa Ocidental — teve forte influência nas políticas de Washington relativamente à África. E as mesmas preocupações condicionaram a reacção dos E. U. A. quanto ao colapso do império africano português — do mesmo modo que tinham afectado o estreitamento crescente das relações com a África do Sul durante os últimos anos.

Mas o problema especial no caso de Portugal, é que a N. A. T. O. começara a descobrir que a noção de um «Portugal pluricontinental» — a ideia de que Portugal era um país intercontinental com províncias europeias e africanas, doutrina ideológica (ou mística) central da política africana salazarista — era uma ficção muito conveniente, precisamente quando todo o edifício estava prestes a ruir. A carta da N. A. T. O. excluía-a do Atlântico Sul, mas os círculos navais americanos e europeus, em resposta ao crescente poderio naval soviético, vinham expressando as suas críticas quanto a esta cláusula desde há alguns anos.

A expansão da actividade naval da N. A. T. O. era sem dúvida francamente agradável para o almirante Anderson na sua vivenda algarvia, e ele era o conselheiro-chave particular de Kissinger sobre Portugal durante os primeiros meses, e provavelmente ainda o é. Na prática, porém, isto significava que os E. U. A. estavam ligados à facção mais intransigente da sociedade portuguesa — reconhecidamente numa base improvisada e informal mas, apesar disso, através dum canal extremamente influente. Estes homens, os chamados «integracionistas», não se opunham simplesmente aos métodos de descolonização dos revolucionários de Abril de 1974, mas

à própria ideia de descolonização. E esquece-se depressa demais que este grupo era também tão oposto às ideias do general Spínola como às de qualquer outra pessoa — talvez até mais, pois ele era um dos seus que se tinha transviado.

O general Vernon Walters, director-adjunto da C. I. A., fala português fluentemente em consequência do serviço que prestou como oficial de ligação entre a força expedicionária brasileira e o 5.º Exército dos E. U. A. na Europa durante a segunda guerra mundial, período em que se tornou amigo íntimo do futuro marechal Castelo Branco, a quem ajudaria mais tarde a planear o golpe contra o presidente Goulard. Chegou a Portugal em «visita pessoal a um amigo» no princípio do Verão passado. Não surpreende que esse «velho amigo» fosse o almirante Anderson. De acordo com fontes geralmente bem informadas, Walters encontrou-se com vários amigos do almirante — Franco Nogueira, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar e principal dirigente do grupo Espírito Santo; almirante Sarmiento Rodrigues, presidente da Torralta; Adriano Moreira, presidente da subsidiária portuguesa da I. T. T., a Standard Eléctrica; e general Kaúlza de Arriaga, em tempos conhecido como «o McNamara português».

Kaúlza, membro do Conselho de Administração da Petrangol, concessão petrolífera angolana subsidiária da Petrofina belga e do grupo Espírito Santo, fora aos E. U. A. em 1969 para se encontrar com o famoso estratega general William Westmoreland. Pouco depois, como comandante-chefe em Moçambique, Kaúlza desencadeou uma operação denominada «Nó górdio», anunciada como «o golpe final contra a FRELIMO», e também um programa estratégico. Ambas as operações, tal como os seus criadores, obtiveram fraco êxito militar com elevado custo em vidas humanas.

Claro que o grupo com que Walters se encontrou através de Anderson não era outro senão a velha roda que cercava

o trémulo almirante Américo Tomás, o presidente deposto de Portugal, cujas incessantes intrigas haviam destruído as tímidas tentativas de «liberalização» de Caetano no princípio dos anos Setenta. E o grupo incluía vários inimigos figadais do general Spínola, inimigos que, meio ano antes, ao planearem a queda do «liberal perigoso» Caetano, tentaram também ver-se livres do próprio general Spínola e do seu íntimo amigo e colega general Costa Gomes.

Na verdade, o general Kaúlza informara os seus amigos dos serviços secretos dos E. U. A., Espanha e Brasil, em Dezembro de 1973, das suas intenções — pelo menos no que respeita à destituição de Caetano. E contactara através de intermediários os chefes do embrionário M. F. A. para conseguir o seu apoio. Estranhamente, ao tentar esse apoio, deu-lhes a partir daí informações secretas sobre o seu papel em abortar uma conspiração militar (em 1961) destinada a obrigar Salazar a demitir-se — conspiração essa em que estivera envolvido o então coronel Costa Gomes. Escusado será dizer que o M. F. A. repetiu essa tentativa.

Um dos protegidos de Spínola, o major (agora general) Carlos Fabião, ouvindo falar do plano para assassinar Spínola e Costa Gomes, denunciou publicamente a conspiração no Instituto de Altos Estudos Militares em Lisboa. Este episódio engrandeceu consideravelmente o prestígio do general Costa Gomes, que é agora presidente de Portugal. Mas demonstrou também quão longe Kaúlza e os seus amigos estavam de compreender a tendência política do M. F. A. e ajuda a explicar a razão por que, tanto o governo espanhol como o brasileiro, acolheram bem o golpe, a princípio. Como um alto funcionário do Departamento de Estado observou muitos meses depois: «Sabíamos que algo aconteceria. O que nos surpreendeu foi o rumo que tomou.»

Estas ligações são decisivas para compreender a queda do general Spínola e o êxito do M. F. A., contra alguns prognósticos. Porque constituem uma indicação das divisões entre

os grupos informais do poder que sustentaram o velho regime e permaneceram intactos quando o próprio Estado corporativo caíu. A luta longa e secreta entre os ultras, como o general Kaúlza, o M. F. A. e Spínola em 1974 e 1975 tinha as suas raízes nas ligações e conflitos entre forças que se alinharam umas contra as outras nos anos que antecederam o golpe. É uma história complexa, que penetra profundamente no passado português, e as suas ramificações não estão, de modo nenhum, extintas. De facto, a verdadeira crise pode ainda eclodir, e no lugar onde a luta pelo último prémio grande não está de maneira nenhuma terminada — Angola.

III

Portugal possuía o primeiro, o mais velho e o último dos impérios europeus. Mas durante a maior parte da sua história, ele próprio pouco mais fora do que uma dependência doutros — situação que obtinha o maior encorajamento por parte dos seus dirigentes comerciais e administrativos. Contentavam-se em agir como fachada de estrangeiros empreendedores ou a apoiar uma burocracia envaidecida e incompetente mediante a cobrança de taxas legais e extra-legais resultantes da passagem de mercadorias através dos seus portos. Era um sistema que aliviava os negociantes e governantes da tarefa mais árdua e potencialmente mais perturbadora de construir uma sociedade industrial moderna. Mas criou também tensões sociais e económicas internas graves, embora disfarçadas, que vieram à superfície quando as estruturas da autoridade ruíram — como aconteceu antes do golpe militar de 1928 que conduziu posteriormente Salazar ao poder, e quando o regime que ele criou caíu no ano passado.

Dado que o carácter do regime e a **élite** eram sempre intimamente associados à sua vassalagem às potências estrangeiras, era natural, sempre que um regime português caía,

que o grito de independência nacional se fizesse ouvir. Quando os Portugueses pediam liberdade contra a injustiça, incluíam sempre as injustiças cometidas pelos estrangeiros. Os Portugueses não precisaram de teóricos que lhes explicassem o «neocolonialismo», porque foram as suas primeiras vítimas e as mais consistentes. Durante várias centenas de anos, os seus principais pensadores políticos e alguns dos seus homens de Estado mais importantes debateram-se com o problema, algumas vezes com êxito, habitualmente sem ele.

A própria pobreza de Portugal era implicitamente uma arma e uma ameaça para a Europa, que fora o primeiro a lançar para aventuras imperialistas; pois se Portugal fazia, geograficamente, parte da Europa, estava separado dela politicamente e por uma profunda incapacidade em criar estruturas sociais e económicas modernas. Quando eram tão poucos os benefícios do império usufruídos pelos próprios portugueses e tantos os desfrutados por estranhos, era relativamente fácil para os «imperialistas» portugueses de ontem tornarem-se os «anti-imperialistas» de hoje. Na Guiné, em Moçambique e Angola, os movimentos de libertação fizeram sempre uma distinção cuidadosa entre o «povo português», com cujo apoio contavam, e o governo ditatorial que tentava esmagá-los. Tanto o P. A. I. G. C. como o M. P. L. A. e a FRELIMO tinham desenvolvido ideologias que estavam em forte contradição com os movimentos nacionalistas africanos originais; recearam desde o início que uma revolução política na África Portuguesa pudesse, apesar de tudo, deixá-los em condições de dependência neocolonial em relação a Lisboa e aos interesses económicos europeus a que esta estava ligada e para os quais actuava por vezes como agente.

A base de convergência entre o P. A. I. G. C., o M. P. L. A. e a FRELIMO de um lado, e o M. F. A. do outro, existiu assim desde o início. Uma rara aliança entre o corpo de oficiais colonialistas e os seus oponentes foi possível tanto pelo mo-

mento e circunstâncias especiais da luta dos movimentos de libertação, como pelo atraso de Portugal que os oficiais do M. F. A. muito ressentiam. O argumento de que o M. F. A. e os movimentos africanos eram igualmente vítimas da mesma opressão e podiam ser simultaneamente libertos com o fim desta constituía mais do que simples retórica.

Parte deste consenso mútuo entre o M. F. A. e os movimentos africanos era uma forte hostilidade ao liberalismo político e económico. Porque o tema que os Portugueses nunca foram capazes de resolver é este: sempre que o liberalismo económico e político se unem, a ortodoxia de um torna o outro vão. O aparecimento de liberdades individuais durante o século XIX ameaçou também as poucas protecções tradicionais que as classes mais pobres tinham contra a exploração económica. A adopção do comércio livre, política que favorecia a forte expansão das potências industriais do noroeste europeu, ameaçara de total sujeição um país como Portugal. A partir daí, as velhas oligarquias podiam sempre invocar a capa do «nacionalismo», apesar de ter sido a sua própria sujeição aos interesses estrangeiros que causara frequente e originariamente a sua queda.

A questão não é meramente esotérica, pois é importante na compreensão da filosofia dos novos dirigentes portugueses. Explica a relativa influência nas publicações do M. F. A. de historiadores e activistas como Piteira Santos e José Tengarrinha, de académicos do período de 1820 quando Portugal, lutando simultaneamente para combater o anticolonialismo no Brasil e manter uma constituição liberal no país, sucumbiu a décadas de desordens civis. Esta desconfiança no liberalismo ajuda também a explicar a importância da combinação do marxismo ecléctico e do nacionalismo na filosofia do M. F. A. e a atracção que tal mistura pode constituir para outros possíveis revolucionários militares, nem todos necessariamente no «terceiro mundo».

A divisão dentro da velha oligarquia não estava desligada destes dilemas. Salazar fora também um oponente feroz do liberalismo, assim como um nacionalista ferrenho. Constituía uma peculiaridade e uma força no seu sistema o facto de reconhecer a dependência do estrangeiro, minimizando ao mesmo tempo o seu impacte.

Conseguiu-o protegendo certos sectores da economia, sobre os quais os monopólios portugueses erigiram as suas fortunas com acesso privilegiado a produtos rendíveis. As fortunas dos Melo, por exemplo, tiveram origem no tabaco. No entanto, ao mesmo tempo outros sectores da economia mantinham-se quase totalmente nas mãos de estrangeiros, intervindo o governo só indirectamente por meio de legislação alfandegária e fiscal. Ainda hoje, 13,5 % do rendimento do Estado advém de direitos alfandegários.

Esta justaposição de grandes monopólios portugueses que dominaram partes essenciais do mercado interno, com interesses estrangeiros extensivos mas paralelos, actuando através de empresas locais de propriedade estrangeira, funcionou de forma relativamente harmoniosa durante a época de Salazar. Tinha tendência para se basear numa troca tradicional de matérias-primas portuguesas e produtos naturais — cortiça, vinho, citrinos, peixe — por produtos estrangeiros manufacturados. Era um sistema que estava em conformidade com a oposição de Salazar a tudo o que não fosse uma industrialização mínima, que via como precursora da classe operária em expansão e uma ameaça ao seu **statu quo** cuidadosamente preservado.

Parte do problema que se deparou aos «liberalizadores» económicos que surgiram enquanto Salazar agonizava era a forma de modernizar a economia portuguesa sem «matar a galinha dos ovos de ouro», como dizia o primeiro-ministro Caetano. Convém recordar que a ambivalência do governo relativamente aos monopólios antes do golpe era idêntica à

de agora; algumas das partes mais hostis no «Depoimento» de Caetano foram dirigidas a António Champalimaud.

O próprio Champalimaud era um dos homens de negócios portugueses mais «nacionalistas» e o seu império industrial um dos menos dependentes de ligações estrangeiras. Era também o industrial mais chegado ao general Spínola. Os argumentos de «nacionalismo» dos grandes magnates industriais portugueses eram, em parte, falaciosos, pois o nacionalismo servia os seus próprios interesses tanto como os da nação; mas havia também neles uma importante dose de verdade. O problema que o governo «revolucionário» enfrenta de modo não menos premente que o seu predecessor «fascista» consiste em conseguir uma nova definição de responsabilidade social para essas corporações — as únicas que de algum modo pode efectivamente controlar — sem destruir, ao fazê-lo, as poucas empresas «nacionais» existentes em Portugal, e abrindo simultaneamente a economia portuguesa a uma maior penetração estrangeira.

A cisão entre os monopolistas foi anterior ao golpe e, na altura, considerada como um conflito entre os que favoreciam o desenvolvimento interno dentro das linhas europeias e os que queriam desenvolver a riqueza africana de Portugal, embora de facto nunca tenha sido assim tão simples. O tipo de solução proposto por Spínola e Champalimaud após o golpe e tentado por Caetano no início dos anos Setenta consistia em remover a rigidez nefasta do Estado corporativo, continuando a conceder aos monopolistas protecções especiais a favor duma produção eficiente em larga escala.

Mas as instituições de Salazar haviam sido criadas precisamente para protecção contra a competição incontrolada e a iniciativa comercial do capitalismo liberal. Como a nova política era claramente de capitalismo liberal para alguns mas não para outros — sendo tanto mais «liberal» quanto mais pequeno fosse o negócio e menos «liberal» quanto maior o

fosse —, não recebeu acolhimento muito entusiástico, especialmente por parte das vítimas que eram afastadas da competição por empresários protegidos pelo governo. Constitui uma ironia histórica que o governo revolucionário e o Partido Comunista Português se dediquem agora a proteger as empresas pequenas, arcaicas e não competitivas que conseguiram sobreviver sob o regime anterior.

Franco Nogueira, durante muito tempo ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar, e o grupo Espírito Santo, consideravam suicídio qualquer compromisso com os requisitos liberais — especialmente os requisitos para um compromisso em África. De facto, Nogueira observou uma vez que, se Portugal perdesse África, seria «imediatamente absorvido pela Espanha». É um pensamento interessante, pois se a Espanha absorvesse agora Portugal seria como engolir uma granada viva e activada. Mas, como Nogueira bem sabia, se Portugal estivesse em risco de ser absorvido por algum país, esse país era a Grã-Bretanha. Como vários outros antigos ministros portugueses dos Negócios Estrangeiros, entre a sua saída do cargo oficial e a sua entrada para a direcção do Banco Espírito Santo, exercera as funções de presidente do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro de Benguela, a principal via de escoamento da cintura de cobre do Catanga e da Zâmbia para a baía do Lobito, em Angola, pertencente à gigantesca Concessão do Tanganhica, de interesses britânicos na África Austral.

A ligação anglo-portuguesa era sem dúvida a mais antiga e persistente de todas as relações económicas e políticas de Portugal com o estrangeiro. Arthur William Costigan, algum tempo antes de Noel Coward, observava (em 1787) que «além das mais baixas condições de vida, nunca se encontra ninguém durante as horas de mais calor, excepto cães e ingleses». Até há pouco, uma grande e ostensiva bandeira inglesa costumava ser içada todos os domingos no cimo do

elevador vitoriano que liga as elegantes ruas oitocentistas da baixa lisboeta às ruelas do Bairro Alto. Henry Fielding está enterrado no cemitério britânico. William Beckford, em tempos, entretinha-se com os meninos de coro de Lisboa, tendo as suas longas e repetidas visitas às igrejas impressionado muito os seus anfitriões pela sua religiosidade não inglesa.

Os interesses britânicos em Portugal ascendem a mais de 2 biliões de dólares. Lisboa é uma cidade de autocarros de dois andares da British Leyland e há cabinas telefónicas vermelhas, de fabrico inglês, pelas esquinas. 70 % da cortiça mundial é proveniente de Portugal, sendo a maior parte controlada pelo negócio de família de Ian e Ewan Ramkin, ou pela Roderick Reynolds' National Cork Company. O comércio de vinho do Porto continua a ser dominado pelas companhias inglesas. E as ligações vão muito além dos meros interesses económicos. A Aliança Luso-Britânica, em especial, está enraizada em gerações de casamentos cruzados, sendo muitas famílias de negociantes e comerciantes e alguns aristocratas tão inglesas como portuguesas. E algumas destas ligações podem ser de facto bem antigas; D. João Coutinho de Lancaster, presidente da Shell Prospex Portuguesa, é descendente do «velho João de Gaunt, venerável Lancaster».

Na prática, isto sempre significou que existem fortes correntes em cada país que defendem e sustentam os interesses do outro. Durante muitos anos, podia contar-se com um grupo poderoso dentro do Partido Conservador britânico para apoiar o regime de Salazar-Caetano. Os esforços de Geoffrey Rippon foram fundamentais para a obtenção de um acordo comercial preferencial com a C. E. E. em termos muito favoráveis a Portugal. Ser membro do britânico «Clube Português» sobrepõe-se por norma ao influente «Clube Tory das Segundas-feiras». A solicitude dos conservadores ingleses para com o regime de Lisboa não era totalmente desinteressada, pois tinha

muito que ver com as suas preocupações relativamente ao regime na África do Sul.

Desde 1970 que Geoffrey Rippon era o principal porta-voz político da ideia de que, como ele dizia, «a N. A. T. O. deveria alargar os seus horizontes marítimos e não ter a fronteira artificial do Trópico de Cancer como limite sul das suas responsabilidades no Atlântico». Foi sob esta pressão dos Conservadores, exercida durante os princípios dos anos Setenta no subcomité da Assembleia da N. A. T. O. sobre «A Ameaça Marítima Soviética» que se iniciou o processo que levou eventualmente à decisão, em meados de 1973, de iniciar os planos de cooperação defensiva com a África do Sul. Planos em que Portugal, e especialmente as colónias africanas portuguesas, desempenhavam um papel decisivo (1).

Estava também em jogo um problema económico muito importante. Como o relatório interdepartamental ao Conselho Nacional de Segurança referia claramente: «Os E. U. A. têm interesses económicos indirectos no papel decisivo que a África do Sul desempenha na balança britânica de pagamentos. Os investimentos do Reino Unido na África do Sul estão correntemente avaliados (1969) em 3 biliões de dólares (os investimentos americanos nessa altura eram de cerca de 1 bilião) e os Ingleses declararam que não tomarão qualquer atitude que possa lesar os seus interesses económicos» (AF/NSC/IG 69-8, 15 de Agosto de 1969, p. 3).

O império português estava assim demarcado por laços económicos que aliavam uma quase restrição mercantilista a redes complexas representantes dos interesses de capitais da Europa Ocidental, da América do Norte e da África do Sul.

(1) Esta actividade é discutida em pormenor por Sean Gervasi em «NATO: Towards defense co-operation with the white regimes», Portugal, **The NATO Powers and Southern Africa. A Report to the Special Committee on Decolonization of the United Nations**, Confidential, pp. 191-222.

Embora isso nunca fosse visível à superfície, as pressões para manter a África Portuguesa e para proteger Portugal estavam estreitamente interligadas. Mais, tais pressões eram paralelas às preocupações estratégicas da N. A. T. O. E trabalhando para atingir estes objectivos interligados, havia poderosas redes de amigos. Não necessitavam de correspondência interdepartamental do estilo I. T. T. para organizarem a oposição aos acontecimentos que os ameaçavam. Naturalmente seria uma conversa entre dois cálices de vinho do Porto num clube londrino. Nem consideravam os seus actos particularmente conspiratórios, menos ainda repreensíveis. Estavam simplesmente a fazer o que era natural, defendendo os seus interesses e ajudando os seus amigos.

Mas, para compreender o que aconteceu em Portugal e o que poderá ainda acontecer em Angola é essencial também sublinhar que estas linhas de influência e preocupação nem sempre coincidiram com as ideias de Spínola nos seus desentendimentos ideológicos e de política prática com o M. F. A. Porque tanto Spínola como o M. F. A., cada qual a seu modo, prezavam os interesses do seu país — e estes eram muitas vezes diferentes dos interesses e preocupações dos estrangeiros, muito particularmente dos Ingleses. (Não foi por acaso que Rippon e outros dirigentes conservadores apareceram numa reunião do partido das direitas, o C. D. S., em Janeiro último.) Depois de Abril de 1974, Spínola compreendeu que as influências obscuras mas poderosas de interesses da Europa Ocidental que apoiavam grupos das direitas eram utilizadas de formas que só o poderiam comprometer.

Tais manobras eram obviamente de importância directa para os E. U. A. Porque, com as «disponibilidades» da C. I. A. virtualmente de rastos e as suas actividades no Chile por tal forma conhecidas que as suas técnicas e até os seus agentes enfrentavam constante desmascaramento, os E. U. A. viraram-se, em desespero de causa, para os seus velhos mas afas-

tados amigos. O que Kim Philby dividira, Álvaro Cunhal voltara a juntar. De acordo com fontes britânicas bem colocadas, a C. I. A. conta agora fortemente com os serviços secretos britânicos para obter informações e contactos com o novo regime. Podia ser pior. Os Ingleses parece terem escapado a qualquer insinuação de conluio com a P. I. D. E. Têm muitas «disponibilidades». (O departamento dos serviços secretos ingleses sobre Portugal, se chegou a ser um departamento, foi em tempos dirigido por Graham Greene, tendo Malcolm Muggeridge agido como agente local em Lisboa e Moçambique.)

Este acordo com os serviços secretos britânicos pode ser mais sagaz e subtil do que as maquinações disparatadas do almirante Anderson e do general Walters e dos seus «contactos» portugueses, mas comporta ainda riscos. Parece provável que aglutine a confusão da estratégia da N. A. T. O. e os interesses da Europa Ocidental na África Austral, que já alteraram de modo desastroso a posição dos E. U. A. relativamente a Portugal.

IV

Será provavelmente difícil durante muito tempo explicar a importância da Guiné-Bissau como campo experimental de tanto do que tem acontecido em Portugal. Um minúsculo território assolado pela miséria, de pouca importância sob o ponto de vista económico e só indirectamente sob o estratégico, foi fulcral para o drama. Nenhuma outra colónia poderia simbolizar melhor o fim da aventura imperialista europeia. Fora descoberta há mais de 500 anos por navegadores portugueses que procuravam uma passagem marítima para a costa da Guiné de forma a controlarem o comércio de ouro e escravos que anteriormente chegava à Europa ido da África Ocidental através das caravanas pelo Sara. Movimentando-se em redor do difícil litoral africano da Guiné, descobriram os sistemas de

ventos e correntes que abriram o caminho para o Novo Mundo, o Cabo da Boa Esperança e o Oceano Índico. De certo modo, tudo começou aqui, onde hoje tudo acabou.

Para os Portugueses, a guerra na Guiné-Bissau era um manifesto absurdo, mas por razões de precedentes e prestígio não podia ser abandonada. O conflito retinha um grande exército em proporção à população, embora próximo do fim as tropas portuguesas estivessem confinadas em enclaves, coexistindo no mesmo pequeno território com um Estado que declarara já a sua independência. Foi uma guerra sobre a qual o chefe do governo português, Marcelo Caetano, pôde dizer ao general mais proeminente do país, António de Spínola, então comandante militar da Guiné, que preferia a derrota a negociações que poderiam constituir um precedente para Moçambique e Angola.

Mais do que qualquer outra coisa, este comentário de Caetano levou Spínola à oposição. Mas as circunstâncias da luta na Guiné tinham já por si exercido uma profunda influência tanto nele como no exército que comandava. Pouco depois da sua chegada, nos fins dos anos Sessenta, Spínola pôs de lado a estratégia de inspiração muito americana do seu predecessor, Arnaldo Schultz, e adoptou as técnicas do seu inimigo, o P. A. I. G. C. Formou grupos de acção cívica, iniciou campanhas de alfabetização, tentou encorajar a participação local nas tomadas de decisão. Levou Jorge de Melo, cuja C. U. F. tinha praticamente dirigido a Guiné Portuguesa como um feudo privado de negócios, a demonstrar certas pequenas responsabilidades sociais — distribuindo terras e prestando auxílio financeiro para a instalação de camponeses. O governo de Spínola na Guiné-Bissau não só o fez aparecer como um comandante militar bem sucedido numa altura de sombrio descontentamento e derrota, como lhe deu a noção das possibilidades do exercício do poder firme e compreensivo.

Mas havia uma outra faceta de Spínola. Compreensivo para

com os seus homens, podia também ser brutal se o decepcionavam. Rodeava-se de um círculo de elegantes oficiais de cavalaria com boas maneiras e silhuetas esbeltas (os oficiais gordos eram postos de lado). E algumas vezes a rudeza dos outros não é apreciada pelos que já por si são rudes. Spínola tinha tendência para gostar de cortesãos, e a sua corte ressentia-se. Otelo Saraiva de Carvalho, hoje comandante da força de segurança do M. F. A., o COPCON, foi chefe das campanhas de guerra psicológica na Guiné, mas não pertencia ao círculo íntimo e sentiu-se insultado por esta exclusão. Em Setembro de 1974 foi uma das figuras decisivas para a queda de Spínola como presidente.

De facto, quase todos os personagens principais nas lutas dentro das Forças Armadas portuguesas durante o ano passado trabalharam com Spínola quando este foi governador da Guiné e, ou o adoravam, ou duvidavam dele por isso mesmo. Almeida Bruno, um dos homens nomeados por Spínola para o Conselho de Estado após o golpe, foi um dos seus principais ajudantes de campo. Firmino Miguel, ministro da Defesa nos primeiro e segundo governos provisórios e o indivíduo escolhido por Spínola para primeiro-ministro na sua luta contra o M. F. A. após a resignação do Prof. Palma Carlos, em Julho de 1974, comandara operações especiais na Guiné. Carlos Fabião, o último governador português da Guiné, agora comandante-chefe do Exército Português, foi outro dos principais ajudantes de campo de Spínola.

O general Fabião é o protótipo do impacte subtil que a Guiné teve na formação do novo exército português, impacte essa cuja actividade e atitudes são ainda subestimadas pelos políticos civis e pelos diplomatas estrangeiros. Tanto uns como outros continuam a contar historietas sobre a «ingenuidade» dos jovens oficiais, as suas negociatas secretas, os seus abusos pessoais de poder, festanças e mulherio, como se ao retratá-los como integrados no velho estilo possam tranquilizar-

-se a si próprios sobre as suas intenções. Até agora têm-se enganado sempre e têm subestimado sistematicamente a vontade e dedicação do M. F. A. E nunca se enganaram tanto a respeito de alguém como sobre Carlos Fabião. Oficial duro, calmo e teimoso, Fabião passou a maior parte dos últimos treze anos na Guiné, onde foi um dos protegidos de Spínola. Mas a sua lealdade à experiência que teve na Guiné provou ser maior que a que dedicava pessoalmente ao general do monóculo.

Fabião orientou as actividades principais do exército português na Guiné na reconstrução social e económica. Trabalhando nas aldeias viu que um problema daqueles requeria uma transformação radical da ética militar. Talvez que esta fosse uma conclusão natural para um homem inteligente participando numa guerra impopular com um exército de milicianos num local indefensável, guerra essa baseada em raciocínios tão deformados que atingiam as raias do absurdo. Mas verificara-se uma transformação nas opiniões sociais dos oficiais e a sua profundidade não era apreciada em Lisboa. No caso de Fabião, isto conduziu a um erro de cálculo decisivo sobre a sua acção provável (ou inacção) tanto pelos spinolistas como por vários agentes secretos ocidentais durante o colapso de Março de 1975 que levou Spínola a abandonar o país.

Se as convicções expressas por Fabião tivessem sido levadas a sério, o facto de ele não ter apoiado o **putsch** abortado de Spínola em 11 de Março não teria surpreendido os agentes ocidentais que, aparentemente, esperavam que ele procedesse de outro modo. Fabião esboçara a sua filosofia com certo pormenor no diário socialista **República**, em Outubro passado. Falando nas novas relações internas no exército, observou que o comando não permanecia em nenhuma autoridade imposta ou predeterminada mas era exercido pela percepção mútua de objectivos e dos meios de os alcançar. Falando da Guiné, disse: «O homem por si só, auto-suficiente, onnipotente, tornou-se uma relíquia do passado, um tipo de dinos-

sauro extinto, porque o trabalho produtivo, hoje em dia, só é possível pelo trabalho de equipa com a ajuda e confiança de todos. É uma lição que jamais esquecerei» (**República**, 30 de Outubro de 1974).

Para os de fora, tais comentários parecem banalidades. Num país onde tais conceitos nunca existiram e dentro duma organização militar que mal tinha saído do século XIX, eram revolucionários. E foram aplicados. Nenhuma das actividades do exército português desde a saída de Spínola da Presidência, em Setembro último, podem ser explicadas sem se ter compreendido a profundidade das convicções existentes por detrás das transformações postas em execução por homens como o general Fabião.

Muito do que eles têm feito demonstra a seriedade e o alcance profundo das suas intenções: equipas de «dinamização cultural» que se espalharam pelo país e cuja actividade foi decisiva para a informação do povo do seu dever de votar e como fazê-lo; o papel que as Forças Armadas determinaram para si mesmas na reconstrução social e económica de Portugal; os inumeráveis **comités** de soldados, sargentos e oficiais que funcionam em corpos semilegislativos dentro das Forças Armadas. Alguns portugueses têm sido tratados rude e cruelmente sob o governo dos dirigentes do M. F. A. Mas os soldados que proporcionaram umas eleições livres por voto secreto para 92 % dos votantes recenseados não estão a impor um estado policial — longe disso.

A Guiné-Bissau foi a precursora de quase todas estas actividades. Os grupos de soldados que o general Fabião enviou às aldeias africanas para encorajar a expressão da opinião local e a formação de cooperativas serviram de modelo aos grupos do M. F. A. que percorreram Portugal antes das recentes eleições. E muito antes de o M. F. A. em Portugal admitir soldados e sargentos às suas associações e assembleias, ou providenciar para a participação de sargentos e oficiais mili-

cianos nas suas deliberações, o M. F. A. na Guiné, sob Fabião, institucionalizara todas estas reformas. De facto, elas fizeram-se logo em Junho de 1974, e isto foi de importância vital para o ritmo da descolonização de África.

A guerra na África Ocidental deu origem a um dos poucos teóricos da África moderna: Amílcar Cabral, um homem que os dogmáticos europeus acharam herético e cómico até que as suas ideias triunfaram de tal modo que, numa tentativa desesperada para dividir o seu movimento e invalidar a sua causa, a P. I. D. E. e os seus sinistros amigos o assassinaram em 20 de Janeiro de 1973, transformando-o num mártir. Mas Cabral fora um internacionalista idóneo que obtivera o apoio dos Estados africanos independentes e era bem conhecido e respeitado entre os «países não alinhados». Estes elos foram vitais durante o último ano. Não se aprecia devidamente que, durante os últimos doze meses, a diplomacia africana e não alinhada obteve um êxito sereno, que não é menos notável pelo facto de ter passado quase despercebido. Enquanto Kissinger resmungava acerca do P. C. P. (cuja ausência destes acontecimentos é tão completa que por si só justifica menção) e os amigos do almirante Anderson conspiravam, uma diplomacia secreta diligente lançava as bases para o estabelecimento de acordos nas colónias portuguesas. Estes acordos mantêm-se frágeis, principalmente em Angola, que há muito vem sendo dividida por disputas exterminadoras entre os movimentos de libertação; mas, mesmo em fins de Dezembro de 1974, poucos preveriam que quaisquer acordos teriam lugar.

A diplomacia que os conseguiu surgiu principalmente na Argélia e em Lusaca, na Zâmbia; uma no Norte de África e a outra na difícil fronteira entre a África negra e os regimes das minorias brancas do sul. E o processo de condução das negociações ajudou também à queda de Spínola.

As razões fundamentais deste êxito africano devem ser claras. Washington e a Europa Ocidental não podiam distinguir as forças em jogo na situação portuguesa, e confundiam-se

em associações com grupos como o que rodeava o general Kaúlza de Arriaga, grupos tão intransigentes que estavam votados a ajudar a destruir a própria solução que os E. U. A. devem agora desejar ardentemente pudesse ter sido obtida. Esse equívoco não teve lugar entre os movimentos de libertação. No fim de contas, eles conheciam os Portugueses, apreciavam a sua força e tinham consciência das suas fraquezas. Conheciam os chefes em causa, alguns até bem de mais, e acima de tudo sabiam que o verdadeiro poder em Portugal estava nas mãos dos chefes do M. F. A. e que podiam fazer um acordo tácito com eles contra Spínola.

V

Houve três crises durante o ano passado que desviaram Portugal decididamente para a esquerda e a África Portuguesa de modo igualmente decisivo para a independência. Apareceram como uma série de lutas por vezes longas, em que as tensões políticas em Portugal, os acontecimentos em África e as pressões externas, quer evidentes quer encobertas, se combinavam para obrigar a confrontações mais importantes. Durante estas crises, muitos portugueses politicamente experientes estavam atentos às causas fundamentais do que se estava a passar. Mas quase nunca tal surgiu na imprensa portuguesa e, quando isso acontecia, era sobretudo através de insinuações. Só quando as crises tinham passado e as consequências se tornavam patentes — a resignação do primeiro-ministro Palma Carlos em 9 de Julho de 1974, a resignação do general Spínola da Presidência em 30 de Setembro de 1974, o esmagamento da intentona de 11 de Março de 1975 — eram publicamente discutidas pelos observadores. Mas nunca nenhum dos envolvidos duvidou de que a forma e o conteúdo do futuro político em Portugal e a obtenção da independência nas colónias africanas estavam intimamente

ligados. O resultado da luta numa das esferas ajudaria a consolidar a vitória ou trazer a derrota à outra. E a vitória do M. F. A. ainda não é completa.

Em Lisboa, o processo político era semelhante ao descascar duma alcachofra, um desfolhar gradual de camadas, uma simplificação de estruturas políticas. Em Maio de 1974 estas eram incrivelmente complexas. Responsabilidades sobrepostas e mal definidas eram partilhadas pelo presidente, o Conselho de Estado, a Junta de Salvação Nacional, o Governo Provisório, as velhas hierarquias militares e a comissão coordenadora do M. F. A. — reflectindo tudo uma verdadeira confusão na divisão do poder. Hoje, todas estas entidades foram substituídas ou aglutinadas a um Conselho Superior Militar da Revolução, tendo os projectos para a sua formação surgido pela primeira vez dentro do M. F. A. em Setembro último e sido postos em prática imediatamente após os acontecimentos de 11 de Março.

O IV Governo Provisório, que também tomou posse em Março, inclui ainda representantes de vários partidos políticos (P. S., P. C. P., M. D. P./C. D. E., P. P. D.); mas tem no seu núcleo, encarregada dos ministérios económicos, uma equipa forte e muito competente de economistas radicais, alguns dos quais, como o católico radical Pereira de Moura, bastante conhecidos e respeitados em círculos académicos americanos definitivamente não radicais. Isto está em franco contraste com a hostilidade paralisadora e a falta de campo comum de acção existente entre os membros do primeiro governo provisório sob o Prof. Palma Carlos que caiu em Julho último. O corpo dos antigos oficiais generais das Forças Armadas — com algumas excepções relevantes, uma das quais é o novo presidente da República, general Costa Gomes — foi saneado e dissolvido o seu Estado Maior. As Forças Armadas portuguesas estabeleceram agora uma assembleia consultiva dentro das suas próprias fileiras e têm uma nova hierarquia

à sua frente, tendo elegido alguns dos seus membros de entre o M. F. A. Os maiores de 1974 tornaram-se os generais de 1975.

Cada crise em Lisboa esteve ligada a momentos críticos nas negociações em África, onde os movimentos de libertação conjugaram pressões militares com incitamentos diplomáticos para terem campo livre. Especialmente em Moçambique, a FRELIMO incrementou as lutas ao mesmo tempo que negociava o cessar-fogo. O M. F. A. em África agia já com uma grande margem de autonomia, tendo cada colónia uma organização distinta do M. F. A., só informalmente ligada às restantes e, através do capitão Vasco Lourenço, à comissão coordenadora do M. F. A. em Lisboa. Estes esquemas esboçaram a independência e permitiram uma grande flexibilidade nos acordos locais com os guerrilheiros.

Na Guiné-Bissau a paz surgiu muito antes do seu reconhecimento num acordo formal. Os pormenores desse acordo são bastante elucidativos. Em Maio de 1974, o coronel Almeida Bruno, amigo de Spínola, foi a Londres com Mário Soares para entabular negociações com o P. A. I. G. C. Quando, em Junho, não conseguiram chegar a um acordo, verificou-se uma alteração decisiva. As negociações passaram da órbita europeia para a da diplomacia secreta levada a cabo na Argélia pelo major Melo Antunes, do M. F. A. (Melo Antunes substituiu Soares como ministro dos Negócios Estrangeiros em Março de 1975). Obteve-se finalmente um acordo em fins de Julho, mas só depois da formação de um novo gabinete, tendo como primeiro-ministro o brigadeiro Vasco Gonçalves, pró-P. C. P.; e após o M. F. A. ter consolidado o seu poder militar em Portugal com o estabelecimento de uma força de segurança, o COPCON, sob o comando efectivo de Otelo de Carvalho, que se tornou também comandante da guarnição militar de Lisboa.

Isto foi um golpe crucial para o poder de Spínola, talvez o mais importante: o M. F. A. e os seus aliados de esquerda

em Lisboa conseguiam um acordo africano que ele não obtivera, imprimindo uma aceleração à independência de África a que ele se opunha. Crises semelhantes ocorreram a propósito de Moçambique em Agosto e Setembro e sobre Angola de Janeiro a Março. Ambas foram complexas, mas nos dois casos os acordos firmaram o poder do M. F. A. e permitiram-lhe afastar do poder as forças moderadas e conservadoras que, em Lisboa, queriam manter a África portuguesa.

Em todos estes acontecimentos, a interferência de estrangeiros era ocultada, mas torna-se gradualmente mais evidente. Spínola caiu como presidente após falhar a realização de uma manifestação popular destinada a mobilizar a «maioria silenciosa» a favor de eleições presidenciais que ele esperava manteriam a sua autoridade suprema. Misturadas nesta estratégia estavam todas as antigas figuras da facção «integracionista» que mantinham contactos com o almirante Anderson e com o general Walters. As suas intrigas só conseguiram prejudicar os próprios desígnios de Spínola e contrariavam o seu programa para uma libertação progressiva em África e uma reforma social liberal interna. Alguns deles, entre os quais Kaúlza de Arriaga, Sarmiento Rodrigues, Arnaldo Schultz, Franco Nogueira e vários membros da família Espírito Santo, foram posteriormente detidos pelo COPCON, mantendo-se alguns na prisão (sob jurisdição militar, a qual lhes nega algo que se assemelhe a um processo em forma). Em Janeiro, à medida que o problema de Angola se tornava mais grave, foi a vez de Geoffrey Rippon e seus amigos — os defensores americanos e europeus-ocidentais do direito C. D. S. — oferecerem conselhos duvidosos e assistência a uma causa perdida.

A influência estrangeira em Portugal continuará a constituir uma questão fulcral nos próximos meses. Será uma época difícil e perigosa. Tendo nacionalizado os bancos e as grandes empresas, o governo tem agora de gerir as mesmas companhias que atacara por serem monstruosas e anti-sociais. Isto

complicará as relações com as antigas colónias, com as quais o M. F. A. espera continuar a manter alguns dos antigos elos económicos. Mais de 70 % do comércio em Portugal é feito com a Europa Ocidental e os E. U. A., e está agora sujeito ao tipo de manobras comerciais e de crédito que se deparou a Allende.

Entretanto, Portugal enfrenta enormes problemas sociais e económicos. Mais de um milhão de trabalhadores estão em França ou na Alemanha, estando as suas remessas agora reduzidas. No país, 300 000 dum total de um milhão de mão-de-obra industrial estão desempregados, enquanto milhares de colonos amargurados regressam de África e 200 000 jovens milicianos enfrentam a desmobilização. Trabalhadores desempregados e camponeses pobres ocuparam já as novas casas em que muitos emigrantes portugueses tinham investido as suas economias — uma fonte potencial de conflito civil.

O primeiro-ministro Vasco Gonçalves tem falado incessantemente numa política de «austeridade» — mas as consequências de tal medida no apoio popular ao governo poderão ser graves. Até agora, os que lucraram foram os funcionários públicos, os militares e os operários fabris das principais indústrias, todos os que tiveram aumentos substanciais de salário. Com a inflação e austeridade crescente, vão com certeza ver os seus lucros reduzidos. Os preços da alimentação subiram, nalgumas áreas, 50 % durante o último ano.

O P. C. P., que tem sido a força principal a defender a resistência e aumentos salariais, será crucial no conflito a surgir sobre austeridade. Mantém-se firmemente entrincheirado no governo provisório, nos sindicatos e, através das «comissões de trabalhadores», tem uma forte influência na imprensa e na televisão. O fracasso recente do P. C. P. nas eleições — parcialmente atribuível à sua política estrita e impopular quanto a salários — não destruirá estas posições de força; porque as eleições não se dirigiam à distribuição imediata do próprio poder. Isso fora predeterminado pelo pacto entre o

M. F. A. e os partidos políticos que aceitaram o domínio do M. F. A. na vida política durante os três ou cinco próximos anos. A anterior aliança de Cunhal com o M. F. A. permitiu-lhe insistir neste ponto com êxito, receando precisamente o resultado eleitoral que se deu.

Mas as eleições já tiveram um efeito enorme no ambiente do poder em Portugal. O triunfo de Soares e a força do P. P. D., o partido em que Spínola tinha baseado a sua estratégia política original, mostra até que ponto Spínola constituía — e ainda constitui — uma ameaça, mesmo longe do poder e de Portugal (embora tanto os socialistas como o P. P. D. o neguem publicamente). Em Janeiro, à medida que o P. C. P. perdia apoio, existia uma verdadeira possibilidade de cooperação entre Soares e os spinolistas — possibilidade essa que fazia com que o M. F. A. e o P. C. P. estivessem cada vez mais ansiosos em consolidarem a sua aliança. Porque Spínola mantém ainda uma grande audiência popular em Portugal.

O verdadeiro teste do regime do M. F. A. acaba de começar. E os futuros de Portugal e de Angola mantêm-se ligados. Para alguns, nem mesmo o preço da guerra civil é demasiado para voltar atrás no tempo. Já aconteceu no passado.



Jusp/Wir Bruckenbauer/Switzerland

O M. F. A. E O FUTURO

por Robert Merle

Todos os portugueses responsáveis que vi em Lisboa se queixaram da visão pessimista que os **mass media** das democracias ocidentais dão da situação no seu país. A imprensa estrangeira, dizem eles, ampliou desmesuradamente alguns mínimos incidentes, que foram, além disso, obra de provocadores.

Os meus interlocutores consideravam também que o quadro muito sombrio que os **mass media** das democracias ocidentais dão do regime pós-caetanista está dentro da mesma linha das pressões económicas de que Portugal é hoje vítima pela parte dos Estados Unidos e da Europa. O presidente Francisco da Costa Gomes, na entrevista de uma hora que teve a gentileza de me conceder, disse-me tem em vão tentado, em Outubro de 1974, convencer os Srs. Ford e Kissinger de que Portugal não se iria tornar uma democracia popular integrada no bloco dos países de Leste. Ele deplorou que nem o presidente dos Estados Unidos nem o secretário de Estado tenham parecido fazer fé nos seus propósitos, ao mesmo tempo que quase toda a imprensa americana falava já de Portugal como de um país comunista ou pré-comunista.

Os oficiais do M. F. A. que pude encontrar denunciam

ainda com mais veemência que o presidente, as campanhas da imprensa que, no estrangeiro, lançam ataques contra o prestígio de Portugal e das forças armadas. Devo dizer aqui que não escolhi os meus interlocutores do M. F. A. nem ninguém os escolheu para mim: eles são simplesmente aqueles que, dentro do M. F. A., estão encarregados de responder às perguntas dos estrangeiros.

Não posso, portanto, dizer se eles são representativos do conjunto do M. F. A. A sua atitude é a de oficiais revolucionários e patriotas prontos a defender o seu país e a revolução contra as conspirações de estrangeiros e seus cúmplices do interior. Esta mentalidade **sans-culotte** ⁽¹⁾, cheia de fervor e resolução, não deixa de fazer lembrar a dos soldados do Ano II.

Os partidos e o exército

O M. F. A. está muito consciente do facto de que foi ele, e só ele, apoiado pelo povo, que derrubou a ditadura. Julga tirar daí a sua legitimidade, como de Gaulle a tirava do Apelo de 18 de Junho. Como de Gaulle também, o M. F. A. julga que o povo, apoiando a sua acção, o investiu de uma missão histórica. A isto segue-se que os partidos não têm nada que lhe disputar a direcção do processo revolucionário. O M. F. A. considera os partidos como auxiliares, cujo dever é facilitar ao máximo os esforços que ele faz para instruir e **dinamizar** o povo e ganhar a batalha económica. Só do ponto de vista da produção (mas é aí que está, aos olhos do M. F. A., um objectivo fundamental de salvação pública), os comunistas, disciplinados e eficazes, obtêm uma boa nota. E os socialistas, uma má.

(1) Nome por que eram conhecidos os revolucionários populares, das camadas mais baixas, da Revolução Francesa. Usavam calças em vez dos calções da época, daí o nome (N. do E.)

Se bem que o presidente Francisco da Costa Gomes faça parte, ele próprio, das Forças Armadas como general, notei algumas diferenças entre o que ele me disse e o que me disseram os oficiais do M. F. A. O presidente fez-me o elogio da obra civilizadora das Forças Armadas nas colónias: a elevação social, moral e cultural dos povos do ultramar foi, disse ele, sob a sua égide, considerável. O número dos alunos negros nas escolas decuplicou durante os treze anos e meio que durou a guerra colonial. E os Negros beneficiaram de uma assistência social desenvolvida.

Os oficiais do M. F. A. que entrevistei tinham uma óptica diferente. Insistiram sobretudo numa franca e rápida descolonização e sobre a necessidade de se desembaraçarem de uma mentalidade paternalista em relação aos Negros. As actuais dificuldades de Portugal em Angola são, segundo eles, inteiramente devidas ao facto de Spínola ter tentado lá introduzir uma política neocolonialista, de que o M. F. A. recolhe hoje a triste herança.

O presidente Costa Gomes lembrou-me os agravos dos socialistas em relação aos comunistas. Estes, minoritários no país, dominam a Intersindical (a confederação sindical única, institucionalizada pelo M. F. A.) e dominam os órgãos de imprensa. O presidente não se pronunciou sobre estas queixas; embora me tenha feito notar que o P. S. tinha também a sua imprensa. Ele fazia, aqui, alusão, mas sem o nomear, ao **República**, que, no momento em que se desenrolava a nossa entrevista, não tinha sido ainda objecto de sequestro. O presidente deplorou, no entanto, certos atentados à liberdade de imprensa. Pouco tempo antes do nosso encontro, os tipógrafos de **O Século** tinham-se recusado a imprimir um livro intitulado **Radiologia Militar**, porque realçava, segundo eles, uma ideologia reaccionária. Este reparo do presidente era profético, num certo sentido, visto que o mesmo processo foi empregado depois pelos tipógrafos do **República** para reduzir ao silêncio a direcção socialista.

O presidente, na sua conclusão da nossa conversa, emitiu o desejo de que, na sequência das eleições portuguesas, os Estados Unidos e a Europa levantem o bloqueio económico que fazem incidir sobre Portugal.

A forma e o conteúdo

Os oficiais do M. F. A. não exprimiram tal voto talvez porque tendo feito assinar, antes das eleições, aos partidos políticos, um pacto que lhes diminui muito a importância, não pensam que as eleições transformem grande coisa em Portugal, tanto no interior como no exterior. Além disso, têm tendência a minimizar-lhes os resultados. Para eles a forma da democracia tem menos importância que o seu conteúdo. E o seu conteúdo, para eles — de qualquer modo para a sua ala progressista —, é e deve ser a socialização dos meios de produção. Para o M. F. A., as eleições, sobretudo, «complicaram» a situação. E o facto de o P. S., forte pela sua percentagem de votos, reclamar agora «privilégios», tem tendência, aos seus olhos, para travar o processo revolucionário.

Para a imprensa ocidental, é um paradoxo chamar **privilégios** às reivindicações do maior partido do país. Parece-lhe natural que um partido que obteve nas eleições 38 por cento de sufrágios reclame uma maior influência na imprensa, nos sindicatos e no governo. A lógica dá-lhes razão, mas não o contexto, a situação e a corrente da história. Investidos no 25 de Abril de uma missão que querem levar até ao fim, vivendo numa atmosfera febril de **comité** de salvação pública e de vigilância revolucionária, os oficiais do M. F. A. desconfiam de todas as iniciativas que possam ter como efeito substituir por uma revolução burguesa uma revolução proletária.

Se bem que a sua inspiração seja marxista, o M. F. A. nem é monolítico, nem está enfeudado ao Partido Comunista. Se tomar a decisão de suprimir os partidos, não há dúvida

nenhuma de que suprimirá também o P. C. P. Isto não quer dizer, necessariamente, que vá banir de um só golpe os comunistas da imprensa, da rádio e da Intersindical. O que o M. F. A. quer sobretudo impedir — e os meus interlocutores insistiram muito sobre este ponto — é que os conflitos partidários se introduzam nas casernas e se espalhem pelo país. Pouco lhe importa, no fundo, quem influencia os **mass media** e os sindicatos, desde que essa influência sirva o processo revolucionário e apoie a batalha da produção.

Não se pode compreender a atitude do M. F. A. em relação aos partidos se não se tiver em conta o facto de que, do 25 de Abril ao 28 de Setembro e do 28 de Setembro ao 11 de Março, o M. F. A. teve de lutar contra forças que procuravam eliminá-lo. O M. F. A. venceu finalmente o spinolismo, mas tem a impressão de que o spinolismo não era senão a parte mais visível do **iceberg**. E suspeita dos contactos que Spínola pode ter tido antes do golpe do 11 de Março com o P. P. D. e com o P. S.

Encontrei os meus interlocutores do M. F. A. muito convencidos de que o golpe do 11 de Março não será o último. Eles julgam que o Conselho da Revolução terá, mais cedo ou mais tarde, de fazer face a uma luta armada. O M. F. A. pensa, e aqui o seu prognóstico junta-se ao do presidente Costa Gomes, que os adversários da revolução esperarão, para se manifestarem, o resultado da batalha económica. Se ela estiver perdida, todas as condições de um descontentamento popular estarão então reunidas, e a reacção poderá surgir do interior ou do exterior. É por isso que o M. F. A. considera como tendo um fim igualmente subversivo o bloqueio económico do estrangeiro e, em Portugal, os partidos que encorajam as greves.

A Espanha põe um grave problema a Portugal, dado o seu regime político e a vulnerabilidade da fronteira que separa os dois Estados. Os meus interlocutores do M. F. A. afastaram, no entanto, como improvável a ideia de que os tanques espanhóis possam um dia invadir o território de Portugal. Uma

tal invasão seria demasiado arriscada para a própria Espanha e poderia provocar cisões no seio do próprio exército invasor. No entanto, a hipótese de uma infiltração, pela fronteira espanhola, de grupos de sabotadores ou mesmo de exilados portugueses fardados com uniformes das Forças Armadas e criando ilhas de resistência nas províncias não é para afastar, aos seus olhos. Nada mais que a hipótese de uma invasão no estilo da Baía dos Porcos em Cuba — por mais desastrosa que esta expedição possa parecer hoje aos que a organizaram e financiaram.

Uma cidadela cercada

O M. F. A. concebe Portugal como uma cidadela cercada por poderosos inimigos e minada no interior por querelas partidárias. Mesmo parecendo um pouco dramática, não considero esta ideia falsa. Ela explica em larga medida a atitude cada vez mais impaciente do M. F. A., relativamente aos partidos, especialmente àqueles que repõem em questão a unidade do povo e do M. F. A. e tendem a enfraquecer o prestígio e o crédito das Forças Armadas. Mesmo os elementos mais moderados do M. F. A. não estão, com certeza, resolvidos a tornar a dar a vantagem a estes civis que não arriscaram a vida com eles no dia 25 de Abril. Aos meus interlocutores, de qualquer modo, uma cisão no seio do M. F. A. apareceu como **«totalmente improvável»**.

Alguém disse, no Movimento das Forças Socialistas, que o P. S. português, nas eleições, tinha recolhido os votos dos **«burgueses clarividentes e dos trabalhadores cegos»**. No entanto, como se sabe, não se pesam os votos, contam-se. E face ao M. F. A., e graças aos seus 38 % de sufrágios, a posição do P. S. português é forte. Seria ainda mais forte se pudesse contrair uma aliança com o P. P. D.: os dois

partidos poderiam então gabar-se de representar, à conta dos dois, 64 % dos eleitores.

Esta aliança não pode, no entanto, fazer-se, pelo menos oficialmente. Seria demasiado comprometedor para o P. S., representando o P. P. D. uma das formas mais burguesas dessa democracia social que Giscard d'Estaing admira na Alemanha de Helmut Schmidt e que ele gostaria de ver florescer no seio do P. S. francês. Os militantes sociais-democratas continuarão, portanto, a manifestar-se na rua com os socialistas portugueses, mas sem bandeiras nem insígnias, e o P. P. D. continuará a sua embaraçosa carreira de aliado escondido do P. S. É evidente que o jogo democrático normal — ou, como dizia de Gaulle menos gentilmente, as suas «delícias e os seus venenos» — é falseado em Portugal pela existência e a persistência do núcleo duro e puro do M. F. A. Que o P. S. deseja com todas as suas forças que este núcleo rebente e lhe deixe o campo livre, escusado será dizer. E que ele dispõe, neste desejo, que é também um empreendimento, de trunfos consideráveis (de que o menor não é a estatura internacional que a imprensa do Ocidente deu ao seu chefe) não é menos evidente.

O M. F. A. pode decidir fazer concessões ao P. S. e, por exemplo, entregar aos dirigentes socialistas o jornal **República**. No entanto, pensará duas vezes antes de voltar a dar uma tribuna àqueles que criticam já, com tanta habilidade, e em nome do «interesse bem compreendido dos trabalhadores», as nacionalizações que ele decidiu. Além disso, é muito duvidoso que esta concessão baste a Mário Soares, que publicou a lista das suas exigências. Estas, em todos os domínios, são tão consideráveis que, satisfazê-las todas, teria como resultado uma mudança de regime. Este Thermidor sem lágrimas não ficará, sem dúvida, para amanhã.

A tensão actual vai prosseguir, portanto, segundo todas as probabilidades, travando o processo revolucionário e comprometendo, numa certa medida, o sucesso da batalha econó-

mica. A alternativa em que pensam certos membros do M. F. A. seria uma solução de tipo argelino: os partidos suprimidos, uma imprensa unânime, um partido revolucionário único. Mas, embora Otelo de Carvalho fale já da **«morte natural dos partidos»** — expressão cujas ressonâncias não me parecem muito felizes —, é duvidoso que o M. F. A., no seu conjunto, esteja preparado para fazer tão depressa uma viragem tão radical.



PORTUGAL

— CRISE NAS REVOLUÇÕES

SIMULTÂNEAS

por E. Haro Tacglen

Uma revolução começa sempre em clima de festa, de inauguração de um mundo novo; tem logo muito de tragédia, de dor, de dúvidas, de lutas. Uma revolução é algo de muito duro, mesmo quando é ganha. E não é necessário recordar exemplos: Rússia ou Cuba, China ou Argélia, são nomes que, por si sós, esboçam a rudeza de todo o processo de criação e de construção, de contradições, passos — ou saltos — para trás, paciência infinita para fazer entrar o corpo vivo da nação — o povo — nuns carris que podem diferenciar-se muito das esperanças que se inculcaram no dia da revolução — ou da independência —, para dar sentido ao esforço de cada dia em virtude de um futuro que demora sempre a chegar. Uma revolução, ainda que seja ganha, nunca se acaba de ganhar. Existe uma inércia nas sociedades que as leva a manter as suas antigas estruturas, um cansaço dos dirigentes, uma resistência

Tradução de E. Leão Maia
TRIUNFO / Madrid, 31 de Maio de 1975

do material humano, que são sempre ossos duros de roer. Uma agressão internacional que não cessa.

Portugal não é nenhuma excepção. Pode tê-lo parecido, porque a grande festa dos primeiros dias — dias de cravos e canções — se prolongou durante muito tempo e porque os horrores de outras revoluções — sangue, fogo e represálias — estavam misteriosamente ausentes. Viver, em Portugal, os dias de Abril e Maio de 1974 era encontrar-se com algo de novo e original. Era, também, uma das raras revoluções em que aquilo que se procurava ou se declarava procurar não era o dogma revolucionário, a imposição de um programa prévio e determinado, mas uma ampla abertura sem ditaduras ou imposições. Uma revolução democrática, com voz e voto para todos os partidos. Outra originalidade portuguesa: a confraternização de militares e civis, o sentido de fresco espontaneísmo com que começava a enfrentar-se a vida... Porém, também Portugal não escapa a estas aparentes leis antigas: não existe revolução sem um sentido trágico do presente e do futuro. Em Portugal, ele estava inscrito por uma questão impossível de evitar, concertada já pela própria origem da revolução: o país devia descolonizar, o país devia encontrar-se, tarde ou cedo, com graves factores económicos em contradição com as necessidades populares, que eram as de sair imediatamente da sua má condição de vida e da opressão de meio século de um fascismo capitalista explorador e rude.

Mas uma revolução não é, também, uma única revolução: dá a impressão de ser algo de unívoco por causa da solidariedade que se cria entre aqueles que lutam ombro a ombro. (Quantas revoluções houve, de ambos os lados, na de Espanha?) A realidade é que cada revolucionário tem o seu próprio conceito da revolução. Não existe nenhuma — e recordemos outra vez os nomes das nações acima citadas — que escape a essa condição que, mais tarde, produz os recontros entre os seus protagonistas. A frase, tão exacta, que diz que a revolução devora os seus filhos, tem a sua origem nesta luta

pela posse do poder, nas lutas entre as várias revoluções contidas no que parece ser apenas uma. Portugal não só não escapa a esta condição, como tem uma peculiaridade: a existência, desde o primeiro momento, de duas revoluções contraditórias unidas numa só (não falemos agora das contradições entre grandes protagonistas, desde Spínola até à extrema-esquerda grupuscular). Existe, desde o próprio dia 25 de Abril, uma contradição entre a criação militar da revolução, que lhe dava um sentido determinado — quer dizer, o sentido militar da vida num exército muito profissional e com muitos anos de guerra no activo — e a criação democrática do pluripartidarismo, do parlamentarismo, das liberdades de expressão e opinião... O mais estranho, no caso de Portugal, é que essas duas formas de revolução conviveram e convivem — ainda —, num sistema muito especial e com muitas características de impossibilidade. As duas revoluções, aparentemente tão incompatíveis, estão institucionalizadas: por um lado, a forma militar, com a sua Assembleia igualitária — com entrada de soldados e sargentos —, com o seu Conselho Superior e com o seu presidente militar e civil ao mesmo tempo (é-o do Conselho da Revolução e da República), e por outro a forma civil e democrática: partidos, eleições, Assembleia Constituinte. A crise — aguda — que Portugal atravessa neste momento é a da contradição entre a instituição das duas revoluções. Parece que, inevitavelmente, quando duas formas de vida, uma militar e outra civil, se enfrentam, é a segunda que sai prejudicada.

Articulam-se sobre esta base outros aspectos da realidade portuguesa, que parecem ser os que mais preocupam os comentaristas e observadores do mundo: como, por exemplo, o do confronto agudo entre os Partidos Socialista e Comunista. Esta questão não só não é nova na história, como também é eterna. No caso de Portugal, a agudização do conflito, além de representar uma disparidade no sentido geral da revolução, diz respeito a atitudes referentes às forças armadas. O Partido Socialista defronta-se com a militarização da revolução:

pensa ser a melhor saída para não desaparecer, devorado pelo regime sem partidos — que os militares proclamam agora continuamente — ou de partido único — como o que se atribui a Rosa Coutinho, ou como o definido já por Otelo Saraiva de Carvalho em declarações muito recentes —, obtido das bases dos partidos de esquerda. A distinção militar entre a base dos partidos e a sua direcção — o que, na nova gíria portuguesa, se chama «cúpula» — é clássica em todos os sistemas anti-partidaristas — sejam eles de esquerda ou de direita; a chamada à unidade, com o pretexto de que os partidos edificam uma obra de divisão (frase diária na doutrina do sistema espanhol), conduz também este movimento militar a comparações clássicas.

Não creio que o Partido Comunista Português tenha temores muito distintos dos do Partido Socialista. A sua táctica é outra, e parece puramente conjuntural: mais que enfrentar-se, como fazem os socialistas, adicionar-se. Sucederia desta vez que o Partido Comunista seria o verdadeiro «companheiro de viagem», numa viagem dos outros. Por um lado, o Partido Comunista necessita menos de distorcer as suas bases doutrinárias para se ajustar com o sistema de disciplina, de unidade, de austeridade, dos militares. Por outro lado, é o seu seguro de vida. Poderia acontecer que outros partidos fossem dissolvidos, à excepção do Comunista, em troca desta entrega. Nas frases que Cunhal repete ultimamente está bem patente o seu temor. Lemos-lhe: «Uma condenação global dos partidos políticos por parte dos militares seria um grave erro que, se viesse a concretizar-se no seu aspecto político, conduziria a uma debilitação dos laços que unem o povo e as Forças Armadas»; os militares deveriam fazer «uma distinção entre os partidos que participam activamente no processo revolucionário e os que o contrariam». (Declarações de Cunhal no Domingo de 18 de Maio.) Existe um evidente temor por parte do P. C. P. de se ver também metido no embrulho. Poderia acontecer que fosse o primeiro a ser calado, de algum modo.

Não há nenhuma vontade visível de abandonar a N. A. T. O. — dos Estados Unidos —, pelo contrário, procura-se manter a todo o custo os seus laços e relações, onde poderia encontrar-se uma forma de auxílio para as crises económicas. Toda uma intensa actividade diplomática tem vindo a desenvolver-se neste sentido: a viagem de Correia Jesuíno — ministro da Comunicação Social — e de Costa Martins — do Trabalho — a Washington, de Kissinger e Lisboa, possibilidade de que Costa Gomes e Ford se encontrem em Bruxelas — ou, quem sabe, em Paris, no caso de Costa Gomes preferir, por razões de prestígio, evitar algo que o possa ofender na reunião da N. A. T. O. em Bruxelas — e, sobretudo, a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes, a Bona, para se entrevistar com aquele que, hoje, poderá parecer o primeiro anticomunista da Europa e um dos mais qualificados do mundo, o vice-presidente Genscher — que recentemente efectuou uma viagem oficial a Espanha —, e com Kissinger, na mesma cidade, tudo isto deve dar muito que pensar e muitos motivos de inquietação aos comunistas portugueses. Todos os interlocutores de Portugal reclamam, em primeiro lugar, a exclusão do Partido Comunista do governo, e o seu afastamento dos meios militares e informativos. Um primeiro passo neste sentido poderia ser a formação de um governo estritamente militar, com exclusão de todos os membros civis que representam os partidos.

A disputa socialistas-comunistas poderia servir de pretexto para esta operação antipartidos, que está já verbalmente exposta. Como o caso do diário **República**, de linha socialista: a disputa no seu interior de uma facção comunista — principalmente entre os trabalhadores — com a facção socialista que ocupava a direcção e a redacção serviu para se pôr termo à disputa sem que as culpas recaíssem sobre uns ou outros: simplesmente, encerrando-se o diário, expondo-se as Forças Armadas, no entanto, ao clamor geral e universal em favor da liberdade de expressão que se levanta por esse mundo — e

muito justamente — contra os atentados estatais à liberdade de imprensa. Pode-se até pensar que toda esta questão do **República** está acima dos puros problemas da liberdade de imprensa, e muito para lá da disputa entre socialistas e comunistas: é um ensaio feito pelas Forças Armadas para resolver pela negação o «divisionismo» que denunciam nos partidos políticos.

Fala-se do M. F. A. como se se tratasse de uma formação homogénea. Tem o aspecto unitário de todos os movimentos militares, que, por natureza profissional, tendem à unidade disciplinar; há, no entanto, bastantes diferenças entre os seus membros. Depois das últimas depurações dos elementos de direita ou dos conservadores — para o que foi extraordinariamente útil a intentona spinolista do 11 de Março —, restam duas tendências bastante definidas: a dos «terceiro-mundistas», que propõem o neutralismo, e a dos que abraçaram um tipo de esquerda que pretende a implantação do socialismo. Paradoxalmente, são estes últimos que mais se podem inclinar para um entendimento global com a N. A. T. O. e com os Estados Unidos; Kissinger já advertiu publicamente — e, privadamente, a Melo Antunes — que a N. A. T. O. não poderia aceitar um neutralismo. E é lógico: a N. A. T. O. é uma Organização comprometida militar e politicamente com um anti-comunismo, com um anti-sovietismo.

A simultaneidade das duas revoluções portuguesas, a civil e a militar, talvez possa subsistir durante algum tempo, ainda que sem a expensas de uma delas; no entanto, não parece possível que possa perdurar. Para o futuro, vê-se um domínio absoluto do exército no país, sem demasiadas concessões à democracia ou aos partidos, com um afastamento do Partido Comunista; talvez somente durante o prazo de três a cinco anos que o M. F. A. prometeu na convocatória das eleições e no pacto com os partidos políticos, com base na sempiterna «maturidade» do povo para a democracia; talvez possa

prolongar-se durante bastante mais tempo que aquele que se prevê, ou que o que seria de desejar.

Qualquer prognóstico é, sem dúvida, arriscado. Porque não se trata de uma situação «feita», mas de um processo que se vai fazendo todos os dias, e que é mais ostensível agora porque chegou a um ponto de crise. As asneiras codificam-se com os acertos, a queda nos tópicos com os rasgos originais. Dum ponto de vista muito amplo e muito afastado da anedota, é um processo revolucionário tão doloroso, tão difícil, tão tendente a desviar-se por caminhos perdidos, tão rico em possibilidades, como qualquer outro dos que a história tem conhecido — e conhecerá.

A LUTA POR PORTUGAL

por Colin Legum

Portugal respira excitação nervosa, expectante, realmente maravilhosa. A euforia de Abril de 1974 — quando a «Revolução das Flores» varreu meio século de fascismo — foi substituída pela incerteza sobre se os herdeiros de Salazar serão capazes de algo mais do que a simples construção de um autoritarismo diferente.

O que se passa em Portugal hoje em dia não é surpreendente nem inusitado; é o retrato de uma sociedade no ponto em que as velhas estruturas institucionais ruíram e onde se desenvolve uma luta implacável pelo poder entre os novos grupos rivais do estado nascente. Na Inglaterra do Rei João, este tipo de luta deu origem à Magna Carta; na Rússia dos czares, ao regime bolchevista.

Apesar de todas as conversas sobre a «revolução» em Portugal, até à data não houve verdadeira revolução — foi só o rasgar das velhas estruturas. A esquerda revolucionária está a tentar empurrar o País para uma situação verdadeiramente revolucionária, o que tem vindo a encontrar firme resistência por parte da esquerda democrática — apoiada, por enquanto, pela maioria do Conselho Superior da Revolução do Movimento das Forças Armadas —, a junta militar.

Tradução de Maria Adelaide Sobral
THE OBSERVER / Londres, 15 de Junho de 1975

Dirigentes militares e políticos sugerem à vontade (mas sempre anonimamente) soluções completamente díspares sobre o futuro de Portugal.

Um proeminente político da esquerda previu com pessimismo: «Portugal pode muito possivelmente tornar-se uma nova Checoslováquia, com os extremistas da esquerda do exército a desempenharem o papel do exército russo guindando ao poder o Partido Comunista pró-Moscovo. Podemos ver a influência política de Moscovo a estender-se às margens do Atlântico — mas claro que a mão da Rússia não é visível em nenhum lado, por causa da sua preocupação com o desanuviamento.»

Um membro categorizado da junta militar (ele próprio forte oponente dos comunistas) crê que o perigo é totalmente distinto: «O que enfrentamos é o Chile de depois de Allende. A menos que o exército consiga travar os socialistas de Mário Soares e os comunistas de Álvaro Cunhal de polarizarem o País, acabaremos por ter a repressão da esquerda.»

Neste momento, nas zonas a norte do Tejo — onde mais de metade dos portugueses vive numa sociedade altamente conservadora — é já inseguro para os comunistas saírem à noite. «Mantenham-se vigilantes em relação ao norte de Portugal: porque é daí que virão os que querem travar a extrema esquerda», disse outro oficial bastante categorizado.

Os comunistas e a esquerda revolucionária (que formam duas forças distintas em Portugal) receiam que a revolução seja traída às mãos do «liberalismo burguês», com Portugal entregue à N. A. T. O. por «pró-americanos». Em termos menos pejorativos, o que eles receiam é que Portugal venha a ser outra democracia do tipo europeu ocidental.

Nenhuma destas possibilidades pode ser definitivamente posta de lado — nem sequer a possibilidade de Portugal desenvolver o seu próprio estilo de socialismo militante que, sob a orientação militar, possa tornar-se uma ponte entre os socialistas das duas Europas e do terceiro-mundo. Este é, de

facto, o ambicioso objectivo da junta militar e da esquerda anticomunista.

Tendo estado afastados das principais correntes dos acontecimentos do mundo moderno desde o final dos anos Vinte, os Portugueses — ou, mais propriamente, os organizados e politicamente mais activos dentre eles — estão empenhados num debate muito importante sobre onde a sua sociedade pateticamente pobre terá maiores possibilidades de encontrar o seu próprio futuro. Será na Europa Ocidental? Ou nas sociedades em desenvolvimento da Europa de Leste (especialmente a Jugoslávia e a Roménia?) Ou deverá seguir as suas antigas colónias para o terceiro-mundo?

Qualquer destas três alternativas encontra firme apoio tanto entre os políticos militares como civis.

Os militares — ironicamente — regressaram das suas sórdidas guerras de África fortemente influenciados pelas ideias radicais dos movimentos de libertação que tão implacavelmente tentaram suprimir; agora estão eles próprios tão empenhados como os movimentos de libertação de Moçambique, Guiné-Bissau e Angola, em descolonizarem a sua própria sociedade rural medieva. Alguns vão até ao ponto de apoiarem a esquerda revolucionária, advogando que não se poderá fazer uma verdadeira mudança em Portugal sem uma luta armada.

Os políticos que emergiram de anos de actividade clandestina, do exílio ou de uma oposição silenciosa menos heróica, estão na sua maior parte divididos entre as duas Europas.

Mas, de momento, são os militares que detêm o poder e não estão prontos a largá-lo. Estão no entanto dispostos a partilhá-lo, na condição de supervisarem — como novos paternalistas — os políticos para garantirem que a nova sociedade será construída dentro dos princípios socialistas e não cairá de novo nas garras das velhas forças da direita. É agora a vez de os conservadores da direita trabalharem silenciosamente ou no exílio — como o general António de Spínola e os

seus partidários que tentaram e falharam, em Março último, a organização dum contragolpe.

Políticos mais experientes — como o dirigente socialista Dr. Mário Soares e o dirigente estalinista Dr. Álvaro Cunhal — ressentem fortemente a tutela dos **parvenus** (1) militares. Mas posto que os **parvenus** estão armados e eles não, os políticos sentem que não têm outra opção senão colaborar.

As táticas destes dois dominantes dirigentes políticos da esquerda — Soares, o europeu ocidental e Cunhal, o europeu oriental — são completamente diferentes. Soares, cujo partido obteve 38 % de votos nas eleições de Abril passado para a Assembleia Constituinte, confia na sua posição de dirigente do partido mais forte para arriscar uma confrontação aberta com os militares. O resultado é ainda incerto.

Cunhal, cujo Partido Comunista só conseguiu 13 % de votos, sabe que a sua única esperança de converter a sua minoria eleitoral num regime político reside em colar-se estreitamente aos militares como seu aliado fiel.

Estalinista típico como é, Cunhal minimiza publicamente a derrota eleitoral do seu partido como «sem qualquer significado». Vai ao ponto de menosprezar os esforços que estão agora a ser feitos pela Assembleia Constituinte (que inclui o seu próprio Partido Comunista) para elaborar uma nova constituição democrática.

A assembleia tem três meses para terminar o seu trabalho, após o que todos os partidos que assinaram um pacto com o Movimento das Forças Armadas aceitando a sua supervisão durante três a cinco anos serão autorizados a apresentar candidatos.

Se tudo correr bem, Portugal poderá encontrar-se lançado na senda de uma experiência de socialismo democrático controlado dentro de seis meses.

Mas quais são as possibilidades de que tudo corra bem?

(1) Em francês no original. Arrivistas. (N. do E.)

Portugal enfrenta não só uma luta cerrada pelo poder mas também uma série de crises externas potencialmente sérias.

A mais imediata é a ameaça de um revés em Angola, donde, se o pior acontecer, mais de meio milhão de colonos portugueses poderiam fugir em pânico para o seu país.

Com o desemprego a atingir já os 10 %, há poucas probabilidades de proporcionar trabalho para o influxo da maioria dos **petits blancs** (1).

A economia já está em sérias dificuldades e torna-se mais débil mês a mês.

Há receios crescentes de possíveis movimentos cessionistas dirigidos por militares declararem a independência das ilhas portuguesas dos Açores e da Madeira. Dado que os Americanos não escondem o valor estratégico dos Açores, seriam abertamente responsabilizados. Se tal acontecesse, seria pedido à N. A. T. O. que ajudasse Portugal a recuperar as ilhas — e isto poderia constituir o verdadeiro ponto de ruptura com a Europa Ocidental.

Mais perto de casa, através da fronteira da Espanha de Franco, há notícias de que um exército secreto de libertação, de antigos fascistas, o E. L. P., se treina em quintas isoladas.

E estes são só alguns dos problemas que o Movimento das Forças Armadas português sente que tem de ter em conta se quer defender a sua «Revolução».

Tais crises seriam já bastante difíceis para um Portugal estável suportar confiadamente; mas o País está longe da estabilidade. Os grupos políticos rivais estão eles próprios seriamente fragmentados.

O próprio exército está dividido entre os moderados e a extrema-esquerda. A esquerda democrática está dividida em três partidos, enquanto a esquerda comunista se divide entre o ortodoxo Partido Comunista e a esquerda revolucionária

(1) Em francês no original. Significa os colonos mais modestos. (N. do E.)

maoísta e trotskista que, caracteristicamente, consiste numa série de grupos fragmentados.

Mesmo antes do futuro de os partidos políticos democráticos ser assegurado, já os democratas estão empenhados em manobras uns contra os outros tendo em vista as prometidas eleições gerais.

O Partido Socialista de Mário Soares (com 116 membros da Assembleia Constituinte de 250 lugares) é provocado por dois lados do espectro democrático — os Populares Democratas (P. P. D.), que têm 81 membros, e o Partido do Centro Democrático Social (C. D. S.), que tem 16.

Não admira que Mário Soares — que é mais duro do que o seu ar de professor roliço sugere — esteja agora pronto a admitir que está a encontrar maior dificuldade «em manter desfraldada a bandeira da liberdade» na actual situação política do que nos seus tempos de dirigente clandestino.

Mas se os partidos democráticos estão em estado de confusão, o movimento de esquerda antidemocrática, os chamados «Guardiões da Revolução», não o está menos.

Alguns são companheiros que desaprovam o dogmatismo estalinista de Álvaro Cunhal. Mesmo no seio do Partido Comunista alguns dos elementos mais jovens acham que este velho combatente endurecido está fora de contacto com o marxismo moderno. Preferem os comunistas espanhóis e italianos. Mas Cunhal é demasiado popular para ser eficazmente contestado — pelo menos nesta fase da luta.

Outros dentre os «Guardiões» são maoístas ou de vários tipos de trotskistas. Ao contrário dos seus parceiros noutros países europeus, estão lançados em trabalho revolucionário concreto — o de chicotear igualmente os «burgueses liberais» e os comunistas, que consideram unicamente um género diferente de fascistas.

O grupo que se salienta na esquerda revolucionária é o M. R. P. P. (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado), grupo maoísta que crê que a próxima etapa em Por-

tugal deverá ser uma luta armada. Têm o seu próprio armamento (parte dele fornecido por militares esquerdistas); uma rede de células no exército, universidades e liceus; conduzem os seus próprios tribunais e prendem e torturam os que suspeitem de serem «inimigos da revolução».

Mas excederam-se ao tentarem raptar um importante oficial do exército. Centenas deles foram presos, e isto forneceu-lhes os «mártires», a favor dos quais se manifestam agora à porta das prisões onde os seus camaradas estão detidos, e na capital. O M. R. P. P., contudo, não foi ilegalizado.

A verdadeira luta pelo controlo dos «trabalhadores» é empreendida entre a esquerda revolucionária e o Partido Comunista — levando os primeiros a palma até à data, com os seus Conselhos Revolucionários de Trabalhadores (C. R. T.). Os comunistas tentam agora ripostar com os seus **comités** rivais para a Defesa da Revolução (C. D. R.).

O «controle dos trabalhadores» está actualmente muito disseminado mas só atrai as atenções internacionais quando grupos de trabalhadores assaltam jornais como o **República**, ou a Rádio Renascença.

Quem governa actualmente o País?

Embora os principais partidos políticos estejam todos representados no Conselho de Ministros, o poder efectivo está nas mãos dos 29 membros do Conselho Superior da Revolução. A autoridade destes é-lhes conferida pela Assembleia do Movimento das Forças Armadas, de 240 membros escolhidos para representarem todas as unidades das Forças Armadas.

Assim, o exército tem a garantia de deter controlo absoluto. Mas quem tem o poder dentro das Forças Armadas? As opiniões divergem largamente, dado que os próprios militares estão tão divididos através do espectro das políticas de esquerda (e mesmo do centro) como os políticos.

Existe, no entanto, forte razão para crer que o triunfo dos socialistas nas eleições de Abril e a pesada derrota dos comu-

nistas teve como efeito a alteração de posições dentro do Conselho Superior da Revolução.

O mais forte defensor dos comunistas é o primeiro-ministro, general Vasco Gonçalves. Porém, apesar das pressões do Partido Comunista, assim como das que foram feitas directamente por Moscovo, anunciou pessoalmente a decisão da Portugal permanecer na N. A. T. O., atitude que representa o desejo genérico do Conselho Superior da Revolução.

Se o primeiro-ministro está bastante à esquerda, o ministro dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, está mais próximo dos socialistas democráticos; no entanto, há um ano, era considerado como um dos de extrema-esquerda.

Existem dificuldades idênticas na tentativa de classificar outros dirigentes do Conselho Superior da Revolução. O loquaz «Almirante Vermelho», Rosa Coutinho — tal como o substituto do presidente, almirante Pinheiro de Azevedo —, aparece como um firme defensor da N. A. T. O. Descreve-se a si próprio como «um homem da esquerda mas não um marxista».

O militar geralmente considerado como o «homem forte» do regime — o general Saraiva de Carvalho, responsável pela segurança interna (Copcon) — não esconde a sua antipatia pelos comunistas.

O presidente, general Costa Gomes, obteve a alcunha de «cortiça» devido à sua habilidade em manter-se à superfície ao longo de todas as convulsões principais desde a revolução. Ele é um negociador subtil; não é franco nem particularmente corajoso; mas indispensável para a manutenção do equilíbrio no seio da junta militar.

Um informador bastante a par dos trabalhos do Conselho Superior da Revolução insiste em que existe um acordo total sobre os objectivos da Revolução. «Estão todos empenhados em estabelecer uma sociedade socialista pluralista em Portugal, que entendemos como um sistema que assegure aos partidos políticos o direito de trabalharem através dum

Parlamento — inicialmente supervisionado pelo Conselho Superior da Revolução para assegurar que as antigas forças da direita não regressem sob forma diferente.» Mas se a junta é clara acerca dos seus objectivos, não sabe como alcançá-los. Como um elemento da junta me disse:

«Francamente, não estamos certos de como conduzir o processo político. Queremos que os partidos políticos operem livremente, porém devemos evitar que os socialistas e os comunistas mergulhem o país no tipo de confrontação que o dividirá perigosamente.»

No entanto, dirigentes influentes da junta decidiram já que a luta pelo poder político só pode ser travada com o estabelecimento «temporário» de um regime militar. Favorecem a criação de uma base popular do próprio exército através dos Comitês de Defesa da Revolução.

Esta proposta tem também o apoio dos comunistas, que vêem obviamente estes **comitês** como uma forma mais eficaz de ganharem controlo do que tentando desafiar o apoio eleitoral à esquerda democrática claramente estabelecido. Até agora, a junta não tomou nenhuma decisão definitiva sobre esta proposta controversa.

Os verdadeiros receios quanto aos dirigentes militares não residem sobre as suas fortes filiações partidárias; é sobre o perigo oposto: que a sua falta de ideologia firmemente mantida e de experiência política resulte numa atitude imprevisível quando postos perante uma crise súbita.

O país enfrenta agora uma dessas crises: como tratar o desafio socialista sobre a sua supremacia política. Se escutarem os conselhos do almirante Coutinho e do general Carvalho, porão simplesmente de lado os partidos de momento e estabelecerão um período de regime militar de esquerda.

Mas o que acontecerá então às suas promessas de celebrar eleições logo que a nova constituição seja adoptada? A resposta dependerá provavelmente do desenrolar da crise económica e dos perigos externos e internos.

ENTRE A DEMOCRACIA POPULAR E O POPULISMO MILITAR

por Alain Touraine

A revolução portuguesa está agora colocada diante de uma escolha que agrava toda a vida do país: **democracia popular ou populismo militar**? Nenhum aspecto particular da vida social pode neste momento ser considerado em si mesmo. A questão do poder domina tudo, mesmo quando, como sempre, põe em jogo forças sociais e opções económicas, bem como capacidades militares e constrangimentos internacionais.

Mas não se trata de escolher entre duas linhas completamente opostas, e não chegou o momento em que só uma confrontação violenta pudesse resolver um conflito aberto. Antes pelo contrário. Os principais actores políticos estão unidos por duas ideias simples e fortes: é preciso prosseguir e acelerar a ruptura com o regime anterior e esta ruptura deve conduzir a um socialismo, a uma transformação fundamental do poder económico e social. Muito frequentemente, em particular entre

os oficiais encarregados da «dinamização cultural», a linguagem militante prevalece sobre qualquer outra.

Não é portanto entre a revolução e os seus adversários, ou mesmo entre o socialismo democrático e as forças dominantes do M. F. A., que se situa o busílis do problema actual. É entre homens muito próximos uns dos outros, agindo simultaneamente no Conselho da Revolução e na Assembleia do M. F. A. É na cúpula que se joga a partida. Não que as forças sociais não estejam a trabalhar; as iniciativas são numerosas, a riqueza das lutas sociais é grande, mas cada um deve saber que o busílis do debate político actual decidirá do destino destes movimentos de base.

A evolução mais fácil de conceber conduz para uma fusão cada vez maior do aparelho comunista e do movimento militar, a ponto de fazer entrar Portugal no campo socialista.

A política do P. C. P. consiste primeiro que tudo em identificar-se com o movimento militar.

O cartaz do M. F. A., em especial, que mostra lado a lado um soldado e um camponês é também afixado nas paredes das cidades em nome do P. C. P. Mas é difícil falar apenas de apoio resolutivo e entusiasta a um movimento militar de libertação nacional e social. O P. C. P. forjara na clandestinidade um aparelho de grande qualidade, cujos militantes sofreram, duras perseguições e não tiveram outro apoio durante a interminável ditadura além do que o próprio partido. Este aparelho é por vezes imposto muito depressa; mais frequentemente, retomou progressivamente o controlo dos movimentos de base, sobretudo nas fábricas e nos bairros. O ascendente do P. C. P. sobre os meios de informação não é completo — o caso do **República**, sob todos os seus aspectos, acaba de o mostrar — mas é muito claramente predominante.

A 5.ª Divisão das Forças Armadas, e da direcção ideológica, é de orientação pró-P. C. P. e o Centro de Sociologia Militar, cujo objectivo é o de dar uma formação política aos militares, é dirigido por uma muito forte personalidade cujos laços com o

P. C. P. não são contestados por ninguém. No decorrer das últimas semanas, as palavras democracia popular foram abertamente escritas e pronunciadas. Face às dificuldades económicas que se enunciam, a batalha da produção actualmente desencadeada anuncia uma política centrada no desenvolvimento do esforço industrial e numa maior independência em relação ao mundo capitalista industrial.

Começa-se a falar de austeridade, de disciplina, a julgar severamente algumas greves. Os comunistas afirmam constantemente a sua solidariedade com a União Soviética e os países socialistas. Conhecem as reservas dos partidos italiano e espanhol em relação a eles. Mas estão empenhados, ao saírem da ditadura e de várias crises graves, numa via jacobina, que conduz directa e rapidamente à entrada no campo socialista. Talvez surjam obstáculos que obriguem a afrouxar ou a limitar esta marcha. Imagina-se dificilmente que tenha doravante outro objectivo.

Este papel eminente do P. C. P. não será normal neste país capitalista atrasado, esmagado por um Estado ao mesmo tempo ditatorial, colonizador e responsável pelo fraco desenvolvimento económico do país? A travagem política e ideológica associada ao atraso da produção não definirá a situação em que se formam partidos leninistas, quer dizer, em que os movimentos sociais são subordinados à conquista de um poder de Estado simultaneamente autocrático e em crise?

Portugal, porque pertence à Europa, tem, no Porto mais que em Lisboa, uma tradição republicana e socialista. Mas é mais visível o outro aspecto da sociedade portuguesa que acabo de evocar: a ditadura, a crise colonial, o atraso económico, a ausência prolongada de experiência e de informação democráticas. E ninguém pode esquecer as ameaças que pesam sobre a revolução: o 28 de Setembro de 1974 e o 11 de Março de 1975 não são as etapas principais da evolução do novo regime senão porque estas datas foram as de grandes perigos.

Se o futuro de Portugal não tivesse de se decidir senão

entre elementos socialistas e comunistas, o resultado não seria muito duvidoso. É verdade que os socialistas obtiveram grandes êxitos; têm apoios importantes nas camadas populares bem como na pequena burguesia. Progridem em muitas eleições sindicais. Mário Soares é um orador apaixonado e convincente. Mas como é que, depois da ditadura, um regime militar, no qual o aparelho comunista é mais forte que qualquer outro, poderia conduzir a um socialismo assente em mecanismos de representação parlamentar? Não é a «sociedade civil» quem manda aqui: é o Estado. O Partido Comunista é ele próprio muito mais potente como poder político que como força social.

O Partido Socialista joga à defesa, para manter uma certa abertura política, preservar um futuro, evitar a influência exclusiva do seu adversário comunista em toda a vida nacional, como já na Intersindical e em muitos outros centros de poder. A sua presença e a sua influência são elementos essenciais da situação portuguesa, mas não bastam para definir uma saída socialista à crise presente.

Mas nada é mais evidentemente falso que reduzir Portugal à confrontação dos socialistas e dos comunistas. É esquecer o actor mais visível e até aqui o principal: o Movimento das Forças Armadas, dirigido neste momento na cúpula pelo Conselho da Revolução, e ao seu lado pela Assembleia do M. F. A., na qual participam soldados e sargentos com os mesmos direitos dos oficiais. Porque a revolução foi em primeiro lugar um golpe de Estado, e foram jovens oficiais que prepararam e realizaram a queda militar da ditadura.

Muitos dentre eles não tinham grande formação política. Foi a guerra colonial e, através dela, os movimentos de libertação nacional, na Guiné-Bissau, em Moçambique e em Angola, que os despertaram para a consciência política e social. De África trouxeram a ideia de um exército de libertação nacional. Não têm deixado de empurrar a revolução para a frente e na luta contra os potentados do dinheiro. Como alguns oficiais latino-americanos, desconfiam dos partidos, dos jogos políticos,

e querem apelar directamente para o povo. Alguns, como o almirante Rosa Coutinho, que apoia com todas as suas Forças o M. P. L. A. progressista de Agostinho Neto em Angola, têm pensado numa organização política do M. F. A. O general Otelo Saraiva de Carvalho tem falado frequentemente com desprezo dos partidos. O célebre regimento RAL 1, visado pela tentativa de golpe de Estado de 11 de Março, ostenta uma orientação revolucionária.

O esquerdismo

Falar de uma tendência esquerdista seria bastante insuficiente. Existem movimentos esquerdistas não apenas nas universidades — sobretudo em Lisboa —, mas também no sector económico, em particular em empresas modernas. O mais activo é o P. R. P.-B. R. Mas, ao longo dos últimos meses, a relação das forças políticas era-lhes desfavorável. O P. C. P. colhe frequentemente o que eles semearam.

Os oficiais que são mais sensíveis a uma linha revolucionária sentem-se, por outro lado, simultaneamente próximos e afastados da acção do P. C. P. E se o primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, tem sido com mais frequência considerado como muito próximo do P. C. P., é verdade também que muitos oficiais «populistas» o consideram como seu guia e lhe estão pessoalmente ligados. Entre os quadros do M. E. S., movimento socialista de esquerda, relativamente pouco numerosos mas influentes, a hesitação entre a linha comunista e a linha populista é tão constante e a definição do seu desacordo com a primeira tão vaga, que se pode pensar que eles prefeririam apoiar o P. C. P. a fazerem correr qualquer risco à orientação socialista da revolução.

O esquerdismo não tem portanto importância senão porque está associado a uma força militar e até a um possível bonapartismo. A polícia perdeu o poder que tinha do tempo da ditadura,

uma grande parte do exército já não segue uma disciplina militar estrita. Mas existem as tropas do COPCON, ou antes o que cada um designa por este nome, quer dizer, uma guarda pretoriana de cerca de cinco mil homens, à cabeça dos quais se encontra o general Otelo Saraiva de Carvalho.

A importância deste populismo militar explica-se também pelo estado da sociedade portuguesa. Sociedade dominada por um Estado forte, mas também sociedade subdesenvolvida onde a burguesia nacional é fraca e a classe média numerosa, onde a classe operária não é mais que uma fracção limitada da «população» urbana. Situação próxima da América Latina tanto mais que Portugal foi cada vez mais ocupado por empresas multinacionais de tecnologia elevada, pouco industrializantes, e que a guerra colonial contribuiu para lhes fazer desempenhar um papel de intermediário entre os países capitalistas, para onde exporta os seus têxteis, o seu vinho e a sua cortiça, e a África, onde ele se desgastava para manter o seu jugo colonial. Não foi esta situação, onde as classes sociais parecem afogadas nas classes médias e populares «marginais» subempregadas e subprodutivas, que produziu na América Latina, ou no mundo árabe os movimentos populistas muitas vezes sob direcção militar?

As condições da escolha política

A crise actual não é profunda senão porque mobiliza uma contra a outra — mas também uma com a outra contra o passado — as duas vertentes da sociedade portuguesa. Algures, na Europa mediterrânica, procuram-se compromissos entre o Partido Comunista e as instituições representativas. Em Portugal não existem senão relações de forças, entre um aparelho político e uma força militar, mas no interior de um movimento revolucionário que liga um e outro numa comum vontade de transformação da sociedade e numa comum descon-

fiança em relação aos mecanismos da democracia representativa.

Se a via portuguesa fosse definida sobretudo por factores de ordem sociológica, seria certamente a via populista militar que se imporá, porque o P. C. P. não tem senão um apoio popular limitado e que parece mais em recuo que em progresso. Inversamente, se a capacidade de acção política for decisiva, as oportunidades do Partido Comunista permanecem importantes, pelo menos numa primeira fase. Porque uma solução populista não é concebível senão se reunir — como por toda a parte onde existe — uma grande fracção da classe média desejosa de tornar-se — graças à escola e à iniciativa do Estado —, uma burguesia nacional e forças populares preocupadas com a segurança, a participação e a integração. Ora estas classes médias (compreendendo nelas uma boa parte dos operários industriais) são representadas pelo Partido Socialista, e nada parece mais afastado um do outro que o populismo militar e o socialismo democrático. Os militares «esquerdistas» falam tão duramente do P. S. como os comunistas, e os socialistas não têm manifestamente nenhum atractivo para Rosa Coutinho ou Oteló Saraiva de Carvalho. Aí está a fraqueza fundamental da hipótese populista. Aí se pode situar também o papel de certas personalidades militares como Melo Antunes, que poderiam aproximar chefes bonapartistas de esquerda e a corrente ou uma parte da corrente socialista, mas num quadro que não seria o que o P. S. deseja.

Os socialistas podem dizer, com razão, que só a sua vitória eleitoral e a sua resistência depois aquando das escadadas dos seus adversários, em particular no caso do **República**, do qual ninguém dissimula em Portugal a natureza directamente política, fazem que se interroguem hoje sobre o futuro de Portugal e que o M. F. A. não tenha tomado até agora nenhuma medida que não seja aceitável pelo Partido Comunista. Pelo seu lado, os militares mais revolucionários

reprovam ao P. S. o apoiar-se numa força eleitoral que não é inteiramente pura e não ter sido uma força entusiasta na revolução.

O essencial é que socialistas e esquerdistas são como que a ala direita e a ala esquerda das forças revolucionárias de que o P. C. ocupa o centro. A aliança das alas é difícil de imaginar. A situação económica pode reduzir certas oposições, porque uma solução populista está evidentemente associada, do mesmo modo que a solução comunista, a escolhas económicas, em primeiro lugar provavelmente à procura de créditos vindos do Mercado Comum — e a importância do apoio alemão a Mário Soares é um elemento da sua força — e em seguida também a uma orientação para o Terceiro Mundo. Mas mesmo que a consciência da necessidade de escolhas económicas e políticas rápidas esteja muito difundida, vê-se mal o que pode hoje pôr fim à vantagem estratégica da tendência animada pelo Partido Comunista, salvo uma intervenção directa de uma força militar, que proclame o seu «maximilismo» revolucionário, salvaguardando também os interesses fundamentais dos eleitores socialistas, mas impondo também e sobretudo a lógica de um poder propriamente militar.

O vasto sector socialista pode dificilmente impor o sistema político que deseja, mas o seu futuro não é forçosamente o de desaparecer. O populismo militar pode dar-lhe, apesar das aparências, a sua melhor ou a sua única oportunidade. Estranha impressão como essa de uma situação política onde tudo chama para escolhas fundamentais e onde tudo torna difícil uma modificação, mesmo limitada, das relações de influência. É preciso concluir que não haverá evolução sem crise. O ano da libertação terminou. O país encontra-se perante uma escolha dramática. Não entre três vias, socialista, comunista ou populista, mas entre duas, porque os socialistas, que são uma força considerável, não podem e não querem criar uma social-democracia e sabem eles próprios que um socialismo à ocidental é impossível.

O regime revolucionário, abalado mas reforçado por várias crises violentas num ano, não poderá escapar a uma crise e mesmo a rupturas ao longo do período decisivo que acaba de se abrir. Alguns não falam ainda senão de uma redefinição dos objectivos do M. F. A. É mesmo de uma escolha política decisiva que se trata. Raramente se viu as forças políticas terem tanta autonomia em relação às forças sociais. Em Lisboa espera-se um Verão quente.

1 — A Europa — o que vem a ser?	2022
2 — Itália — Costa Nuvola	2028
3 — Europa e Mercado Comum — algumas realidades e mitos	2039
4 — Argentina — paracaidismo sem paraquedas?	2070
5 — Espanha contra Polónia	2080
6 — França — o problema multilateral	2085
7 — A Sociedade da Coexistência	2088
8 — Ainda há Indias?	2090
9 — Espionagem Política — Watergate, etc.	2095
10 — As Guerrilhas do Fuzil	2098
11 — Vietnam e Mundo	2100
12 — Pequeno e Anticomunismo	2105
13 — Democracia — mal sem remédio?	2110
14 — Petros Bóia e Petros Pólos	2115
15 — As Empresas Multinacionais	2120
16 — A Crise da Energia	2125
17 — Autocracia! — paredes pintadas	2130
18 — Comer — paraíso da morte?	2135
19 — Educação — mal universal	2140
20 — O 25 de Abril na imprensa estrangeira	2145
21 — O Negócio das Armas	2150
22 — Sobre a Democracia	2155
23 — Paço — Exército, Nação, Revolução	2160
24 — CIA — A arte de desorganizar governos	2165
25 — Europa — Um novo Comunismo?	2170
26 — 1976 — A Crise	2175
27 — Os Militares e o Poder	2180
28 — E. U. A., U. R. S. S. e o destino dos outros	2185
29 — Os Anarquistas e o Autogestão	2190
30 — Portugal na imprensa estrangeira — um ano depois	2195

Colecção

Novos Cadernos D. Quixote

1 — América, Nixon, etc.	30\$00
2 — Mafia = Cosa Nostra?	30\$00
3 — Europa e Mercado Comum — sonhos,realidades e mitos	30\$00
4 — Argentina — peronismo sem Perón?	30\$00
5 — Ecologia contra Poluição	30\$00
6 — Emigração — problema multinacional	30\$00
7 — A Sociedade de Consumo	30\$00
8 — Ainda Há Índios?	30\$00
9 — Espionagem Política — Watergate, etc.	30\$00
10 — As «Guerras» do Petróleo	30\$00
11 — Velhice e Morte	30\$00
12 — Psiquiatria e Antipsiquiatria	30\$00
13 — Delinquência — mal sem remédio?	30\$00
14 — Países Ricos e Países Pobres	30\$00
15 — As Empresas Multinacionais	30\$00
16 — A Crise da Energia	30\$00
17 — Automóvel — paraíso perdido!	30\$00
18 — Comer — perigo de morte?	30\$00
19 — Inflação — mal universal!	30\$00
20 — O 25 de Abril na Imprensa Estrangeira	30\$00
21 — O Negócio das Armas	30\$00
22 — Sobre a Democracia	30\$00
23 — Peru — Exército, Nação, Revolução	35\$00
24 — CIA — A arte de desestabilizar governos	35\$00
25 — Europa — Um novo Comunismo?	35\$00
26 — 1975 — A Crise	35\$00
27 — Os Militares e o Poder	35\$00
28 — E. U. A., U. R. S. S. e o destino dos outros	35\$00
29 — Os Anarquistas e a Autogestão	35\$00
30 — Portugal na Imprensa estrangeira — um ano depois ...	35\$00

EDIÇÃO 83 I 412

Este livro acabou de se imprimir
em 10 de Julho de 1975
nas oficinas da
Editorial Império, Lda.

para

Publicações Dom Quixote
Rua Luciano Cordeiro, 119 — LISBOA

novos cadernos d. quixote

Há praticamente um ano incluímos nesta mesma colecção um Caderno — **O 25 de Abril na Imprensa Estrangeira** — cujo objectivo foi o de proporcionar uma «amostra» do que no estrangeiro se escrevia sobre os acontecimentos entusiasticamente vividos pelos Portugueses. Um ano volvido sobre esses dias para nós curiosos e do mesmo modo importante saber o que essa imprensa ocidental pensa hoje da realidade portuguesa. Da recolha, naturalmente limitada, de textos que, ao revelar, a consciência política do leitor tirará sem dúvida conclusões justas. Estamos certos de que o conhecimento das reacções da imprensa em questão não constitui elemento a desprezar para a interpretação correcta dos acontecimentos que estamos a viver.

14506



PORTUGAL NA IMPRENSA ESTRANGEIRA - UM ANO DEPOIS

BIBLIOTECA